Outlook

ENC: Relatório de Gestão e Atividades da Anac - 2025

De Presidência <presidente@senado.leg.br>
Data Qui, 30/04/2026 19:30
Para Jacqueline de Souza Alves da Silva <JACQUES@senado.leg.br>

1 anexo (69 KB)
Oficio_13179051.html;

-----Mensagem original-----
De: ANAC/Gabinete <gabinete@anac.gov.br>
Enviada em: quinta-feira, 30 de abril de 2026 17:52
Para: Presidência <presidente@senado.leg.br>; Sen. Davi Alcolumbre <sen.davialcolumbre@senado.leg.br>
Assunto: Relatório de Gestão e Atividades da Anac - 2025

[Some people who received this message don't often get email from gabinete@anac.gov.br. Learn why this is important at https://aka.ms/LearnAboutSenderIdentification]

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente
Senado Federal

Referência: Processo Anac nº 00058.095403/2025-20

Senhor Presidente,

Encaminha-se o Ofício nº 458/2026/GAB-ANAC.

Por gentileza, acusar o recebimento deste e-mail.

Este Gabinete permanece à disposição para esclarecimentos adicionais eventualmente necessários.

Respeitosamente,

Gabinete da Diretoria da Anac
Fone: +55 61 3314-4121 / 4211
E-mail: gabinete@anac.gov.br
https://nam10.safelinks.protection.outlook.com/?url=http%3A%2F%2Fwww.gov.br%2Fanac&data=05%7C02%7CJACQUES%40senado.leg.br%7C41d494b49e6940cfc2fc08dea707fd22%7C751d81cc4c2c4d22ad41440700d5dd0e%7C0%7C0%7C639131850094866496%7CUnknown%7CTWFpbGZsb3d8eyJFbXB0eU1hcGkiOnRydWUsIlYiOiIwLjAuMDAwMCIsIl

AiOiJXaW4zMiIsIkFOIjoiTWFpbCIsIldUIjoyfQ%3D%3D%7C0%7C%7C%7C&sdata=3QnlpShxcg5%2BuW4NAC0PJtAsIherZ%2F%2FN7kvqHr%2FH5Tc%3D&reserved=0

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
SCS, Quadra 09, Lote C, Torre A - 7º Andar, Edifício Parque Cidade Corporate - Bairro Setor Comercial Sul, Brasília/DF, CEP 70308-200
+55 (61) 3314 4121 - gabinete@anac.gov.br

Ofício nº 458/2026/GAB-ANAC

Brasília, *na data de assintaura*.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente
Senado Federal
Edifício Principal - Ala Antônio Carlos Magalhães, Gabinete nº 01 - Praça dos Três Poderes, s/nº
Brasília - DF
CEP: 70165-900

Assunto: **Relatório de Gestão e Atividades da Anac - 2025.**

Referência: **Processo Anac nº 00058.095403/2025-20.**

Senhor Presidente,

1. Cumprimentando-o cordialmente, faço referência ao Relatório de Gestão e Atividades desta Agência Nacional de Aviação Civil - Anac pertinente ao exercício de 2025. Trata-se de relevante instrumento de transparência e de prestação de contas ao Poder Executivo, ao Congresso Nacional, ao Tribunal de Contas da União e à sociedade.

2. A propósito, tendo em vista o disposto no art. 15 da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019, e na Instrução Normativa TCU nº 84, de 22 de abril de 2020, e de modo a conferir publicidade aos principais projetos, atividades e resultados alcançados no exercício anterior, apresento o referido documento, acessível por meio **deste *link*.**

3. Adicionalmente, a fim de propiciar amplo acesso ao panorama institucional e da realidade da aviação civil brasileira, saliento que a Anac disponibiliza, em seu portal,[1] o respectivo arquivo em meio digital.

4. Ao tempo em que reitero o compromisso desta Agência em garantir a segurança e a excelência da aviação civil, coloco-me à disposição para esclarecimentos adicionais.

Respeitosamente,

TIAGO CHAGAS FAIERSTEIN
Diretor-Presidente

---

[1] Disponível em: https://www.gov.br/anac/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/relatorios-de-atividades

Documento assinado eletronicamente por **Tiago Chagas Faierstein**, **Diretor-Presidente**, em 30/04/2026, às 16:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.anac.gov.br/sei/autenticidade, informando o código verificador **13179051** e o código CRC **81474638**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00058.095403/2025-20 SEI nº 13179051



2025

RELATÓRIO DE GESTÃO E ATIVIDADES

ANAC
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL



2025

RELATÓRIO DE GESTÃO E ATIVIDADES

ANAC
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

Diretores em exercício (2025)

Diretor-Presidente	Tiago Chagas Faierstein
Diretor	Antonio Mathias Nogueira Moreira
Diretor	Luiz Ricardo de Souza Nascimento
Diretor	Rui Chagas Mesquita
Diretor	Tiago Sousa Pereira

Elaboração	Superintendência de Governança e Meio Ambiente (SGM)
Edição, projeto gráfico-visual e diagramação	Assessoria de Comunicação Social (Ascom)
Relatório de Gestão e Atividades da ANAC 2025 Online	Acesse: < https://www.gov.br/anac/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/relatorios-de-atividades >

A265r Agência Nacional de Aviação Civil (Brasil)
Relatório de gestão e atividades 2025 / Agência Nacional de Aviação Civil. - Brasília, DF: Anac, 2026.
174 p.: il.

Disponível também em formato eletrônico. Acesso em: <https://www.gov.br/anac/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/relatorios-de-atividades>

1. Relatório de atividades. 2. Relatório de gestão. I. Título.

CDD 23 - 352.805



MISSÃO

Garantir a segurança e a excelência da aviação civil.

VISÃO

Ser referência na promoção da segurança e no desenvolvimento da aviação civil.

VALORES

Segurança é o nosso propósito.
Atuamos com foco no resultado e no interesse público.
Trabalhamos com autonomia e competência técnica.
Agimos com integridade, comprometimento e transparência.
Valorizamos as pessoas e suas competências.
Incentivamos a inovação e a cooperação no setor de aviação civil.
Temos orgulho de trabalhar na Anac.

10 MENSAGEM DO PRESIDENTE

14 SUMÁRIO EXECUTIVO

20 ANAC
21 Quem somos
22 Principais normas direcionadoras
22 Estrutura organizacional
24 Diretoria colegiada
24 Modelo de negócio
26 Cadeia de Valor
27 Políticas e planos de governo
29 Estrutura de governança e Estratégia
31 Plano Estratégico 2020-2026
33 Plano de Gestão Anual
34 Gestão de riscos e continuidade de negócio
36 Integridade





38 PANORAMA GERAL

44 MATERIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

46 DESENVOLVER ESTRATÉGIA E CAPACIDADE INSTITUCIONAL
47 Resultados alcançados no âmbito do Plano de Gestão Anual
52 Programa de gestão por desempenho (Anac+)
53 Principais programas, projetos e iniciativas
57 Evolução da gestão de riscos
59 Governança em contratações
59 Integridade
60 Ações de supervisão, controle e correição
62 Proteção de dados pessoais

64 GERIR PESSOAS
65 Força de trabalho
66 Principais entregas
67 Capacitação

70 GERIR INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA
71 Transformação digital e serviços ao cidadão
74 Modelo de governança de TIC
75 Segurança da informação
76 Contratações mais relevantes de TIC
76 Metas não alcançadas e perspectivas

78 GERENCIAR RELAÇÕES INSTITUCIONAIS INTERNAS E EXTERNAS
79 Atuação internacional
81 Atuação junto ao Congresso Nacional
83 Prestar informações a entidades governamentais e não-governamentais
84 Ações de comunicação
89 Relacionamento com a sociedade e demandas da ouvidoria

92 ZELAR PELO CUMPRIMENTO DOS REGULAMENTOS QUE DISCIPLINAM A ATUAÇÃO NO SETOR DE AVIAÇÃO CIVIL
93 Fiscalização
98 Providências administrativas

100 ACOMPANHAR OS CONTRATOS DE CONCESSÃO DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
101 Concessões de aeroportos
108 Programa de inclusão de aeroportos regionais - AmpliAR

110 GERIR A SEGURANÇA DA AVIAÇÃO CIVIL
111 Segurança da aviação civil

120 MONITORAR INFORMAÇÕES SOBRE O SETOR
121 Mercado de aviação civil



124 PERMITIR A ATUAÇÃO NO SETOR DE AVIAÇÃO CIVIL
125 Principais entregas
126 Certificação
136 Outorgas para prestação de serviços aéreos

138 GERIR O ARCABOUÇO REGULATÓRIO E PROMOVER O ACESSO A MERCADOS INTERNACIONAIS
139 Agenda Regulatória
140 Regulamentação
141 Sandbox Regulatório
142 Negociação de Acordos sobre Serviços Aéreos

144 SUSTENTABILIDADE
145 Ambiental
149 Social

152 ADMINISTRAR ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
153 Gestão orçamentária e financeira
155 Gestão de custos (SIC-Anac)
157 Gestão de licitações e contratos
159 Gestão patrimonial e infraestrutura

162 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

168 LISTA DE SIGLAS E ABREVIAÇÕES

172 APÊNDICE
172 Lista de Figuras
172 Lista de Gráficos
173 Lista de Quadros
174 Lista de Tabelas





MENSAGEM DO **PRESIDENTE**

Apresento o Relatório de Gestão e Atividades (RGA) 2025 da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), elaborado em cumprimento ao artigo 15 da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019, e nos termos da Instrução Normativa nº 84, de 22 de abril de 2020, do Tribunal de Contas da União (TCU), documento que consolida, com transparência e responsabilidade, os resultados alcançados, as entregas regulatórias e os principais indicadores do período, em um ano de expansão da demanda e fortalecimento da segurança, da sustentabilidade e dos serviços ao cidadão.

O ano de 2025 foi marcado por resultados expressivos para a aviação civil brasileira e por importantes avanços institucionais da Agência Nacional de Aviação Civil, em um contexto de crescimento sustentado do setor, ampliação da conectividade aérea, inovação regulatória e fortalecimento do papel do Brasil no cenário internacional. O desempenho apresentado neste Relatório de Gestão reflete o esforço contínuo da Agência em cumprir sua missão de regular e fiscalizar a aviação civil com foco na segurança, no desenvolvimento do setor e na geração de valor público para a sociedade.

Em um ambiente de forte expansão da demanda, aperfeiçoamos a regulação, ampliamos a conectividade, fortalecemos a segurança e avançamos de forma concreta na agenda socioambiental e de serviços ao cidadão. Com 129,59 milhões de passageiros em 2025, o Brasil registrou a maior movimentação da história e superou, pela primeira vez, os níveis pré-pandemia; um avanço de 9,4% em relação a 2024, sinalizando um setor mais robusto e competitivo.

Avançamos de maneira significativa na modernização do marco regulatório, com a aprovação de normas voltadas à incorporação de novas tecnologias, como aeronaves com sistemas

baseados em inteligência artificial, operações com drones e o estabelecimento de ambientes regulatórios experimentais. Essas são iniciativas que reforçam o compromisso da Agência com uma atuação regulatória adaptativa, sensível ao contexto e orientada a risco, capaz de acompanhar a evolução tecnológica do setor e de criar condições para a inovação, sem prejuízo à segurança e ao interesse público.

No tocante à conectividade, aumentar opções para quem voa e para quem depende do modal aéreo foi prioridade. Autorizamos a Latam Airlines Ecuador e a EuroAtlantic Airways a operarem voos regulares de/para o Brasil; a Air Transat também recebeu autorização para operações regulares internacionais. Essas medidas ampliam a oferta e a concorrência, com efeitos positivos para o passageiro e para a carga.

No campo da infraestrutura, concluímos, em parceria com o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), a primeira rodada do Programa AmpliAR, que arrecadou R$731 milhões em investimentos para 13 aeroportos regionais — um impulso concreto à aviação regional. Avançamos, ainda, no processo de repactuação do Aeroporto do Galeão (RJ), com a publicação do edital de venda assistida e regras claras para o leilão previsto para 2026, reforçando a sustentabilidade do contrato e a continuidade do serviço.

A segurança continua como valor inegociável. A operação especial da Anac para a COP30, em Belém, mobilizou equipes em oito cidades, com mais de 80 inspeções no aeroporto da capital paraense, garantindo segurança e fluidez ao longo do evento. Em paralelo, reforçamos a atuação contra ilícitos: em ação conjunta com a Polícia Federal, apreendemos aeronave com 51 kg de ouro oriundos de garimpo ilegal, e participamos da Operação Internacional Colibri, ampliando a fiscalização da aviação geral e o combate ao transporte aéreo clandestino (Taca).

Quanto aos serviços ao cidadão e à transformação digital, seguimos aprimorando a experiência do usuário. A Anac foi reconhecida como líder digital na qualidade de serviços no Governo Federal e viu seu Super App ser premiado nacionalmente, enquanto novas plataformas — como o Voe 135 para certificação de táxi-aéreo — simplificam jornadas e agilizam as certificações.

No âmbito da inclusão, da acessibilidade e da proteção do consumidor, avançamos na revisão das regras de acessibilidade (Resolução Anac nº 280, de 11 de julho de 2013), com audiências públicas e diálogo amplo no Congresso Nacional. Realizamos o Dia da Aviação Inclusiva — evento inédito que proporcionou voos em aeronave adaptada para pessoas com deficiência e reforçou o projeto ***Voar é para Todos***, parte do programa ***Asas para Todos***. Lançamos, ainda, o ***Guia de Combate ao Assédio e à Importunação Sexual na Aviação Civil***, reforçando um ambiente de respeito em toda a jornada do passageiro. Em paralelo, fortalecemos a agenda de resolução extrajudicial de conflitos, em articulação com o Poder Judiciário e outros órgãos, contribuindo

para a redução da judicialização e para o fortalecimento de soluções consensuais em conflitos de consumo, reduzindo insegurança jurídica e incentivo à litigância predatória.

Em relação à sustentabilidade e à transição energética, publicamos o Plano de Ação Ambiental 2025–2027, estruturando instrumentos para mitigar impactos ambientais (SustentAr, Aeroportos Sustentáveis, Rede Ambiental e Carteira de Projetos), e, com parceiros, lançamos a 5ª edição do ***Plano de Ação para Redução das Emissões de CO_2 da Aviação Civil Brasileira***, apresentado na 42ª Assembleia da Organização de Aviação Civil Internacional (Oaci). A atuação técnica brasileira obteve reconhecimento internacional ao ver a Oaci admitir a sustentabilidade do etanol de milho de segunda safra como rota para SAF (combustível sustentável de aviação); sediamos, em São Paulo, reunião do grupo CAEP/WG5 da Oaci sobre combustíveis sustentáveis; e celebramos a primeira produção e entrega de SAF 100% brasileiro, com certificação ISC-CORSIA, além de apoiar a consulta pública para regulamentar o ProBioQAV. São marcos que criam as condições para uma transição viável, segura e competitiva rumo a uma aviação de baixo carbono.

No campo da regulação responsiva e da modernização regulatória, encerramos 2025 com a aprovação das novas regras de fiscalização e autuação baseadas em regulação responsiva, que passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2026, incorporando histórico de conformidade e porte das operações para elevar o nível de aderência às normas e o foco em resultados de segurança.

A atuação coordenada com parceiros nacionais e internacionais se materializou na reeleição do Brasil para o Conselho da Oaci no triênio 2025–2028, durante a 42ª Assembleia realizada setembro de 2025, em Montreal; a delegação brasileira foi liderada pela Anac. Na mesma Assembleia, o país conduziu uma agenda intensa de reuniões e articulações, assinou acordos, participou de debates estratégicos e promoveu a indústria aeronáutica nacional, reforçando o protagonismo técnico e regulatório do Brasil.

Os resultados acima dialogam diretamente com os objetivos estratégicos da Anac para o ciclo 2025, e seus indicadores estratégicos, entregas regulatórias e ações de fiscalização evidenciam avanços consistentes nessas frentes, apresentados no Sumário Executivo e detalhados ao longo deste Relatório.

Registro meu reconhecimento às servidoras e aos servidores da Agência, às demais instituições de Estado e aos atores do setor regulado que trabalharam em cooperação para entregar mais e melhor à sociedade. Em 2026, seguiremos priorizando a segurança e o cidadão, com destaque para: tecnologia de ponta — com a certificação do 1º sistema de decolagem automática do mundo (da Embraer), novas regras para drones (Regulamento Brasileiro da Aviação Civil RBAC nº 100) e para pilotos de aeronave de decolagem e pouso vertical elétrica (eVTOL) —, a política de tolerância zero para passageiros indisciplinados, novas regras de acessibilidade, a revisão da Resolução Anac nº 400, a plena implementação da regulação responsiva e a plataforma

InfoVOO, em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para reduzir a judicialização — pilares para uma aviação mais segura, inclusiva, sustentável e competitiva.

Por fim, reafirmo meu compromisso e responsabilidade na elaboração deste Relatório de Gestão e Atividades 2025, assegurando a fidedignidade, precisão e completude das informações aqui apresentadas. DECLARO que este documento reflete de forma transparente e confiável as ações da Anac ao longo do ano, em alinhamento com os princípios da governança pública e da prestação de contas à sociedade.



SUMÁRIO
EXECUTIVO



SERVIÇOS AÉREOS

5 Novas outorgas para prestação de serviço aéreo internacional

124 Autorizações para empresas estrangeiras não regulares

21 Alocações de frequências internacionais



ACORDOS DE SERVIÇOS AÉREOS

5 **Entendimentos bilaterais de céus abertos,** que permitem exploração de:

Serviços aéreos mistos (operações de transporte internacional de passageiros, carga e mala postal), com direitos de tráfego de até 5ª liberdade com:

- Barbados
- Chipre
- Nigéria
- Trinidad e Tobago

Serviços aéreos exclusivamente cargueiros com direitos de tráfego de até 7ª liberdade:

- Barbados
- Chipre
- Trinidad e Tobago
- Uruguai

3 **assinaturas pelo governo brasileiro de acordos de céus abertos e emenda** com:

- Áustria
- Barbados
- Nigéria

1 **Memorando de Entendimento** com a Bélgica



PRODUTOS AERONÁUTICOS

2 novas **aeronaves nacionais** certificadas, sendo:

- 1 balão de fabricação nacional (5 modelos)
- 1 aeronave leve esportiva

4 **motores** estrangeiros validados

1 modelo de **motor aeronáutico** certificado

7 novas **hélices** certificadas

+90%
das solicitações pelo **RAB Digital**

↓ **Do tempo médio anual de atendimento,** de 11,36 dias em 2024 para 10 dias em 2025



CERTIFICAÇÕES

4 Organizações de Produção Certificadas

38 Organizações de Manutenção Certificadas

5 Certificações de novos Operadores de Táxi-Aéreo

36 Novas certificações para Operações Aeroagrícolas

2 Autorizações para Operações de Aeronaves de Propriedade Compartilhada

3 Novas certificações para a exploração do transporte aéreo público

4 fabricantes certificados



PROFISSIONAIS

4.514 Certificações em proficiência linguística

6.568 Licenças emitidas

8 Centros de instrução AVSEC certificados



FISCALIZAÇÕES

6.318 Atividades de Fiscalização

463 Ações Fiscais

441 Avisos de Condição Irregular (ACI)

956 Solicitação de Reparação de Condição Irregular (SRCI)

1.035 Autos de Infração lavrados



SEGURANÇA OPERACIONAL

Mais de 22 mil reportes no Portal Único de Notificações

18.505
eventos de segurança operacional criados



CONCESSÕES

Fase I-B do Aeroporto de Belém (PA) concluída

R$ 1,46 BI
de contribuições ao Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC)



REGULAMENTAÇÃO

9 Novos normativos

30 Alterações de normativos

12 Revogações de normativos

2 Termos Específicos de Admissão para projetos experimentais





AEROPORTOS

10 Aeroportos certificados

68 Aeroportos com Elementos Mínimos de Infraestrutura implementados

3 Aeroportos com Programa de Segurança Aeroportuária aprovado



ATUAÇÃO INTERNACIONAL

Agenda técnica estratégica: Atuação relevante em fóruns internacionais sobre Mobilidade Aérea Avançada, eVTOLs, Sistemas de Aeronave Remotamente Pilotada, aeronaves leves esportivas, desenvolvimento de competências (GAAST) e sustentabilidade, com foco em descarbonização e SAF.

Participação em reuniões da Clac, exercendo liderança na composição de chapa regional eleita ao Conselho da Oaci com apoio a 12 *working papers* do Brasil.

Cooperação técnica internacional:

- Moçambique: acordo para fortalecimento institucional do IACM (governança e capacitação).
- Cabo Verde: memorando de cooperação e intercâmbio técnico.
- Angola: capacitação em SAF e implementação do CORSIA.
- Guiana: apoio à certificação de operadores offshore.

Participação na 42ª Assembleia da Oaci (Montreal): apresentação de 41 *working papers* (12 da Anac) e consolidação do protagonismo brasileiro em segurança, inovação e digitalização.

Acordos bilaterais estratégicos (42ª Assembleia da Oaci):

- Arábia Saudita: protocolo adicional ao Acordo de Serviços Aéreos, ampliando conectividade.
- Emirados Árabes Unidos: Memorando de Entendimento e *Working Arrangement* em segurança operacional e aeronavegabilidade.

Realização da RAAC/18 (São Paulo): liderança regional e definição de bases para a estratégia 2027–2035.





TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

35 MI
aplicados em TIC

+8,4 mil
novos usuários ativos no Super App

Anac Passageiro Beta teste do sistema realizado

2 novas bases em Dados Abertos



SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

Avanço da agenda de descarbonização da aviação, com coordenação do fórum **Conexão SAF** e contribuição técnica para a regulamentação da Lei nº 14.993/2024 (Combustível do Futuro), fortalecendo o ambiente regulatório e a previsibilidade para o desenvolvimento do mercado nacional de combustíveis sustentáveis de aviação.

Implementação do CORSIA no Brasil, com realização dos processos de Monitoramento, Reporte e Verificação (MRV) das emissões de CO_2 de operadores brasileiros em voos internacionais, preparando o setor para as obrigações mandatórias a partir de 2027.

Liderança regional e atuação internacional em sustentabilidade, com reconhecimento de biomassas brasileiras para produção de SAF, apoio à implementação do CORSIA na América Latina e cooperação técnica com países lusófonos (ACT-SAF e ACT-CORSIA).

Promoção da inclusão, diversidade e acessibilidade, por meio do Programa **Asas para Todos,** com ações estruturantes voltadas à democratização do acesso à aviação, equidade de gênero, prevenção ao assédio, combate ao racismo, acessibilidade a passageiros com deficiência e ampliação da formação profissional no setor.





GESTÃO DE PESSOAS

1.331 servidores - 75% sexo masculino e 25% sexo feminino

+8,4 mil
pessoas capacitadas



ORÇAMENTO

932,3 MI
Em dotação orçamentária

478,9 MI
Despesas obrigatórias

115,9 MI
Despesas discricionárias

99,44%
Execução orçamentária

164 Processos de contratação

24,97 MI
Investidos em contratação

17,54 MI
Pregões

7,43 MI
Contratações diretas



SATISFAÇÃO DO USUÁRIO

71.206
atendimentos a usuários

83,2% de avaliação positiva dos usuários no atendimento

4,28 de satisfação geral dos serviços prestados (escala 1 a 5)



1 A AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL ANAC

ANAC

QUEM SOMOS

Criada pela Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, a Agência Nacional de Aviação Civil é uma agência reguladora integrante da Administração Pública Federal indireta, submetida a regime autárquico especial, vinculada ao Ministério de Portos e Aeroportos.

Sua natureza especial é caracterizada pela ausência de tutela ou de subordinação hierárquica, pela autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira e pela investidura a termo de seus dirigentes e estabilidade durante os mandatos, conforme disposto na Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019.

A Anac atua como autoridade de aviação civil brasileira e, entre suas principais competências, destacam-se:

- Negociar os acordos e tratados sobre transporte aéreo internacional
- Emitir regras sobre segurança aeroportuária e a bordo de aeronaves civis
- Conceder, permitir ou autorizar a exploração de serviços aéreos e de infraestrutura aeroportuária
- Estabelecer o regime tarifário da exploração da infraestrutura aeroportuária
- Fiscalizar serviços aéreos e aeronaves civis
- Certificar e emitir as licenças e habilitações dos profissionais da aviação civil
- Autorizar, regular e fiscalizar atividades de aeroclubes e escolas e cursos de aviação civil
- Administrar o Registro Aeronáutico Brasileiro (RAB)
- Emitir certificados de aeronavegabilidade, atestando aeronaves, produtos e processos aeronáuticos e oficinas de manutenção
- Homologar, registrar e cadastrar os aeródromos
- Reprimir infrações às normas do setor, inclusive quanto aos direitos dos usuários, aplicando as sanções cabíveis

A identidade estratégica da Anac, definida no Plano Estratégico da Anac 2020-2026, orienta a atuação dos servidores e dirigentes da agência e mostra como ela busca ser reconhecida pela sociedade.

MISSÃO

É a razão de existir da Agência

"Garantir a segurança e a excelência da aviação civil."

VISÃO

Representa onde a Anac deseja chegar.

"Ser referência na promoção da segurança e no desenvolvimento da aviação civil."

VALORES

Expressam a forma como a Anac pretende ser reconhecida por seus diferentes públicos. Os valores refletem também o que se espera da conduta dos servidores e colaboradores da Agência.

"Segurança é o nosso propósito."

"Atuamos com foco no resultado e no interesse público."

"Trabalhamos com autonomia e competência técnica."

"Agimos com integridade, comprometimento e transparência."

"Valorizamos as pessoas e suas competências."

"Incentivamos a inovação e a cooperação no setor de aviação civil."

"Temos orgulho de trabalhar na Anac."

PRINCIPAIS NORMAS DIRECIONADORAS

- Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005: cria a Agência Nacional de Aviação Civil – Anac, e dá outras providências;
- Decreto nº 5.731, de 20 de março de 2006: dispõe sobre a instalação, a estrutura organizacional da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac e aprova o seu regulamento;
- Resolução Anac nº 381, de 14 de junho de 2016: altera o Regimento Interno da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac;
- Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986: dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica;
- Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019: dispõe sobre a gestão, a organização, o processo decisório e o controle social das agências reguladoras; e
- Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019: institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional da Anac, definida no seu Regimento[1] e em normativo Interno[2], é composta pelas seguintes instâncias:

- Diretoria;
- Órgãos de assistência direta e imediata à Diretoria;
- Superintendências;
- Gerências;
- Gerências Técnicas; e
- Coordenadorias.

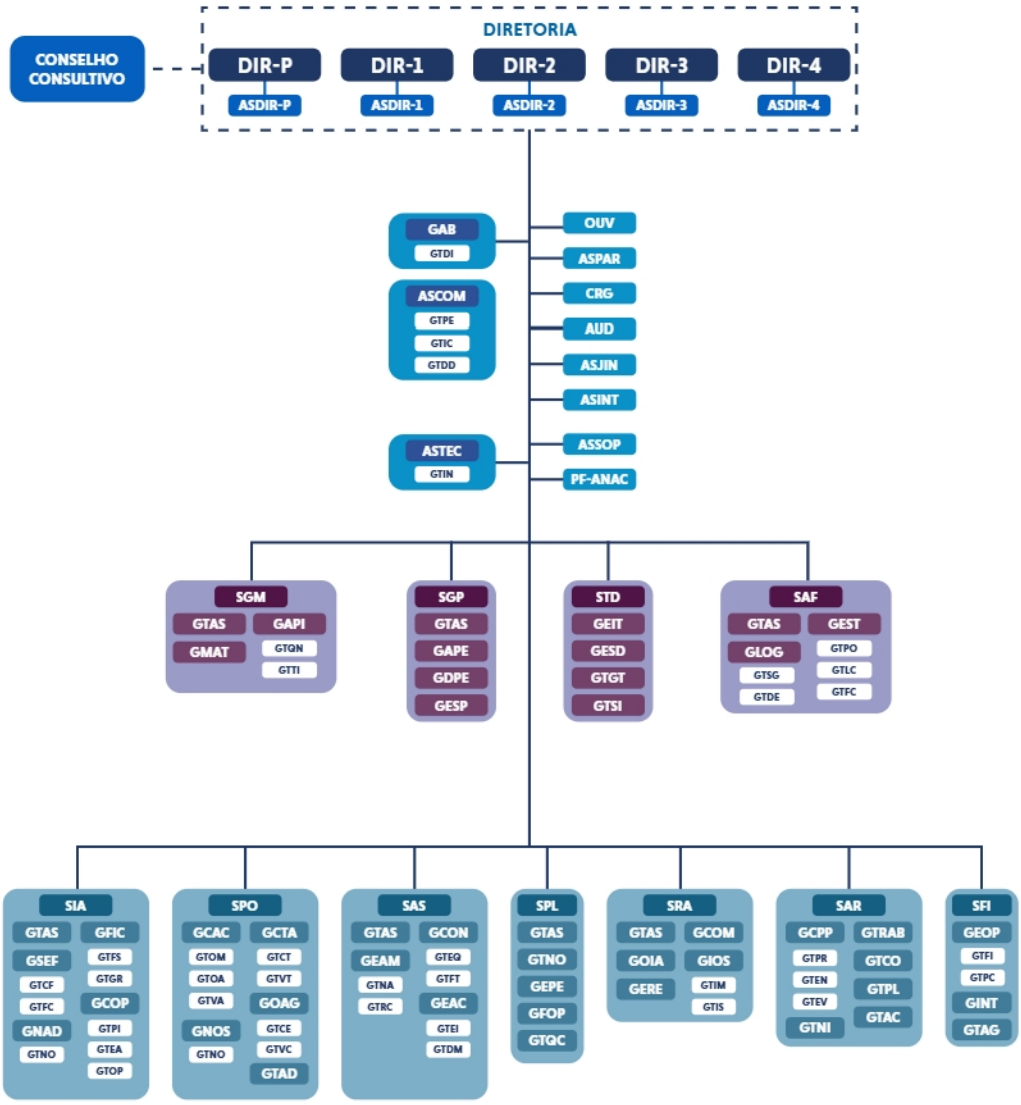
Além da sede e de seu Centro de Treinamento, localizados em Brasília (DF), a Anac possui Representações Regionais no Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP) e São José dos Campos (SP).

A Agência também está presente nas principais regiões do país, por meio dos Núcleos Regionais de Aviação Civil (Nuracs) em Porto Alegre (RS), Recife (PE), Belo Horizonte (MG), Campinas (SP), Curitiba (PR), Fortaleza (CE), Manaus (AM), Salvador (BA) e Vitória (ES).

1 Anexo da Resolução Anac nº 381, de 14 de junho de 2016.
2 Instrução Normativa nº 127, de 5 de outubro de 2018.

ORGANOGRAMA

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL



Clique aqui para acessar os nomes completos das unidades.

A Diretoria Colegiada é o órgão de deliberação máxima da Anac, composto por um diretor-presidente e quatro diretores que atuam de forma colegiada nas Reuniões de Diretoria. Os diretores são nomeados na forma do disposto no artigo 12 da Lei nº 11.182, de 2005.

DIRETORIA COLEGIADA



TIAGO CHAGAS FAIERSTEIN

Diretor-Presidente

Ocupa o cargo de Diretor Presidente da Anac desde 29 de agosto de 2025, com mandato até 19 de março de 2030.



TIAGO SOUSA PEREIRA

Diretor

Ocupa o cargo de Diretor da Anac desde 20 de março de 2021, com mandato até 31 de janeiro de 2026.



LUIZ RICARDO SOUZA NASCIMENTO

Diretor

Ocupa o cargo de Diretor da Anac desde 15 de dezembro de 2021, com mandato até 19 de março de 2026.



RUI CHAGAS MESQUITA

Diretor

Ocupa o cargo de Diretor da Anac desde 29 de agosto de 2025, com mandato até 07 de agosto de 2029



ANTONIO MATHIAS NOGUEIRA MOREIRA

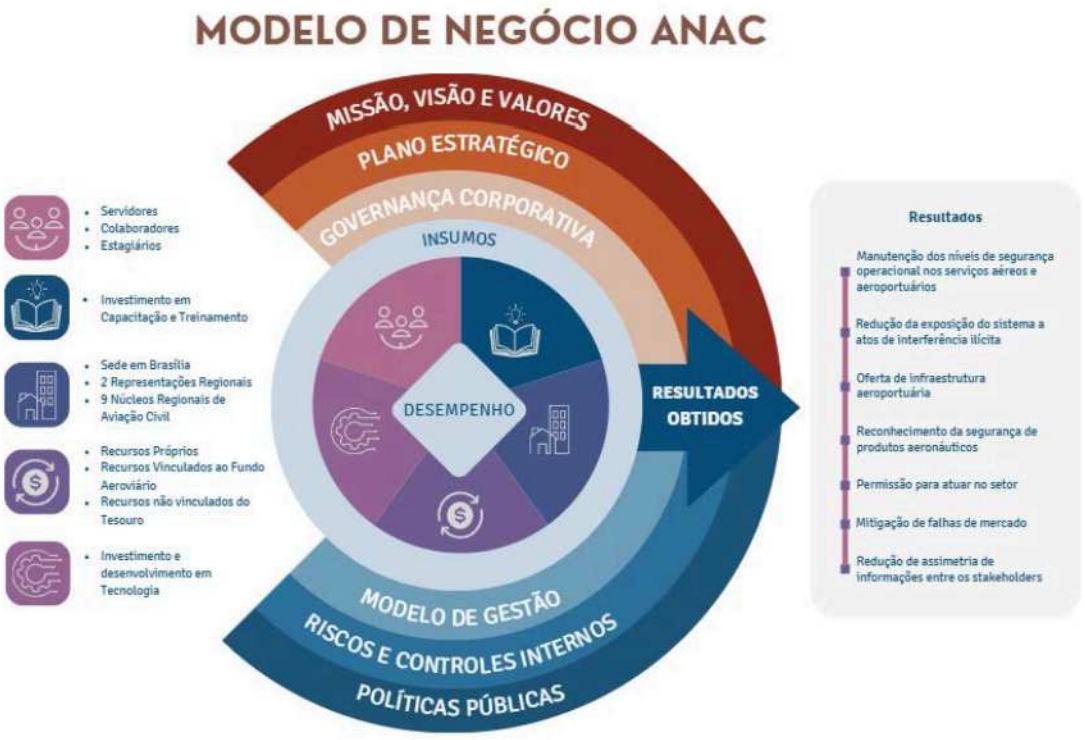
Diretor

Ocupa o cargo de Diretor da Anac desde 1º de setembro de 2025, com mandato até 19 de março de 2030.

Clique aqui para acessar o perfil e currículo dos Diretores.

MODELO DE NEGÓCIO

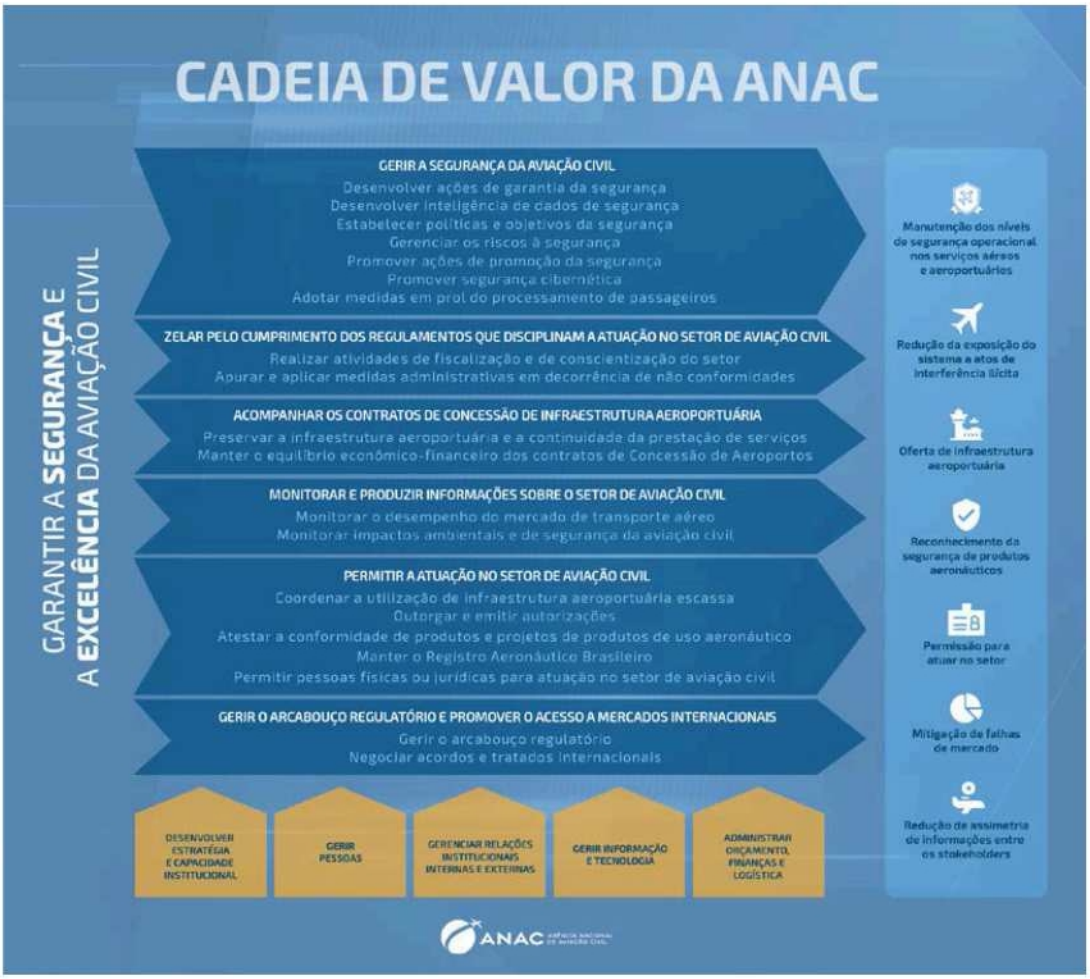
O modelo de negócio tem como propósito a representação do processo de transformação dos insumos da Agência em resultados a partir da execução de seus macroprocessos, visando o atingimento de seus objetivos estratégicos e a entrega de valor à sociedade.





CADEIA DE VALOR

A Cadeia de Valor da Anac é o conjunto dos macroprocessos organizacionais que comunica o que faz a instituição, proporciona uma visão sistêmica da operação, dos processos e dos produtos entregues pela Agência e ainda auxilia a tomada de decisão em alto nível.



POLÍTICAS E PLANOS DE GOVERNO

A Anac, como agência reguladora, tem a finalidade de regular e fiscalizar as atividades de aviação civil e de infraestrutura aeronáutica e aeroportuária[3] no Brasil e, para tanto, necessita contemplar a execução de políticas e planos que se refletem no setor. Nesse sentido, a busca pelo alinhamento de suas ações com as políticas públicas e demais atores se traduz como importante elemento para ampliar a eficiência da atuação da Agência e para maximizar o desenvolvimento do transporte aéreo nacional.

Essa relação entre agentes fica bem representada no Plano Plurianual 2024-2027[4], que contempla o Programa Finalístico 3104 – Aviação Civil para desenvolver e integrar a aviação civil, de forma sustentável, com foco na segurança, no aumento da competitividade, na qualidade dos serviços e na ampliação do acesso ao transporte aéreo pela população brasileira. Este programa é gerido pelo Ministério de Portos e Aeroportos e está relacionado às estratégias da agência de promoção da segurança, fomento à sustentabilidade e ampliação de infraestrutura.

QUADRO 1 - PPA PROGRAMA 3104: AVIAÇÃO CIVIL

Objetivos Específicos do Programa 3104	
0159 – Ampliar o número de aeroportos regionais atendidos por transporte aéreo regular de passageiros e cargas	0162 – Ampliar o número de usuários do transporte aéreo
0163 – Reduzir a intensidade de emissões de CO_2 da aviação civil brasileira	0164 – Promover e aprimorar a segurança da aviação civil brasileira

Dentro desse Programa, a Anac é responsável pela execução da Ação Orçamentária 2912 – Regulação e Fiscalização da Aviação Civil, executada de acordo com o cronograma de fiscalização de aeroportos, empresas, equipamentos, instalações, pessoal de aviação e demais itens operacionais do setor.

3 Decreto nº 5.731, de 20 de março de 2006.
4 Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024.



Também orientam o Plano Estratégico da Anac 2020-2026 a Política Nacional de Aviação Civil (PNAC), de 2009[5], a Política Nacional de Transportes (PNT), de 2018[6], o Plano Aeroviário Nacional (PAN), de 2024[7], o Plano Nacional de Logística (PNL 2035), de 2021[8], o Plano Estratégico do Ministério da Infraestrutura, de 2019[9], e a Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil (EFD 2020-2031)[10] .

5 Decreto nº 6.780, de 18 de fevereiro de 2009.
6 Portaria nº 235, de 28 de março de 2018, do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.
7 Portaria nº 605, de 5 de dezembro de 2024, do Ministério de Portos e Aeroportos.
8 Resolução CEG/Minfra nº 6, de 13 de outubro de 2021.
9 Portaria nº 542, de 30 de agosto de 2019, do Ministério da Infraestrutura.
10 Decreto nº 10.531, de 26 de outubro de 2020.

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA

Governança

O Modelo de Governança reflete, de forma estruturada, como as instâncias de governança da Anac se relacionam internamente e como interagem com órgãos e entidades externos, a fim de alcançar a missão e entregar valor à sociedade.



Instância interna de governança

A Diretoria Colegiada é o órgão de deliberação máxima da Agência. É composta por um diretor-presidente e quatro diretores, que decidem por maioria absoluta de votos, cabendo ao diretor-presidente, além do voto ordinário, o voto de qualidade.

O Anexo à Resolução Anac nº 381 define, em seu artigo 9º, que compete à Diretoria, em regime de colegiado, analisar, discutir e decidir, em instância administrativa final, as matérias de competência da Agência. Além disso, nesse artigo são listadas todas as suas competências.

Instância interna de apoio à governança

A instância interna de apoio à decisão da Anac é composta pelas seguintes unidades, comitês e comissões:

- Auditoria Interna;
- Ouvidoria;
- Corregedoria;
- Comissão de Ética (instituída pela Resolução Anac nº 523, de 23 de julho de 2019); e
- Comitê de Segurança Operacional (previsto na Instrução Normativa Anac nº 66, de 13 de novembro de 2012).

Instância externa vinculada ao Governo Federal

Instância composta por Ministério da Fazenda, Ministério das Relações Exteriores, Controladoria Geral da União (CGU), Conselho de Aviação Civil (Conac), Comissão Nacional de Autoridades Aeroportuárias (Conaero) e Comitê do Programa de Segurança Operacional (Comitê PSO-BR).

Instância externa de governança independente

MP - Ministério Público (http://www.mpu.mp.br)	**Poder Legislativo** (https://www.congressonacional.leg.br/)
TCU Tribunal de Contas da União (http://www.tcu.gov.br)	**Poder Judiciário** (https://portal.stf.jus.br/)

Instância externa de apoio à governança independente

A Organização de Aviação Civil Internacional (Oaci) e a Comissão Latino–Americana de Aviação Civil (Clac) compõem a instância externa de apoio à governança independente.

PLANO ESTRATÉGICO 2020-2026

O instrumento por meio do qual a Anac explicita seus objetivos de longo prazo e as ações a serem empreendidas para sua consecução é o Plano Estratégico 2020–2026. Este Plano serve como um compromisso de longo prazo firmado pela Agência junto à sociedade, seus regulados e servidores.

O Plano contempla 13 objetivos estratégicos, desdobrados em indicadores estratégicos, que se vinculam às perspectivas Sociedade, Regulados, Processos Internos, Aprendizado e Crescimento e Recursos. Posteriormente, a Anac estabeleceu as metas estratégicas vinculadas a esses indicadores para o período de 2020 a 2025.

É importante ressaltar que, desde 2020, a Agência vem implementando um plano de ações para uma efetiva avaliação e monitoramento de seus indicadores estratégicos, bem como para as metas não atingidas.

Esse trabalho resultou no processo da primeira revisão do Plano Estratégico 2020-2026, com atenção voltada especialmente à necessidade de atualização dos indicadores e metas estratégicas, visando o aprimoramento de seu planejamento.

Destaca-se ainda que as ações estratégicas da Agência são acompanhadas pelos diretores e titulares de unidades organizacionais, bimestralmente, por meio das Reuniões de Gestão.

Além disso, a Agência conta também com o Comitê de Segurança Operacional, cujo objetivo principal é coordenar a elaboração de diagnósticos, estratégias, planos, metas, processos transversais e indicadores finalísticos relacionados à segurança operacional da aviação civil, bem como as ações de implementação do Programa de Segurança Operacional Específico da Anac (PSOE-Anac).

13 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Distribuídos em



Mapa Estratégico

O mapa estratégico deriva de um processo de reflexão interna com ampla participação de atores externos e servidores e representa, por meio de um arranjo visual, o encadeamento em relações de causa e efeito dos objetivos da Agência.

O mapa conta com 13 objetivos, distribuídos sob cinco perspectivas:

I. Sociedade;
II. Regulados;
III. Processos Internos;
IV. Aprendizado e Crescimento; e
V. Recursos.



Nesse sentido, as perspectivas apresentam um alinhamento lógico da estratégia de atuação da Agência e cada uma delas congrega objetivos que refletem os principais desafios a serem enfrentados pela Anac.

PLANO DE GESTÃO ANUAL

A publicação da Lei nº 13.848, de 2019 (Lei das Agências) consolidou dispositivos que reforçam a necessidade de as Agências manterem esforços contínuos no aperfeiçoamento de sua governança.

Nesse sentido, o Plano de Gestão Anual (PGA), cuja premissa consiste na manutenção do alinhamento ao Plano Estratégico, contemplando ações, resultados e metas relacionados aos processos finalísticos e de gestão, tem o fito de firmar o compromisso de desdobrar e executar, com alta competência, os esforços, de maneira a potencializar a capacidade de resposta dos objetivos que foram pactuados no ano.

Portanto, o PGA representa o instrumento consolidado de planejamento em nível tático-operacional que norteia a atuação desta Agência em seu processo contínuo de melhoria de sua eficiência no alcance de sua visão e missão estratégicas.



Além disso, busca agregar relevantes ações focadas na qualidade dos serviços prestados pela Agência de forma a melhorar o seu desempenho, bem como incrementar a satisfação da sociedade.

A sistemática que ampara o Plano de Gestão Anual baseia-se na necessidade de aperfeiçoamento e priorização do uso dos recursos disponíveis à execução das estratégias de longo prazo estabelecidas pela instituição.

Ainda de acordo com a Lei n° 13.848, de 2019, o PGA deve especificar, no mínimo, as metas de desempenho administrativo e operacional e as metas de fiscalização a serem atingidas durante a sua vigência. Dessa maneira, a Agência priorizou a definição de metas objetivamente mensuráveis e que refletem o nível de qualidade dos serviços internos e externos prestados, bem como os esforços voltados para o aprimoramento dos processos internos e da governança.

Nessa perspectiva, mantendo o alinhamento com seu Plano Estratégico, foram utilizadas no PGA 2025 as metas estratégicas associadas aos seus respectivos objetivos estratégicos e vinculadas também aos macroprocessos da Anac. Assim, foram definidas 29 metas globais para o PGA, que representam amplamente os desafios e as prioridades de toda a Agência.

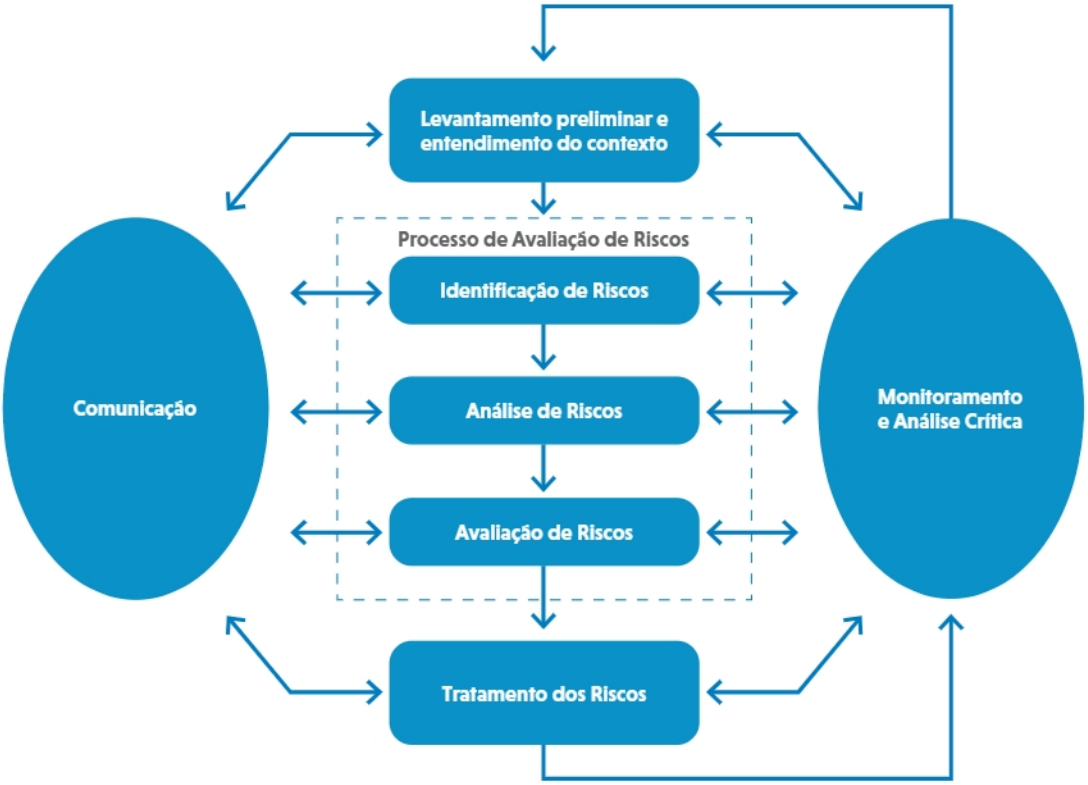
GESTÃO DE RISCOS E CONTINUIDADE DE NEGÓCIO

Riscos e controle interno

A Anac adota a gestão de riscos como instrumento central de apoio à estratégia, à tomada de decisão e ao fortalecimento de seus processos organizacionais. A política institucional está integrada à cultura da Agência e orientada pela alta administração, com responsabilidades distribuídas em toda a organização.

A gestão de riscos corporativos foi institucionalizada a partir do Plano Estratégico 2015–2019 e consolidada no Plano Estratégico 2020–2026, em atendimento à Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01, de 10 de maio de 2016. O marco normativo vigente é a Instrução Normativa Anac nº 186, de 22 de fevereiro de 2023, que integrou a gestão de riscos, a continuidade de negócios e a integridade em um modelo único de governança.

A metodologia adotada é baseada na ISO 31000 e está formalizada no Manual de Referência de Mapeamento e Gestão de Riscos dos Processos Organizacionais. O modelo contempla a identificação, análise, avaliação e tratamento dos riscos, considerando as especificidades da atuação regulatória da Agência.



Framework ISO 31000

No âmbito corporativo, a Anac estrutura a gestão de riscos em três dimensões: riscos estratégicos, riscos à segurança do setor de aviação civil e riscos dos processos organizacionais. Esse arranjo permite maior alinhamento entre planejamento estratégico, execução dos processos e mitigação de incertezas que possam impactar o cumprimento da missão institucional.



Classificação dos Riscos Corporativos

Gestão de continuidade de negócios

A Anac adota a Gestão da Continuidade de Negócios (GCN) como instrumento para assegurar a manutenção e a rápida retomada de processos organizacionais críticos, cuja interrupção possa gerar impactos relevantes de natureza financeira, operacional ou reputacional. A priorização dos processos é definida com base na Análise de Impacto no Negócio (*Business Impact Analysis* – BIA), com ênfase naqueles mais sensíveis ao tempo.

A GCN contempla a identificação de produtos, serviços e atividades essenciais; a avaliação dos impactos de sua interrupção; a análise dos riscos de eventos disruptivos; e a definição de prazos, prioridades e estratégias de retomada. O modelo inclui a elaboração e a manutenção de planos de continuidade e recuperação, com revisões periódicas para garantir sua efetividade.

O escopo da GCN abrange eventos que excedam o apetite a risco institucional, conforme definido em normativo próprio, e incorpora as atividades de suporte indispensáveis aos processos críticos, como gestão de pessoas, orçamento, contratos e infraestrutura de tecnologia da informação, assegurando a resiliência institucional da Agência.

INTEGRIDADE

A Anac mantém estrutura institucional e instrumentos normativos voltados à promoção da integridade, abrangendo ética, prevenção de conflitos de interesse, transparência, canais de denúncia e responsabilização. A gestão do tema é orientada pelo Programa de Integridade, instituído pela Instrução Normativa Anac nº 186, de 2023, que prevê a atuação de Subcomitê de Integridade e a elaboração de Plano de Integridade bienal, com foco na prevenção, monitoramento e correção de riscos de fraude, desvios éticos e irregularidades, assegurando a primazia do interesse público.

Atualmente, encontra-se em vigor o quarto Plano de Integridade da Anac, válido para o biênio 2025–2026, que contempla 39 ações voltadas ao tratamento dos riscos à integridade, identificados a partir da gestão de riscos, da autoavaliação baseada no Modelo de Maturidade em Integridade Pública (MMIP) e das diretrizes do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção. Desse total, 19 ações são específicas para a prevenção e o enfrentamento do assédio e da discriminação, consolidadas em Plano Setorial próprio, elaborado em conformidade com a legislação vigente.

A Agência atua em consonância com os instrumentos fundamentais de governança em integridade definidos pela Controladoria-Geral da União (CGU), contando com Programa e Plano de Integridade já implementados e com previsão de publicação do Plano Operacional da

Unidade Setorial de Integridade em 2026 e do Relatório Anual de Gestão da Integridade em 2027. O conjunto dessas iniciativas fortalece a cultura de integridade, a transparência institucional e a confiança da sociedade na atuação da Anac.





2 PANORAMA GERAL

PANORAMA GERAL

O setor aéreo entra em 2025/2026 já no "novo normal" pós-crises: a demanda global superou os níveis de 2019 em 2025. Segundo a Associação Internacional de Transporte Aéreo (IATA), a demanda total mundial (medida em passageiros-quilômetros pagos ou RPK) em 2025 aumentou 5,3% em comparação com 2024, a oferta total (medida em assentos-quilômetros disponíveis ou ASK) cresceu 5,2% em 2025 e a taxa de ocupação atingiu 83,6%, um recorde para o tráfego anual.

No turismo internacional, a World Tourism Organization (UN Tourism) reportou alta de 4% em 2025 (1,52 bilhão de chegadas), sinalizando resiliência da demanda apesar de incertezas macro e geopolíticas.

No Brasil, o desempenho do setor foi ainda mais expressivo. O mercado brasileiro encerrou 2025 com 129,59 milhões de passageiros[11] transportados, recorde histórico, sendo 101,19 milhões no mercado doméstico — que superou pela primeira vez a marca de 100 milhões de passageiros — e 28,4 milhões no mercado internacional. Nesse contexto, a demanda total no país cresceu 11,3%, enquanto a oferta avançou 10,2%, ambos resultados significativamente superiores às médias globais. A taxa de aproveitamento atingiu 84,9%, representando crescimento de 1 ponto percentual em relação ao ano anterior.

Paralelamente, a agenda de conectividade regional ganhou maior relevância. O Programa AmpliAR impulsionou concessões simplificadas de terminais regionais, com foco na modernização da infraestrutura aeroportuária do Nordeste e da Amazônia Legal, tendo concedido 13 aeroportos em sua primeira rodada. Ainda assim, o crescimento do setor permanece assimétrico entre regiões e operadores, refletindo gargalos estruturais de infraestrutura, custos elevados e significativa sensibilidade a fatores macroeconômicos.

Nesse sentido, a volatilidade cambial segue como variável central para o mercado de aviação, uma vez que entre 50% e 60% dos custos do setor são dolarizados. Destacam-se, entre esses custos, o leasing de aeronaves, a manutenção, os seguros e, sobretudo, o combustível de aviação (QAV), responsável por cerca de 30% das despesas operacionais. Em 2025, entretanto, o ambiente econômico mostrou-se favorável à aviação brasileira. O dólar apresentou desvalorização expressiva no mercado internacional e, no Brasil, recuou 11% frente ao real no acumulado do ano. O preço do QAV manteve relativa estabilidade ao longo de 2025, após

11 Dados disponíveis no Painel de Demanda e Oferta da Anac.



período de maior volatilidade, encerrando o ano em níveis significativamente inferiores aos observados em 2022, o que contribuiu positivamente para o desempenho do setor.

Do ponto de vista da oferta, o crescimento do transporte aéreo segue condicionado por restrições persistentes na cadeia de suprimentos aeroespacial, em especial relacionadas à disponibilidade de motores e ao desempenho de fornecedores. Esses gargalos têm provocado atrasos recorrentes nas entregas de aeronaves, contribuindo para a manutenção de elevados fatores de ocupação e limitando a expansão da capacidade no curto prazo. De acordo com análises recentes da IATA, a disponibilidade de aeronaves permanece como um dos principais entraves estruturais ao crescimento global. Embora as entregas tenham apresentado sinais de recuperação ao final de 2025 e a produção deva acelerar em 2026, a normalização do descompasso entre demanda e capacidade industrial é considerada improvável a curto prazo.

A elevada judicialização do mercado aéreo brasileiro continua a impactar a atratividade do país para novas companhias aéreas. Além disso, a transição para o uso de combustíveis sustentáveis de aviação (SAF) consolida-se como tema estratégico para o futuro do setor, especialmente diante das atuais restrições de oferta e da necessidade de expansão da produção em escala.

No campo ambiental, o Brasil avançou com a promulgação da Lei nº 14.993, de 8 de outubro de 2024 (Combustível do Futuro), que instituiu o Programa ProBioQAV e estabeleceu mandato progressivo de redução de emissões no transporte aéreo doméstico a partir de 2027. Em 2025, o Ministério de Minas e Energia submeteu à consulta pública o decreto de regulamentação do programa, enquanto a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) passou a admitir o SAF para geração de créditos de descarbonização (CBIOs) no âmbito

do RenovaBio, fortalecendo os sinais econômicos à oferta. A Organização da Aviação Civil Internacional (Oaci) destaca o potencial do Brasil como produtor relevante de SAF, considerando sua base bioenergética e os marcos de sustentabilidade existentes.

Adicionalmente, a aceleração tecnológica vem produzindo impactos estruturais na aviação civil, exigindo modelos regulatórios mais flexíveis, baseados em risco, desempenho e evidências operacionais. Nesse contexto, em 2025 a Anac colocou em consulta pública o RBAC nº 100, que substitui o RBAC-E nº 94 e promove alinhamento aos referenciais internacionais de avaliação de risco, em especial à metodologia SORA[12]. O novo regulamento estrutura as operações de aeronaves não tripuladas em categorias específicas, além de introduzir cenários padrão, criando bases para a ampliação segura de aplicações como voos além da linha de visada (BVLOS), inspeções, logística e monitoramento.

No gerenciamento do espaço aéreo, o Departamento de Controle do Espaço Aéreo avançou na consolidação do sistema SARPAS NG, registrando aumento de 22% nas solicitações de voos de drones no primeiro trimestre de 2025. Esse crescimento evidencia a rápida difusão do modal e reforça a necessidade de coordenação permanente entre a autoridade aeronáutica, o controle do espaço aéreo e o setor de telecomunicações, incluindo a Agência Nacional de Telecomunicações, diante da dependência crítica de enlaces de comunicação e navegação.

Por fim, a aviação mundial aproxima-se de um novo marco tecnológico com a iminência do início das operações comerciais de aeronaves elétricas de decolagem e pouso vertical (eVTOL), especialmente em ambientes urbanos e regionais. Esses sistemas possuem elevado potencial de transformação da mobilidade aérea, com impactos diretos sobre modelos de negócio, integração ao espaço aéreo, segurança operacional e sustentabilidade ambiental. A evolução desse segmento demanda atuação regulatória proativa, tanto no desenvolvimento de normas de certificação e operação quanto na definição de requisitos para infraestrutura dedicada, como os vertiportos, cuja padronização e integração aos aeroportos existentes e ao ambiente urbano constituem desafios relevantes.

Nesse cenário, o acompanhamento contínuo da evolução tecnológica, em articulação com organismos internacionais e autoridades setoriais, mostra-se essencial para assegurar que a regulação e a infraestrutura evoluam de forma coordenada, preservando elevados níveis de segurança operacional e viabilizando a incorporação ordenada das inovações ao sistema de aviação civil.

12 *Specific Operations Risk Assessment - Avaliação de Risco de Operações Específicas.*

GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DO TRANSPORTE AÉREO: PASSAGEIROS

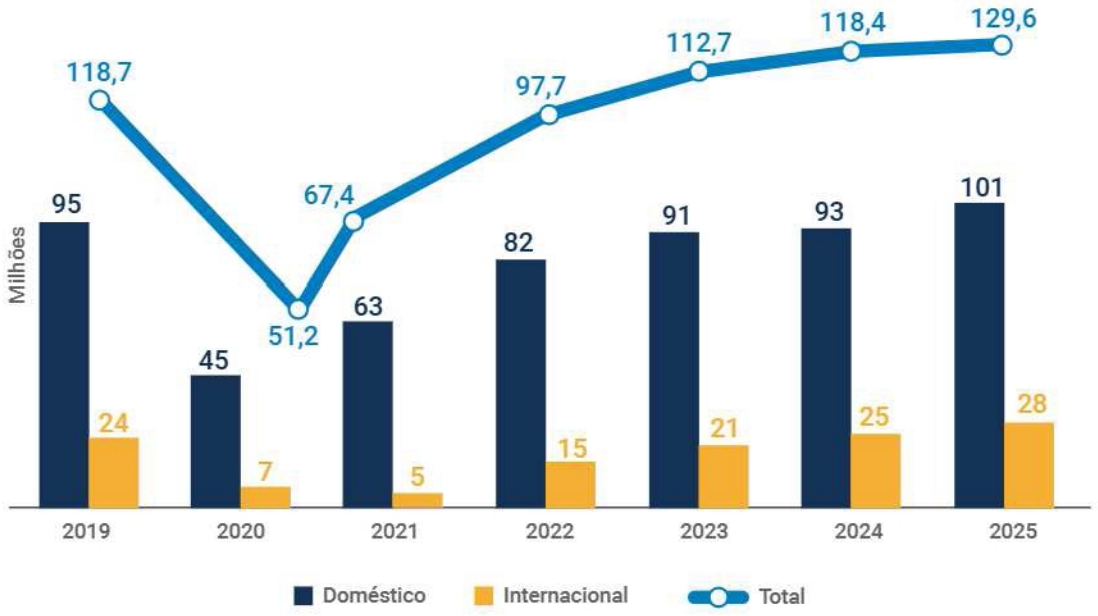
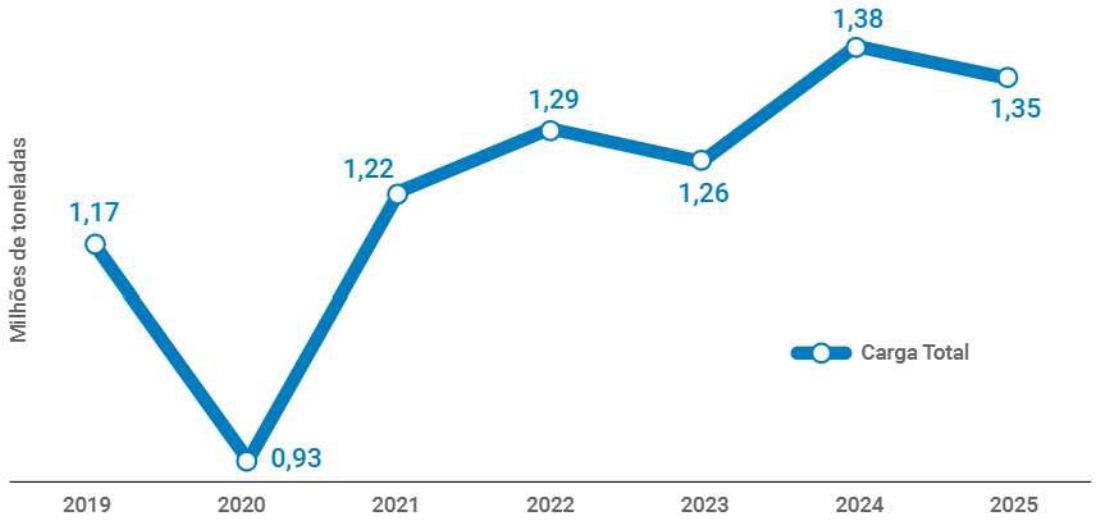




GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO DO TRANSPORTE AÉREO: CARGA E CORREIO (TOTAL)







3 MATERIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

MATERIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

A construção deste Relatório de Gestão e Atividades (RGA) foi pautada na seleção de temas que impactam diretamente a capacidade da Anac de gerar valor público e cumprir sua missão institucional. O processo seguiu as diretrizes do Tribunal de Contas da União (TCU), priorizando a transparência, a relevância das informações e a conexão entre as ações da Agência e os desafios do setor de aviação civil. Assim, busca-se oferecer à sociedade um panorama claro e acessível das atividades desenvolvidas ao longo de 2025, destacando avanços, desafios e oportunidades.

Para garantir que o relatório reflita com precisão o desempenho e as iniciativas da Anac, foram abordados os principais temas vinculados aos macroprocessos organizacionais, conforme definidos na cadeia de valor da Agência e nos objetivos estratégicos vigentes. Além disso, o documento considera o cenário atual da aviação civil e as transformações no ambiente regulatório e administrativo da Administração Pública, proporcionando uma visão abrangente do setor.

As informações apresentadas no RGA foram extraídas das ações executadas e dos resultados alcançados entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2025.





4 DESENVOLVER ESTRATÉGIA E CAPACIDADE INSTITUCIONAL

DESENVOLVER ESTRATÉGIA E CAPACIDADE INSTITUCIONAL

RESULTADOS ALCANÇADOS NO ÂMBITO DO PLANO DE GESTÃO ANUAL

TABELA 1 - PARÂMETROS DE ACOMPANHAMENTO VINCULADOS AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PARÂMETROS DE ACOMPANHAMENTO	UNIDADE DE MEDIDA E POLARIDADE	RESULTADOS			
			2022	2023	2024	2025
OE 1 – Contribuir para o desenvolvimento sustentável da aviação civil	1.1. Índice de emissão de CO_2/RTK	$kgCO_2$/RTK Negativa	0,9165	0,8905	0,8698	0,8551
	1.2. Tamanho da frota brasileira	Valor absoluto Positiva	15.194	15.618	16.372	16.799
	1.3. Quantidade de profissionais certificados	Valor absoluto Positiva	4.444	5.014	5.478	6.614
	1.4. Índice de solução das reclamações de passageiros na plataforma www.consumidor.gov.br[13]	Percentual Positiva	-	-	85,76	-

13 Parâmetro de acompanhamento incluído a partir de 2024. Devido a problemas técnicos de apuração na plataforma consumidor.gov.br, desde abril de 2024, o valor reportado em 2024 considera apenas o primeiro trimestre do período e não há registro para 2025.

OE 2 - Garantir a segurança da aviação civil	2.1. Taxa de fatalidades em acidentes aéreos	Número de óbitos / Milhão de m³ de combustível de aviação Negativa	11,19	11,13	13,60	12,39
	2.2. Nível de Percepção de segurança[14]	Valor absoluto Positiva	-	-	100	-
OE 3 - Promover um acesso amplo aos serviços aéreos	3.1. Passageiros transportados/ população	Percentual Positiva	47	55	56	61
	3.2. Número de aeroportos atendidos por voos regulares	Valor absoluto Positiva	188	180	156	141
	3.3. Número de empresas com participação significativa no mercado	Valor absoluto Positiva	3	3	3	3
	3.4. Passageiros transportados/ ano anterior[15]	Percentual Positiva	-	-	104,96	109,43



14 Parâmetro de acompanhamento com periodicidade trianual.
15 Parâmetro de acompanhamento incluído a partir de 2024. É calculado considerando a quantidade transportada de passageiros em relação à quantidade transportada de passageiros no ano anterior.

TABELA 2 - METAS E INDICADORES VINCULADOS AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INDICADORES	UNIDADE DE MEDIDA E POLRIDADE	METAS 2025	RESULTADOS	STATUS DA META	STATUS DO OE
OE 4 - Desenvolver a cultura de cooperação e a integração do setor	4.1. Índice de percepção do papel e da imagem da Anac pelas partes interessadas[16]	Valor absoluto (de 0 a 10) Positiva	8,20	-	-	-
OE 5 - Garantir a regulação efetiva para a aviação civil de forma a permitir a inovação e a competitividade	5.1. Índice de maturidade da qualidade regulatória	Percentual Positiva	5,9	6,7	100%	100%
	5.2. Tempo médio de processamento de processos administrativos sancionadores	Dias Negativa	365	233	100%	
	5.3. Índice de manutenção dos processos administrativos sancionadores	Percentual Positiva	78	83,66	100%	
OE 6 - Fortalecer a gestão de riscos no sistema de aviação civil e a cultura de segurança	6.1. Percentual de cumprimento das metas do Plano de Supervisão da Segurança Operacional - PSSO	Percentual Positiva	100	37,5	37,5%	67,6%
	6.2. Índice de conformidade dos operadores de aeródromo aos regulamentos de *security*	Percentual Positiva	90	88	97,8%	
7- Fortalecer a comunicação e o papel da agência	7.1. Índice de satisfação de atendimento às manifestações externas	Percentual Positiva	64	75,08	100%	100%
OE 8 - Intensificar a atuação internacional para o alinhamento de normas e melhores práticas do setor	8.1. *Effective Implementation – Universal Safety Oversight Audit Programme* (USOAP)	Percentual Positiva	92	94,82	100%	94,3%
	8.2. Índice de participação efetiva em fóruns internacionais	Percentual Positiva	90	79,78	88,6%	

16 A pesquisa referente a 2025 encontra-se em fase de coleta de respostas, com divulgação dos resultados prevista para o primeiro semestre de 2026.

OE 9 - Simplificar e desburocratizar os processos organizacionais com ênfase na melhoria da prestação de serviços	9.1. Índice geral de satisfação com serviços prestados	Valor absoluto (de 1 a 5) Positiva	4,2	4,28	100%	99%
	9.2. Índice de satisfação do servidor com os serviços internos	Percentual Positiva	83	83,81	100%	
	9.3. Índice de cumprimento aos prazos da carta de serviços externos	Percentual Positiva	98	96,42	98,4%	
	9.4. Prazo médio de estoque de pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro das concessionárias de aeroportos	Dias Negativa	60	61,6	97,4%	
	9.5. Tempo médio de certificação de operadores aéreos regidos pelo RBAC 135	Dias Negativa	387	381	100%	
	9.6. Tempo médio para certificação de uma OM (RBAC 145)	Dias Negativa	180	115	100%	
	9.7. Tempo médio de transferência de propriedade	Dias Negativa	30	23,8	100%	
	9.8. Tempo médio de comunicação de venda	Dias Negativa	5	3,42	100%	
OE 10 - Aperfeiçoar a governança corporativa com foco na entrega de valor à sociedade	10.1. Índice ESG (iESGo-TCU)	Percentual Positiva	93,7	93,7	100%	100%
	10.2. Índice de congestionamento de processos disciplinares sem relatório final	Percentual Negativa	60	47	100%	

OE 11 - Aprimorar a gestão da informação para tomada de decisão	11.1. Índice de Maturidade em Governança de Tecnologia da Informação do SISP - iGOVSISP	Percentual Positiva	83	73,81	88,9%	90,5%
	11.2. Percentual de execução das entregas priorizadas trimestralmente no PDTIC	Percentual Positiva	70	51,14	73,1%	
	11.3. Índice de maturidade em segurança da informação - iSeg	Valor absoluto (de 0 a 1) Positiva	0,68	0,70	100%	
	11.4. Nota final no ranking de serviços e órgãos da SGD	Valor absoluto (de 1 a 5) Positiva	4,25	4,88	100%	
OE 12 - Fortalecer a gestão, o desenvolvimento e a valorização das pessoas com foco no desempenho institucional	12.1. Conformidade do Centro de Treinamento nas Auditorias do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ)	Percentual Positiva	85	91,85	100%	98,3%
	12.2. Percentual de servidores alcançados por ações de desenvolvimento	Percentual Positiva	87	83,97	96,5%	
OE 13 - Promover a alocação de recursos de forma estratégica e efetiva	13.1. Percentual de execução do orçamento alinhado ao planejado	Percentual Positiva	98	99,96	100%	100%
	13.2. Índice de Capacidade em Gestão Orçamentária - (iGestOrcament)	Percentual Positiva	100	100	100%	
	13.3. Índice de Capacidade em Gestão de Pessoas (iGestPessoas)	Percentual Positiva	84	86,6	100%	
	13.4. Liquidação por bloco orçamentário	Percentual Positiva	91,7	96,1	100%	

PROGRAMA DE GESTÃO POR DESEMPENHO (ANAC+)

O Plano de Gestão por Desempenho Anac+ constitui instrumento central de aprimoramento da governança e da gestão orientada a resultados na Agência Nacional de Aviação Civil. O programa integra planejamento, monitoramento e avaliação do desempenho institucional, com foco na entrega de valor público, na transparência e no fortalecimento da cultura de resultados.

O Anac+ promove o alinhamento entre objetivos estratégicos, planos de entregas das áreas e indicadores de desempenho, ampliando a capacidade da Agência de priorizar ações, acompanhar resultados e subsidiar a tomada de decisão da alta administração. O modelo também fortalece a prestação de contas à sociedade, por meio da disponibilização de informações claras, comparáveis e acessíveis.

Entre os principais aspectos estruturantes do Anac+ destacam-se:

- definição de objetivos e entregas prioritárias por unidade organizacional;
- integração com instrumentos de planejamento e governança;
- desenvolvimento de sistema próprio de gestão do programa;
- incentivo à melhoria contínua e à responsabilização por resultados;
- rotina automática de envio de dados ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

Pesquisa interna, realizada em 2025, registrou elevado nível de engajamento, com 1.130 respostas espontâneas e anônimas, correspondentes a 80% dos participantes e gestores vinculados ao Programa de Gestão por Desempenho Anac+.

O Anac+ promove o alinhamento entre o desempenho institucional, das unidades organizacionais e dos servidores, assegurando coerência entre estratégia e execução. As entregas pactuadas pelas unidades são definidas em consonância com as diretrizes estratégicas da Agência, derivadas dos objetivos estratégicos. A partir dessas entregas, os servidores estruturam seus planos de trabalho mensais, vinculando suas atividades às entregas das respectivas áreas, enquanto os planos de desempenho individuais anuais são diretamente associados às metas das unidades. Esse encadeamento fortalece a gestão orientada a resultados na Agência, amplia a clareza de responsabilidades e contribui para a efetiva geração de valor público.

PRINCIPAIS PROGRAMAS, PROJETOS E INICIATIVAS

A implementação das iniciativas estratégicas da Anac é orientada por um modelo estruturado de desdobramento do Plano Estratégico 2020–2026 em ações concretas, com foco no alcance dos objetivos e das prioridades institucionais.

Esse modelo tem como finalidade assegurar o alinhamento entre os projetos desenvolvidos pela Agência e as demandas do setor de aviação civil, promovendo uma gestão pública eficiente, integrada e orientada a resultados.

O Portfólio de Iniciativas Estratégicas da Anac é organizado em três categorias principais de iniciativas: Projetos Prioritários, Projetos Setoriais e Agenda Regulatória.

Projetos Prioritários

Compreendem iniciativas de elevado impacto institucional, diretamente patrocinadas por um Diretor da Agência e alinhadas de forma explícita aos objetivos estratégicos da Anac.

Projetos Setoriais

São conduzidos por unidades organizacionais específicas, sob o patrocínio de seus respectivos titulares, com foco em melhorias, inovações e aprimoramento contínuo de processos no âmbito de suas competências.

Agenda Regulatória

Configura-se como o instrumento que orienta a atuação normativa da Anac, conferindo previsibilidade, transparência e racionalidade ao processo de aperfeiçoamento do arcabouço regulatório do setor de aviação civil.

QUADRO 2 - PORTFÓLIO DE PROJETOS PRIORITÁRIOS

Programa / Projeto Prioritários – Portfólio 2025
Projeto Regulação Responsiva
Projeto Gestão Integrada da Fiscalização
Projeto Cooperação Técnica Internacional
Projeto Integração Regional do Transporte Aéreo Latino-americano
Projeto Aeroportos + Seguros
Programa Asas para Todos
Programa Anac do Amanhã

Regulação Responsiva

Iniciado em 2020, o projeto visa modernizar o modelo regulatório da Anac, tornando a regulação e a fiscalização mais proporcionais, preventivas e orientadas ao desempenho. A iniciativa envolve mudança cultural, capacitação de servidores e aprimoramento dos instrumentos regulatórios e sancionatórios. Entre as principais entregas destacam-se o diagnóstico da fiscalização, a revisão de diretrizes normativas e o aperfeiçoamento da dosimetria sancionatória, culminando na publicação das Resoluções Anac nº 761 e nº 762, em dezembro de 2024, com vigência a partir de janeiro de 2026.

Principais resultados alcançados em 2025:

- Estruturação e consolidação dos Modelos de Decisão (Lavratura), com elaboração de Portarias de Critérios pelas áreas técnicas, implementação da estrutura de registro de dados no sistema GRC-ANAC, Guia de Avaliação de Não Conformidades e histórico de regulados;
- Implementação da estrutura de revisão do sistema GRC-ANAC, contemplando a atualização dos campos de autuação e o aperfeiçoamento das rotinas relacionadas ao parcelamento de multas, com reflexos diretos no processo administrativo sancionador;
- Elaboração e disponibilização do Guia do Processo Administrativo Sancionador e do Guia de Instrumentos Consensuais e de Obrigações de Fazer e de Não Fazer, promovendo maior padronização, transparência e segurança jurídica; e
- Realização de campanha institucional de divulgação voltada à preparação das áreas e dos regulados para o início da vigência das novas diretrizes.

Gestão Integrada da Fiscalização

Projeto em implementação voltado à automação dos fluxos de fiscalização e do processo sancionador, à padronização de formulários eletrônicos e à adoção do gerenciamento de

riscos operacionais, com foco em maior celeridade, padronização e confiabilidade das ações fiscalizatórias.

Principais resultados alcançados em 2025:

Em 2025, destacaram-se os avanços na implementação da emissão e gestão de providências administrativas no sistema GRC-ANAC, abrangendo:

- o registro de não conformidades;
- a emissão de Aviso de Condição Irregular (ACI) e a Solicitação de Reparação de Condição Irregular (SRCI);
- a emissão de providências acautelatórias;
- a emissão de autos de infração;
- a gestão de planos de ação corretiva;
- a construção do Processo Administrativo no Sistema Eletrônico de Informações (SEI); e
- as etapas de revisão e aprovação no processo decisório.

Cooperação Técnica Internacional

Iniciativa alinhada ao programa *No Country Left Behind,* da Organização da Aviação Civil Internacional (Oaci), direcionada a países lusófonos e latino-americanos, com foco no fortalecimento das capacidades regulatórias e de supervisão da segurança operacional e no reforço da atuação internacional da Anac.

Principais resultados em 2025:

- Desenvolvimento de ações de capacitação, com a elaboração do curso de Boas Práticas Regulatórias e do curso de Integridade, voltados ao fortalecimento da atuação institucional e à difusão de valores organizacionais;
- Estruturação de modelo de governança para a cooperação internacional; e
- Elaboração de versões traduzidas do Portal de Cooperação Técnica.

Aeroportos + Seguros

Iniciativa destinada a elevar o nível de segurança nos aeroportos brasileiros por meio da modernização de equipamentos, tecnologias e procedimentos, com proposta regulatória em fase de consulta pública.

Em 2025, foi elaborada a proposta de normativo de atualização de equipamentos, a ser submetida à consulta pública.

Asas para Todos

Instituído pela Portaria nº 13.939, de 26 de fevereiro de 2024, o Programa Asas para Todos é uma iniciativa estratégica da Anac voltada à promoção da diversidade, da inclusão e da capacitação na aviação civil brasileira, no âmbito do pilar social da Política de Sustentabilidade da Agência. O programa busca ampliar a participação de grupos historicamente sub-representados no setor, por meio da articulação entre governo, setor aéreo, instituições acadêmicas e sociedade, abrangendo ações de diversidade e inclusão, incentivo à participação feminina e formação e capacitação profissional.

Os resultados e impactos do programa estão detalhados na seção Sustentabilidade ***deste Relatório de Gestão e Atividades.***

Anac do Amanhã

O Programa Anac do Amanhã tem como objetivo fortalecer a gestão interna da Agência e consolidar uma cultura organizacional orientada à gestão por desempenho, com foco na eficiência, na entrega de resultados e na melhoria contínua do ambiente de trabalho. A iniciativa abrange ações de modernização de processos, serviços e infraestrutura, visando à otimização de recursos, à valorização das pessoas e ao aprimoramento da qualidade dos serviços internos.

QUADRO 3 - PROGRAMA ANAC DO AMANHÃ

Projeto	Ações concluídas em 2025
Adequação do Anac +	• Ações de aprimoramento do Programa Anac+; • Publicação de painéis de acompanhamento para públicos interno e externo; • Relatório de avaliação do primeiro ano do programa; e • Desenvolvimento de API para integração com os órgãos centrais do Sipec e do Siorg.
Aquisição de Equipamentos para reuniões híbridas	Contratação e implantação de equipamentos modernos de videoconferência, com o objetivo de ampliar e qualificar a realização de reuniões híbridas na Anac, adequando a infraestrutura aos diferentes perfis e necessidades de uso.
Integração de Sistemas Legados ao Login Único	• Integração do sistema SISHAB, com acesso viabilizado por meio do sistema Saci; • Integração do RAB Digital; • Integração do sistema Avanac; • Integração do sistema Saci; e • Disponibilização do acesso ao Saci em ambiente de produção por meio da plataforma gov.br.



EVOLUÇÃO DA GESTÃO DE RISCOS

Em 2025, a Anac executou integralmente o plano anual de gestão de riscos, conduzindo todas as etapas previstas para os processos organizacionais priorizados no período. O planejamento foi cumprido conforme estabelecido, com ajustes pontuais para atender a demandas emergentes. A execução das ações fortaleceu a interação com as áreas técnicas, ampliou o engajamento das equipes e impulsionou a adoção e o aprimoramento das práticas de gestão de riscos, contribuindo para a consolidação dessa cultura no âmbito institucional.

GRÁFICO 3 - PROCESSOS MAPEADOS POR ANO

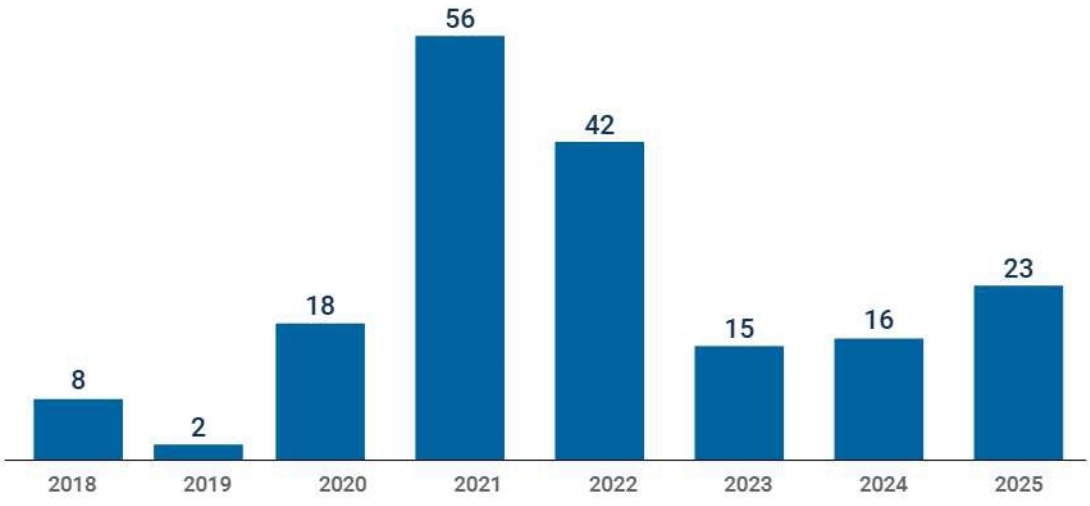




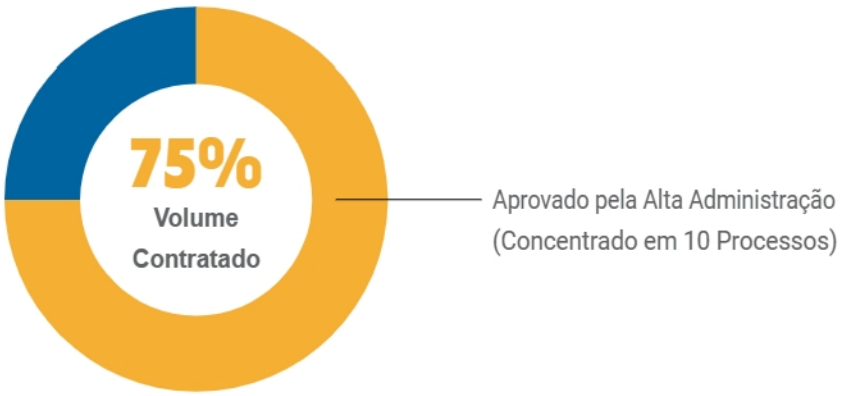
TABELA 3 - GESTÃO DE RISCOS DE PROCESSOS ORGANIZACIONAIS EM 2025

Processo de Negócio	Variante de Processo
Verificar a Manutenção da Conformidade de Empresas, Profissionais e Produtos	Verificar Conformidade de Empresas de Transporte Aéreo RBAC 121
Autorizar o Funcionamento e a Ampliação de Escopo de Operação de Aeródromos	Atualizar Infraestrutura Aeroportuária
Habilitar Pessoas Físicas para o Exercício de Atividade Profissional no Setor de Aviação Civil	Certificar Profissionais AVSEC
Alocar Slots	Definir a Base de Referência de Slots
Coordenar e Integrar o Gerenciamento de Riscos de Segurança Operacional	-
Autorizar Sobrevoo e Pouso de Aeronave Civil Estrangeira (Avanac)	-
Selecionar e Contratar Fornecedor de Materiais e Serviços	-
Alocar Slots	Processar Pedidos de Alteração ou Alocação de Slots sem Fins de Concessão de Histórico
Provisionar Recursos Humanos	Realizar Processos Internos de Seleção ou Movimentação
Autorizar o Funcionamento e a Ampliação de E scopo de Operação de Aeródromos	Alterar as Especificações Operativas do Aeródromo Certificado
Desenvolver e implementar ambiente experimental (Sandbox regulatório)	-
Extinguir Contratos de Concessão de Aeroportos	Extinguir Contratos por Relicitação

GOVERNANÇA EM CONTRATAÇÕES

Marco na supervisão e controle das contratações públicas, a nova Instrução Normativa (IN) Anac nº 212, de 19 de maio de 2025, instituiu fluxos decisórios rigorosos e submeteu contratações estratégicas à alta administração.

- Formalização de fluxos decisórios.
- Aderência à Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- Mitigação de riscos e controle gerencial.



INTEGRIDADE

Em 2025, importantes iniciativas do Plano de Integridade da Anac foram concluídas, destacando-se a melhoria do processo de monitoramento da execução das ações de integridade, seminário e eventos sobre ética. Do total de 32 ações planejadas para o exercício, 69% foram concluídas.

Principais resultados

- Revisão do Código de Ética
- Publicação do Guia de Diversidade e Inclusão
- Realização de Seminário de Ética na Agência

3 Processos instaurados de Apuração de Ética

24 Processos de Conflito de Interesses, sendo 8 Consultas e

16 Pedidos de Autorização de Atividade Privada

AÇÕES DE SUPERVISÃO, CONTROLE E CORREIÇÃO

Em 2025, a Anac obteve os seguintes resultados quantitativos, em termos de ações correcionais:

CORREGEDORIA ANAC

105
Processos investigativos instaurados
↑ 69%

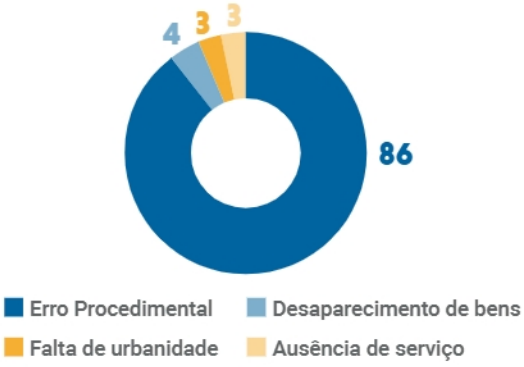
11
Processos acusatórios instaurados
↑ 37%

3
TACs celebrados
↓ 66%

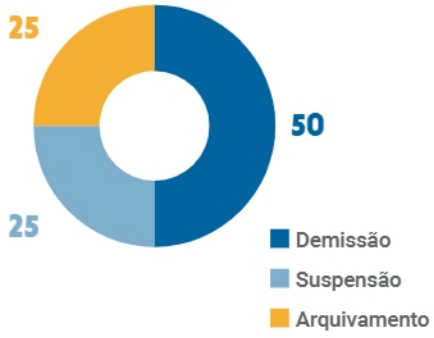
101 dias
Tempo médio de duração (PI)
↑ 7%

326
Tempo médio de duração (PA)
↓ 4%

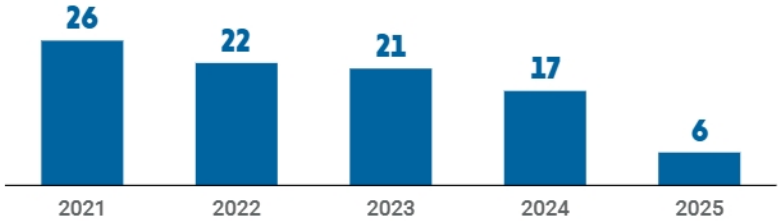
Principais fatos reportados (%)



Resultados de PADs (%)



Processos acusatórios julgados



Além das ações de caráter repressivo, a Anac intensificou, em 2025, iniciativas preventivas junto às unidades internas, com destaque para a oferta do curso online "Deveres, proibições e responsabilidades dos servidores da Anac". No exercício, aproximadamente 80 servidores concluíram a capacitação, que se consolidou como instrumento relevante de formação contínua alinhado às políticas de prevenção, à gestão de riscos disciplinares e ao fortalecimento da cultura institucional de responsabilidade e conformidade.

Na gestão dos recursos públicos, a Anac utiliza os sistemas estruturantes do Governo Federal, observando integralmente as normas aplicáveis. Para assegurar a conformidade legal e o cumprimento dos princípios da Administração Pública, destacam-se as seguintes iniciativas:

- **Publicação do Plano de Gestão Anual (PGA)**
- **Declaração de conformidade legal alinhada com o art. 37 da Constituição Federal de 1988 e demais instrumentos legais que regem a gestão patrimonial**
- **Mapeamento de riscos nos processos organizacionais e contratações**
- **Assessoria jurídica nos processos de contratação realizada pela Procuradoria Federal junto à Anac**
- **Centralização das licitações, pregões e contratações diretas**
- **Aplicação de medidas administrativas para apuração e minimização de ocorrências de ilícitos**
- **Disponibilização de processos e documentos da Anac para consulta pública**
- **Monitoramento dos principais objetivos estratégicos por meio do Painel de indicadores**
- **Publicação do Plano de Contratações Anual (PCA) e gestão dos riscos do calendário de contratações**
- **Disponibilização de licitações realizadas, contratos firmados, informações orçamentárias, financeiras, contábeis, repasses e transferências no portal da Anac**
- **Adoção de alçadas decisórias nas contratações**
- **Decisão de contratações tomadas por comitê de governança composto por diversas áreas da Agência**

Apuração de Danos ao Erário



PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Em 2025, a Anac apresentou evolução significativa na adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), conforme auditoria do TCU, passando de 48% (nível Inicial, em 2021) para 76,9% de conformidade (nível Aprimorado).

O resultado evidencia o fortalecimento dos controles, processos e práticas institucionais voltados à proteção de dados pessoais no âmbito da Agência.

Entre as principais entregas de 2025, destacam-se:

- Publicação do Programa de Governança em Privacidade, formalizando o compromisso institucional com a proteção de dados;
- Implementação das diretrizes de *Privacy by Design*, promovendo a incorporação da privacidade desde a concepção de processos e sistemas; e
- Capacitação de servidores e colaboradores por meio do curso "Introdução à LGPD na Anac", fortalecendo a cultura organizacional de proteção de dados pessoais.





5 GERIR PESSOAS

GERIR PESSOAS

Em 2025, a Anac priorizou o fortalecimento da força de trabalho, com a participação no Concurso Público Nacional Unificado (CPNU 2) para provimento de 70 cargos de técnico em regulação e a realização da 2ª turma de formação de especialistas. Destacou-se a implantação do Programa de Saúde Mental, reconhecido pelos servidores como a principal iniciativa do exercício, contribuindo para a melhoria do ambiente de trabalho. Na capacitação, apesar das restrições orçamentárias, houve atualização de programas e trilhas, com foco na ampliação do acesso a cursos gratuitos. Para 2026, permanecem como desafios a renovação da certificação do Centro de Treinamento junto à Organização Internacional da Aviação Civil, o aprimoramento do Programa de Gestão por Desempenho Anac+, a proposição de normativos de valorização e sucessão de servidores, e a regularização das pendências do eSocial.

FORÇA DE TRABALHO

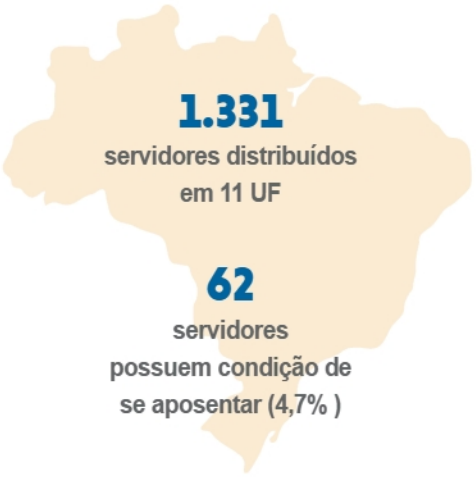


GRÁFICO 4 - SERVIDORES POR UF

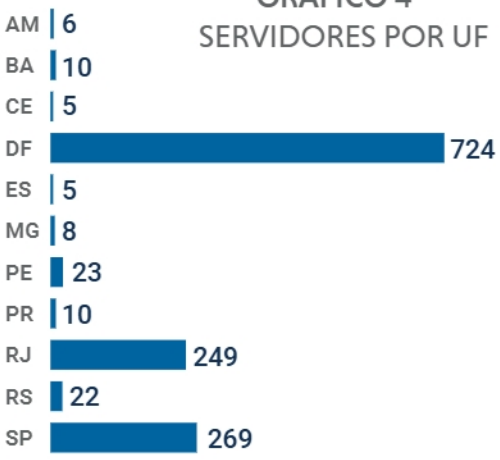


GRÁFICO 5 - SERVIDORES POR GÊNERO

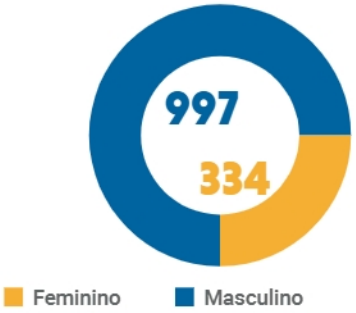


GRÁFICO 6 - POSIÇÕES DE LIDERANÇA POR GÊNERO

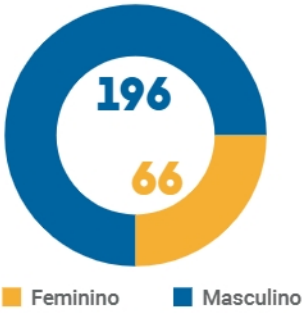
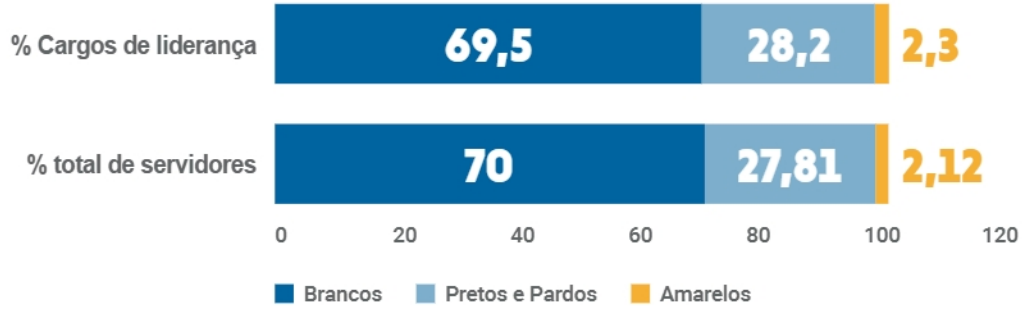


GRÁFICO 7 - RAÇAS E LIDERANÇA



Dimensionamento da força de trabalho

Em 2025, a Anac avançou na implementação do Dimensionamento da Força de Trabalho (DFT), conforme pactuado com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, como instrumento de aprimoramento da gestão de pessoas e requisito para participação no Concurso Público Nacional Unificado. A iniciativa adotou metodologia desenvolvida pelo MGI em parceria com a Universidade de Brasília, permitindo estimar necessidades de pessoal por unidade e alinhar recursos humanos às entregas do Programa de Gestão por Desempenho. O escopo priorizou as unidades finalísticas vinculadas ao CPNU, com registro no Sistema de Dimensionamento de Pessoas (Sisdip). Destaca-se a automatização de cadastros a partir de dados do Anac+, que reduziu intervenções manuais, aumentou a eficiência operacional e elevou a confiabilidade das informações.

PRINCIPAIS ENTREGAS

- **Concurso público e recomposição do quadro:** Autorizada, em outubro de 2025, a nomeação de 50% das vagas excedentes do concurso de 2023 para Especialistas em Regulação, viabilizando o ingresso de 41 novos especialistas após o curso de formação. Em paralelo, encontra-se em andamento o edital do 2º Concurso Público Nacional Unificado (CPNU) para provimento de 70 vagas de Técnico em Regulação, com homologação prevista para março de 2026.
- **Programa de Saúde Mental:** Implantação de serviço estruturado de acolhimento psicológico, oferecendo atendimento on-line, confidencial e personalizado a servidores e estagiários. A iniciativa foi complementada por palestras e ações educativas sobre saúde mental, liderança e bem-estar, integrando a política institucional de promoção da saúde no trabalho.

CAPACITAÇÃO

Em 2025, a política de desenvolvimento de pessoas manteve-se alinhada à Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP), com foco no fortalecimento das competências essenciais à regulação, à fiscalização e à segurança operacional. As ações alcançaram servidores, profissionais do setor regulado e cidadãos, contribuindo para a qualificação técnica, a melhoria da qualidade regulatória e o fortalecimento da cultura organizacional.

181 eventos de capacitação

20.652 vagas ofertadas

+8.400 pessoas capacitadas

92% satisfação média

Certificados emitidos

5.160 servidores

9.229 cidadãos brasileiros

683 estrangeiros



Destaques

Acordos de Cooperação Técnica para capacitação estratégica: Formalização de Acordos de Cooperação Técnica voltados ao fortalecimento da capacidade regulatória e operacional da Agência:

- **Azul Linhas Aéreas** – intercâmbio técnico para aprimorar processos de certificação e vigilância continuada no âmbito do RBAC nº 121, com foco na formação e no credenciamento de examinadores.
- **Ibama** – cooperação para apoio às operações aéreas ambientais, incluindo prevenção e combate a incêndios florestais, com capacitação de servidores da Anac para atuação em aeronaves de asa rotativa, sem ônus adicional à Agência.

Curso: Aviation English Level 3 for Civil Aviation Professionals

- **Reconhecimento:** Premiado pelo 5º ano consecutivo no Programa TRAINAIR PLUS da Oaci
- **Maior número de participantes** entre mais de 270 centros globais de capacitação
- **Alcance em 2025:** 1.531 alunos certificados
- **Valor público:** Fortalecimento da proficiência linguística e da segurança operacional em escala internacional

Curso: Elementary Aviation English Vocabulary

- **1.523 alunos** certificados

Inclusão e acessibilidade: 443 aprovados no Curso Básico de Libras



Programa de Mentoria da Anac

- **Abrangência:** Implementação institucional, modalidade a distância, com mentores e mentorados internos da Agência
- **Execução:** 4 workshops (32h) e 100% da demanda atendida
- **Desempenho:** Índice de Aproveitamento de 94% (mentorados) e 100% (mentores)
- **Destaque:** Projeto-piloto Mulheres na Liderança (>60% dos mentorados mulheres)
- **Resultados:** Desenvolvimento de competências de liderança, fortalecimento de redes de apoio, promoção da equidade e transferência de conhecimento
- **Valor público:** Base estratégica para expansão do programa e consolidação da cultura de aprendizagem e sucessão institucional





6 GERIR INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA

GERIR INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E SERVIÇOS AO CIDADÃO

Em 2025, a Anac avançou de forma consistente no fortalecimento de suas capacidades digitais, com foco na continuidade dos serviços, na segurança da informação e na melhoria da experiência do usuário.

O principal destaque do exercício foi a liderança da Anac no ranking de "Avaliação de Satisfação de Usuários do Governo Federal", que avaliou serviços digitais de 126 órgãos da Administração Pública Federal. O resultado, divulgado em setembro de 2025, posicionou a Agência em 1º lugar, refletindo a consolidação de serviços digitais amplamente utilizados, como o Super App Anac, o RAB Digital, a nova versão do Sisant e o Anac Pay, marco relevante na modernização do acesso a informações financeiras de forma segura e transparente.

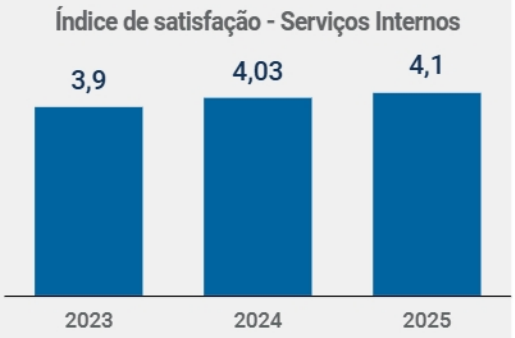
Esse desempenho decorre da execução da Estratégia Digital 2024–2026, que prioriza soluções centradas no usuário e o aprimoramento contínuo dos processos digitais. Como reconhecimento, a Anac foi premiada na 3ª edição do Fórum dos Líderes dos Planos de Transformação Digital, promovido pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), na categoria "Serviços mais bem avaliados", além de receber outros prêmios e reconhecimentos nacionais relacionados à inovação, agilidade, governança e gestão de TIC.

QUALIDADE DE SERVIÇOS

4,88/5

Nota final no Ranking de Qualidade de Serviços

Líder do Ranking



Além disso, destacam-se avanços relevantes em entregas de elevado valor público, com ênfase no Super App Anac e no Anac Passageiro, plataforma digital voltada à facilitação da experiência do cidadão usuário do transporte aéreo.

GRÁFICO 8 - SUPER APP: VERSÕES E ENGAJAMENTO



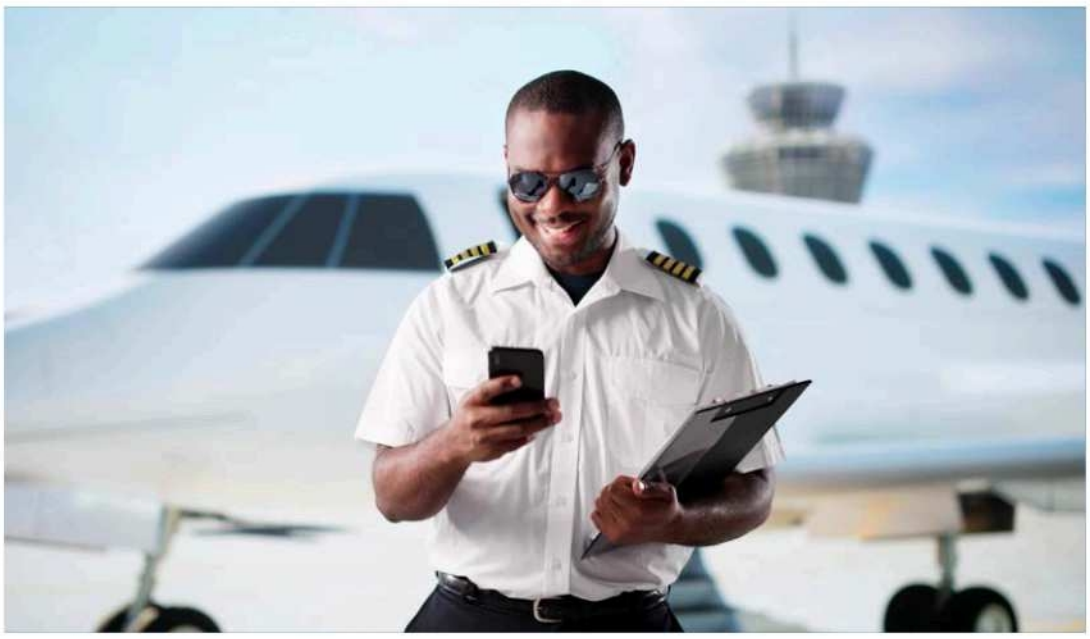


TABELA 4 - SUPER APP: PRINCIPAIS FUNCIONALIDADES EM CADA VERSÃO LANÇADA

Produto Viável Mínimo (MVP)	Jornada do Piloto Privado
Versão V2.2	• Consulta licenças (todos os profissionais) • Filtragem do extrato de voos
Versão V2.3	• Visualizar habilitações (todos perfis) • Baixar e exportar CHT (Certificado de Habilitação Técnica) • Nova tela extrato horas de voo com função a bordo e habilitação • Exibir mensagem de Habilitação suspensa
Versão V2.4	• Registro de CIV individual (Caderneta Individual de Voo) • Emissão automática de Declarações (AFFIDAVIT, LAF e acidentes aéreos) • Criação de múltiplas jornadas • Validação biométrica da foto do Canac
Versão V2.5	• Emissão automática de aprovação de exames teóricos • Declaração de horas de voo CIV e empresa até 2002 (base de dados antiga)
Versão V2.6	• Jornada do Piloto Comercial • Voe Seguro (regularidade do Táxi-Aéreo)
Versão V2.7 (em andamento)	• Jornada do Piloto de linha área • Criação do Canac pelo Super App

FIGURA 1 - ANAC PASSAGEIROS: RESULTADOS DO BETA TESTE



Ao longo de 2025, também se destacaram entregas de elevado valor público, como a evolução do Super App Anac e do Anac Passageiro, o lançamento da Estratégia de Inteligência Artificial da Agência, a entrada em operação do Anac Pay, a implantação do Sistema Voe 135 com apoio de inteligência artificial, o redesenho do Cadastro de Drones, a ampliação de autosserviços no Registro Aeronáutico Brasileiro (RAB) e a disponibilização de novos formulários no Portal Único de Notificação de segurança operacional.

MODELO DE GOVERNANÇA DE TIC

A governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) na Agência é regida pela Instrução Normativa Anac nº 182, de 8 de agosto de 2022, sendo sua principal instância o Comitê de Tecnologia da Informação, composto pelas autoridades máximas das unidades organizacionais da Agência. O comitê apoia a Diretoria na tomada de decisões estratégicas, propondo diretrizes e normativos para a governança de TIC. A governança de TIC busca alinhar tecnologia e gestão às necessidades institucionais e da sociedade, promover transparência, estabelecer diretrizes claras e definir papéis e responsabilidades, garantindo que as iniciativas contribuam para os objetivos estratégicos da Anac e ampliem os benefícios à sociedade.

MODELO DE
GOVERNANÇA DE TIC DA ANAC



SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

No campo de dados e segurança da informação, avançou-se com a integração dos dados de eventos de segurança operacional ao ***data lake*** da Agência, a incorporação de novos serviços ao módulo de avaliação e a entrada em operação do Centro de Operações de Segurança (SOC), reforçando a capacidade institucional de monitoramento e resposta a incidentes.

INTELIGÊNCIA DE DADOS

73%

Dados priorizados internalizados no Data Lake

9 (40%)

Conjuntos de dados externos internalizados no Programa de Interoperabilidade

Destaques de 2025

- Elevação da maturidade em segurança, ISEG: índice alcançou 0,70, superando a meta anual de 0,68;
- Reforço da capacidade de monitoramento e resposta: implantação de SIEM, EDR, MISP e realização de testes de intrusão (pentest);
- Fortalecimento da governança de segurança: elaboração de normas de gestão de acessos, vulnerabilidades e logs de auditoria;
- Proteção da infraestrutura digital: implementação de DNSSEC, LAPS e DANE para e-mails, elevando a confiabilidade dos serviços;
- Aprimoramento da prontidão operacional: participação no Exercício Guardião Cibernético 7.0 e apoio às ações do PNPC; e
- Promoção da cultura de segurança: realização da Semana de Cibersegurança 2025.



Segurança



CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES DE TIC

- Solução de Backup
- Storage
- Software de Coordenação de Slots
- Conexão de Dados SD-WAN
- Internet Via Satélite
- Security Operational Center (SOC)
- Videoconferência
- Relicitação do *data lake*



Recursos

100%

Empenho do Orçamento disponibilizado

R$ 35 milhões

21

Contratações

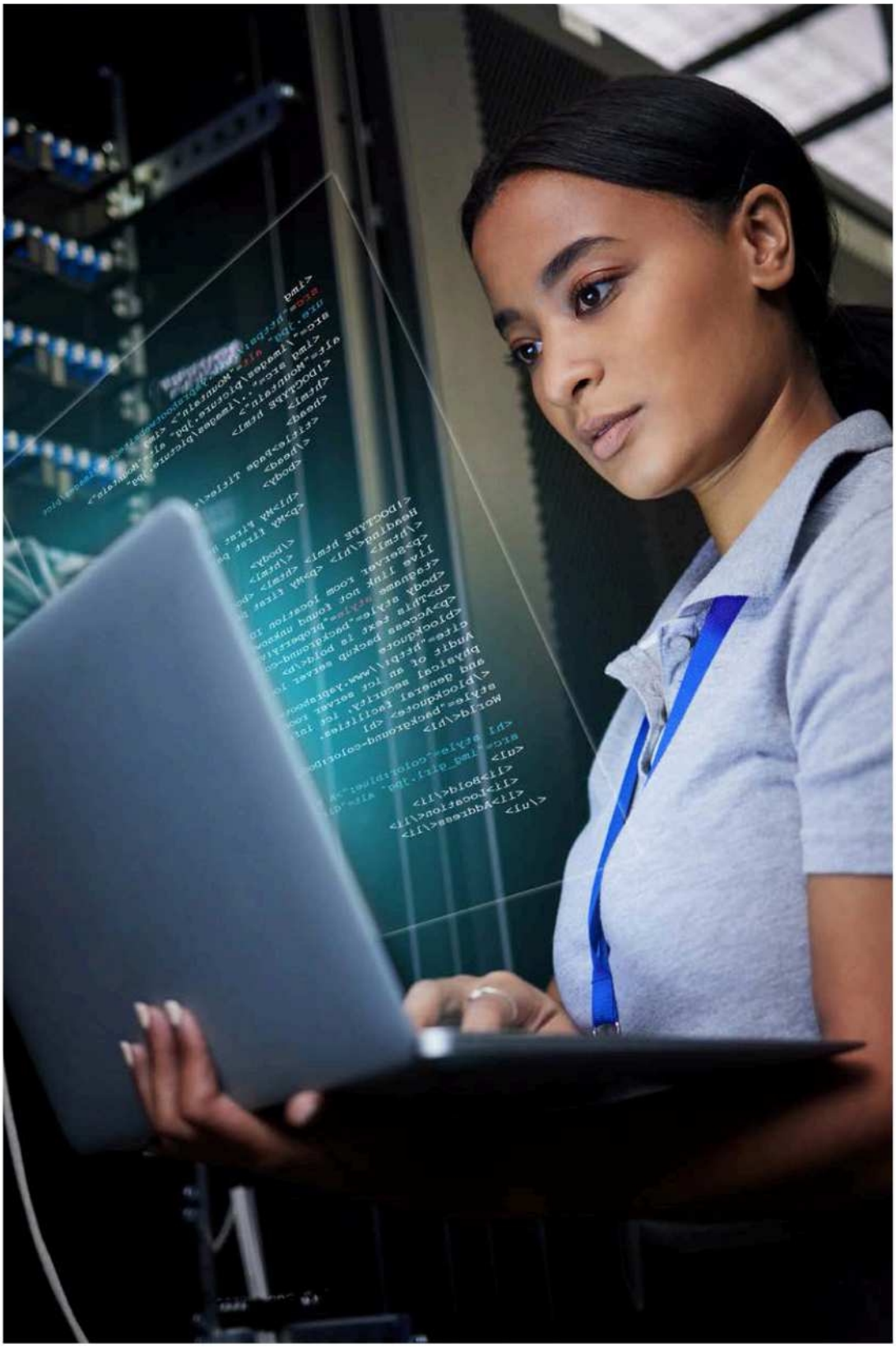
R$ 16 milhões

METAS NÃO ALCANÇADAS E PERSPECTIVAS

Em 2025, algumas iniciativas estratégicas não foram integralmente concluídas. A contratação de solução de nuvem e de suporte terceirizado para gestão de dados não foi finalizada, permanecendo como prioridades para a modernização da infraestrutura tecnológica e o fortalecimento da governança de dados.

Da mesma forma, a contratação da equipe de qualidade de software não se concretizou no período, mantendo-se como ação estratégica para elevar a padronização, a confiabilidade e a qualidade das soluções digitais.

Observou-se, ainda, evolução abaixo do planejado nos processos de qualidade de dados e ritmo inferior ao previsto na migração de serviços do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) para a nova plataforma, em razão de restrições de recursos e dependências técnicas. Essas frentes permanecem como prioridades para os próximos exercícios, com perspectiva de aceleração mediante reforço de estrutura e contratos de apoio.





7 GERENCIAR RELAÇÕES INSTITUCIONAIS INTERNAS E EXTERNAS

GERENCIAR RELAÇÕES INSTITUCIONAIS INTERNAS E EXTERNAS

ATUAÇÃO INTERNACIONAL

A Anac, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores, representa o Brasil em convenções, tratados e organismos internacionais da aviação civil. Como membro do Grupo I do Conselho da Organização da Aviação Civil Internacional (Oaci), o país participa ativamente da formulação de normas e decisões estratégicas do setor.

Em 2025, a Anac ampliou seu protagonismo internacional, atuando de forma relevante em fóruns técnicos sobre Mobilidade Aérea Avançada (AAM), eVTOLs, Sistema de Aeronave Remotamente Pilota (RPAS), aeronaves leves esportivas, desenvolvimento de competências para a aviação (GAAST) e sustentabilidade, com foco em descarbonização e combustíveis sustentáveis de aviação. Essa atuação reforçou a posição do Brasil como referência regional e consolidou sua presença em instâncias globais decisórias da aviação civil.

Atuação em grupos regionais

- **Comissão Latino-Americana de Aviação Civil (Clac):** participação em duas reuniões do Comitê Executivo, liderando a composição de chapa regional vitoriosa nas eleições para o Conselho da Oaci e atuação no Grupo de Especialistas em Assuntos Políticos, Econômicos e Jurídicos do Transporte Aéreo (GEPEJTA) com apoio regional a *12 Working Papers* do Brasil.

- **Sistema Regional de Vigilância da Segurança Operacional (SRVSOP):** contribuição técnica ativa e contínua para o fortalecimento das capacidades regulatórias e de segurança operacional dos Estados participantes, com atuação da Anac como principal provedora de especialistas.

- **Consenso de Brasília:** liderança brasileira na criação do Grupo de Trabalho de Integração Aérea, com elaboração da minuta orientadora e condução das primeiras reuniões para avançar a integração aérea sul-americana.

Cooperação técnica internacional

- **Brasil – Moçambique:** assinatura do Acordo Básico de Cooperação Científico-Técnica para o projeto de fortalecimento institucional do Instituto de Aviação Civil de Moçambique (IACM), em parceria com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a Anac, com foco em governança e capacitação.

- **Brasil – Cabo Verde:** visita técnica da Autoridade de Aviação Civil de Cabo Verde à Anac e assinatura de Memorando de Cooperação, com troca de experiências entre áreas técnicas.

- **Brasil – Angola:** realização da Semana de Capacitação e Cooperação Brasil–Angola, com apoio à estruturação de políticas de SAF e à adoção do CORSIA da Oaci.

- **Brasil – Guiana**: ações de cooperação técnica, com apoio do SRVSOP, para capacitação da autoridade de aviação civil guianense em certificação de operadores offshore.

Memorandos de entendimento e acordos assinados – Destaques

Durante a 42ª Assembleia da Organização da Aviação Civil Internacional, realizada em Montreal (23/9 a 3/10/2025), o Brasil reforçou sua atuação diplomática e firmou acordos bilaterais estratégicos.

- **Brasil – Arábia Saudita:** assinatura de Protocolo Adicional ao Acordo de Serviços Aéreos (ASA), ampliando possibilidades de rotas e conectividade bilateral.

- **Brasil – Emirados Árabes Unidos:** assinatura de Memorando de Entendimento (MoU) e *Working Arrangement* (WA) para cooperação em segurança operacional e aeronavegabilidade.



Destaques em Eventos Internacionais

- **RAAC/18 – 18ª Reunião de Autoridades da Aviação Civil da América do Sul:** A Anac sediou a RAAC/18, realizada em São Paulo (24 a 26/2/2025), reunindo representantes de 12 países da região, com participação da Organização da Aviação Civil Internacional (Oaci). O encontro promoveu o debate de propostas para o fortalecimento da aviação sul-americana, a integração regional e o alinhamento ao planejamento estratégico da Oaci, subsidiando a definição da estratégia regional para o período 2027–2035.

- **42ª Assembleia da Organização da Aviação Civil Internacional:** Realizada em Montreal (23/9 a 3/10/2025), a 42ª Assembleia consolidou o protagonismo do Brasil no cenário internacional. Sob coordenação da Anac, a delegação brasileira conduziu agenda intensa de articulações técnicas e diplomáticas, com participação de órgãos governamentais estratégicos. O Brasil apresentou 41 *working papers*, sendo 12 elaborados pela Anac, abordando temas como segurança operacional, inovação tecnológica e digitalização.

ATUAÇÃO JUNTO AO CONGRESSO NACIONAL

Considerando seu comprometimento com o interesse público, a Anac, por meio de sua Assessoria Parlamentar, acompanha todos os assuntos e tramitações de proposições de interesse do setor aéreo junto ao Congresso Nacional, além de atender eventuais solicitações, interpelações e requerimentos de informações provenientes do Legislativo Federal.

RELACIONAMENTO PARLAMENTAR QUALIFICADO E PROATIVO



A atuação transcendeu o monitoramento passivo. O trabalho envolveu a construção de pontes com lideranças partidárias para antecipar tendências

135
Parlamentares autores
Mapeamento de quem propõe as leis

88
Parlamentares Relatores
Acompanhamento de quem decide o texto final

9
Comissões Temáticas
Atenção transversal em temas de transporte, orçamento e regulação

Em 2025, a Anac participou de 19 audiências públicas no Congresso Nacional, contribuindo tecnicamente para debates de alto impacto político e regulatório. Os temas estratégicos das audiências públicas incluíram:

- Suspensão dos voos da Voepass;
- Regulação da indústria de drones;
- Situação orçamentária das agências reguladoras;
- Desenvolvimento de voos regionais;
- Política de preços das passagens aéreas;
- Acessibilidade e direitos da pessoa com deficiência;
- Infraestrutura aeroportuária (Guarujá e Viracopos); e
- Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC).

Temas prioritários na agenda do setor

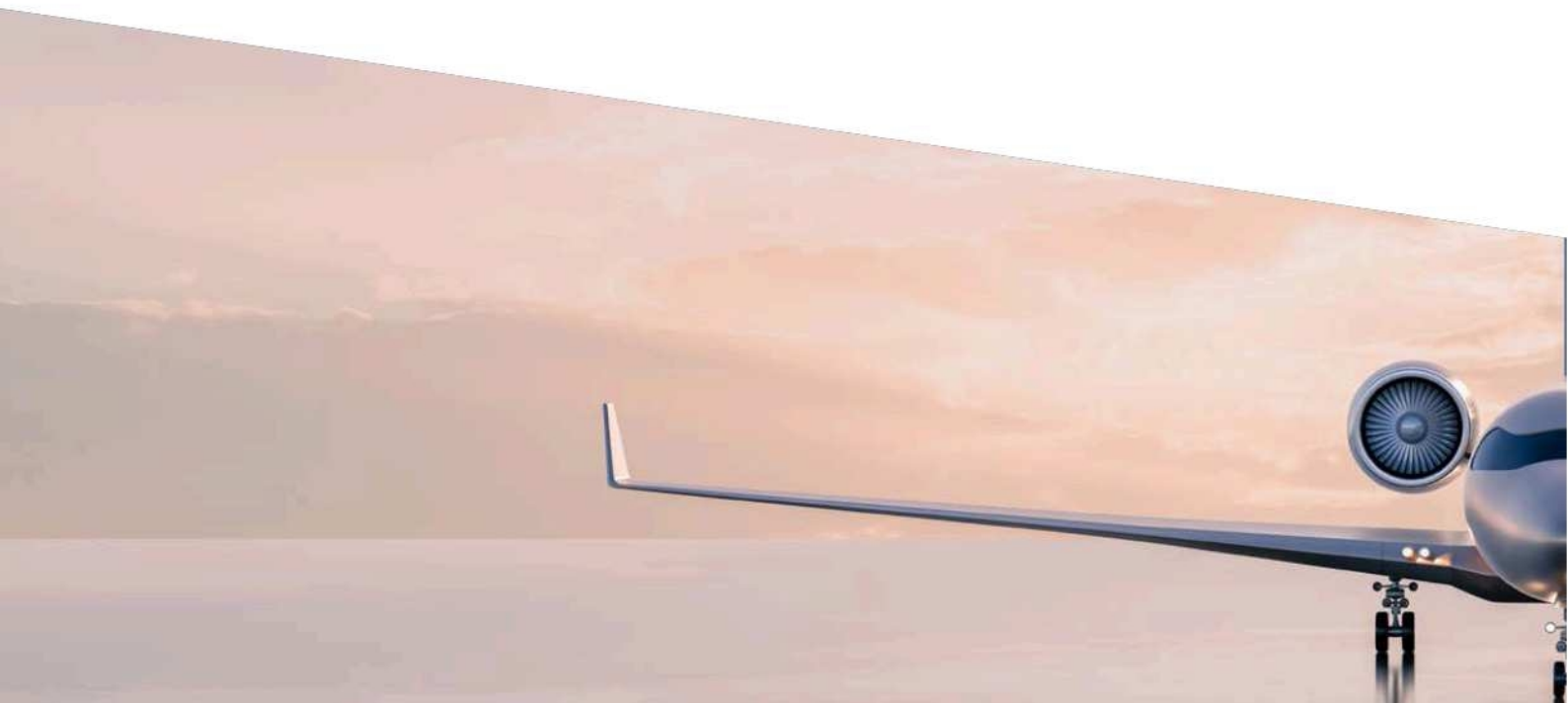
Os temas refletem as prioridades do setor de aviação civil manifestadas por meio da atuação parlamentar

Regulação Aeroportuária
Propostas sobre concessões, infraestrutura e modernização de aeroportos

Segurança Operacional
Medidas para aprimorar padrões de segurança e fiscalização

Direitos do Passageiro
Proteção ao consumidor, qualidade dos serviços aéreos e acessibilidade

Transporte Aéreo Nacional
Fortalecimento da conectividade e voos regionais



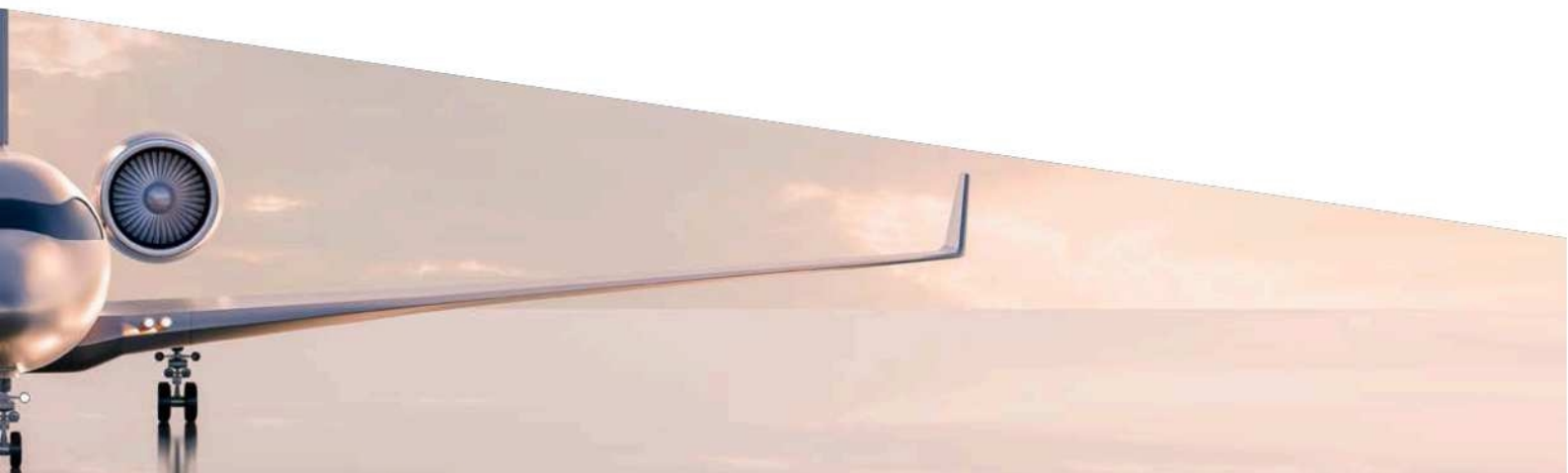
PRESTAR INFORMAÇÕES A ENTIDADES GOVERNAMENTAIS E NÃO-GOVERNAMENTAIS

O atendimento às demandas institucionais é instrumento estratégico para o fortalecimento da governança, da transparência e do diálogo da Anac com órgãos e entidades governamentais e não governamentais, incluindo os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Tribunais de Contas, Ministérios Públicos e Defensorias.

Demandas institucionais recebidas em 2025:	Quantitativo que exigiu resposta:	Percentual de respostas emitidas:
1.858	1.135	99%

Temas de Destaque nas Demandas Institucionais

- Condições gerais de transporte aéreo
- Regras de acessibilidade
- Transporte de animais e bagagens por modal aéreo
- Rotas e preços
- Segurança operacional
- Contratos e gestão de aeroportos concedidos



AÇÕES DE COMUNICAÇÃO

As principais ações da Assessoria de Comunicação Social da Anac em 2025 compreenderam atividades de atendimento à imprensa, campanhas institucionais, divulgações de notícias e pesquisas, realização de eventos institucionais e monitoramento das redes sociais. Todas essas atividades contribuem para apresentar as atividades da Agência à sociedade e dar transparência aos atos relacionados à regulação do transporte aéreo no Brasil.

Principais campanhas e ações de comunicação



Desconfie de Propostas Encantadoras – combate ao tráfico de pessoas: Realizada em parceria com a Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude (Asbrad) e o Ministério Público do Trabalho (MPT) para sensibilizar profissionais e passageiros do setor aéreo sobre a importância de identificar e denunciar o tráfico de pessoas, a campanha de comunicação constituiu-se de vídeos e peças gráficas exibidos nos principais aeroportos do país e até em estádio de futebol, com adesão de mais de 15 parceiros à iniciativa, 150 mil visualizações dos posts no Instagram, três entrevistas concedidas à imprensa e 10 notícias publicadas em veículos locais e nacionais. A campanha se seguiu a outras duas iniciativas: lançamento de um manual com orientações práticas e oferta de um curso sobre o tema para atuação em aeroportos.

Programa Asas para Todos – diversidade, inclusão e formação: As iniciativas do Programa Asas para Todos estiveram em destaque nos canais de comunicação da Anac, com o objetivo de ampliar a participação da sociedade nas ações de diversidade e inclusão no setor aéreo. Ao longo do ano, foram publicadas informações sobre diversas iniciativas, entre elas: Embarque numa Boa, Criando Asas, pesquisa sobre o perfil profissional na aviação, Guia de Combate ao Assédio, Newton in a Box, Dia da Aviação Inclusiva, Prêmio de Acessibilidade e manuais aeronáuticos gratuitos.



Programa Asas para Todos – Crianças e jovens no mundo da aviação: Para levar o mundo da aviação civil ao imaginário de crianças e jovens, a Anac levou o projeto Criando Asas, iniciativa do Programa Asas para Todos, a escolas públicas do Rio de Janeiro (RJ) e Distrito Federal. Na capital carioca, a aviação pousou no imaginário dos alunos da Escola São Tomás de Aquino no dia 18 de junho. No Distrito Federal, foram mais de 300 estudantes do Centro Educacional Infantil (CEI) do Núcleo Bandeirante em outubro e novembro. As atividades desenvolvidas incluíram contação de histórias, oficina de aviões de papel de aprendizado sobre os fundamentos do voo, a história da aviação e a trajetória de Santos Dumont. O objetivo foi atrair novas gerações para a aviação e proporcionar o desenvolvimento e fomento à educação com foco na inclusão, diversidade e capacitação no setor aéreo.



Projeto Asas da História atrai jovens de escolas públicas – aviação recebe jovens de escolas públicas: O projeto de fomento à educação Asas da História, iniciativa do Programa Asas para Todos, abriu as portas da aviação para os jovens de escolas públicas. O objetivo integrar a população ao setor aéreo, incentivando a visita a espaços da aviação civil, como aeroportos e museus, e estimulando seu ingresso neste mercado de trabalho. Em fevereiro, foi a vez de 31 moradores das comunidades como Morro do Ponto, Fallet-Fogueteiro e Penha, no Rio de Janeiro, que tiveram a oportunidade de conhecer, pela primeira vez, as instalações de um dos maiores aeroportos do Brasil, o Galeão. Em novembro, outros 40 estudantes desembarcaram no Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, para conhecer bastidores da operação aeroportuária e aprender sobre segurança operacional, logística e tecnologia, pilares da aviação civil.



Newton in a Box aproxima jovens do ensino médio e aviação: O projeto Newton in a Box, uma iniciativa da Boeing em colaboração com a ONG norueguesa First Scandinavia, chegou ao Brasil com o apoio estratégico do Programa Asas para Todos e do SJK Airport, de São José dos Campos (SP). Realizado em maio no terminal de passageiros do

aeroporto, proporcionou a cerca de 1,5 mil estudantes do ensino médio do município a participação em uma série de oficinas STEM (Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática, na sigla em inglês). O objetivo foi aproximar os jovens ao universo da aviação, inspirando futuros profissionais mostrando às novas gerações como a criatividade e a exploração científica podem desenvolver competências e abrir perspectivas no mercado de trabalho.



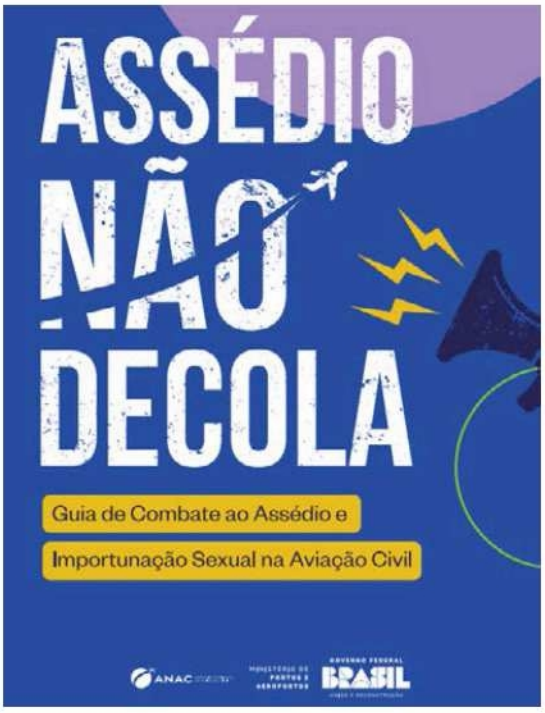
Super App da Anac – modernização na prestação de serviços: As evoluções no Super App da Anac, a mais recente delas focada na jornada dos pilotos comerciais, foram acompanhadas de ações de comunicação voltadas aos entes regulados da aviação civil. A campanha de comunicação trouxe transparência e informações importantes para que os regulados, em especial pilotos e mecânicos aeronáuticos, acompanhem sua jornada de forma simples e ágil. Desenvolvido em parceria com o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), o Super App da Anac marca uma etapa na modernização dos serviços prestados pela Agência, oferecendo uma experiência personalizada, de acordo como perfil do usuário. Em 2025, o app foi o vencedor da Premiação Agilidade Brasil 2025, principal reconhecimento às instituições públicas que aplicam boas práticas de gestão.



Plano de Comunicação – segurança da aviação em primeiro lugar: Pela primeira vez, a Anac elaborou um e executou o Plano de Comunicação de Segurança Operacional, documento que elenca as principais ações de comunicação dos temas de *safety* para 2025 e 2026. A iniciativa tem o objetivo de fortalecer a cultura de segurança na aviação civil brasileira com ações estratégicas de comunicação que informam, engajam e capacitam os diversos públicos do setor. Três pilares fundamentais foram reforçados: promoção da cultura contínua de prevenção e cuidado na aviação civil; adoção de abordagem clara, acessível e honesta na troca de informações com o setor e a sociedade; e fortalecimento da imagem da aviação civil brasileira como um meio seguro, confiável e alinhado às melhores práticas internacionais.



Transporte Aéreo Clandestino – Combate a irregularidades no setor: A campanha nacional "Confiança não tem atalho. Voe Seguro!" foi lançada em dezembro com foco na redução do risco à segurança operacional associado ao transporte aéreo clandestino (Taca). Visando sensibilizar o usuário e desestimular a prática ilegal, a ação de comunicação centrou no incentivo à contratação de empresas de táxi-aéreo certificadas. Foi realizada a distribuição de materiais orientativos durante uma grande ação educativa e de fiscalização realizada de forma simultânea em nove aeroportos estratégicos do país, divulgados três publicações e um vídeo nas redes sociais da Anac, que resultaram em 53,2 mil visualizações no total. Banners impressos também foram enviados para 35 aeroportos de todas as regiões do Brasil. Como instrumento de prevenção e empoderamento do cidadão, foi reforçado o uso da plataforma Voe Seguro, agora integrada ao Super App da Anac, ampliando o acesso à verificação prévia da regularidade de empresas e aeronaves.



Assédio não Decola: A Anac se engajou no lançamento da campanha nacional "Assédio não decola", de combate ao assédio nos aeroportos brasileiros. Lançada em parceria com o Ministério de Portos e Aeroportos, a iniciativa buscou sensibilizar passageiros e profissionais do setor sobre como identificar, prevenir e denunciar esse tipo de violência. A campanha tem cunho educativo e conta com a participação de diversos órgãos do Governo Federal, das concessionárias de aeroportos e da sociedade civil organizada. Um dos objetivos é o respeito ao direito de ir e vir das mulheres para que viagem com segurança e dignidade. Nas ações da campanha, foi distribuído o Guia de Combate ao Assédio e à Importunação Sexual no Setor da Aviação Civil, material com informações sobre os tipos de assédio, canais de denúncia, medidas de proteção às vítimas e boas práticas para promover respeito e dignidade.

Eventos institucionais

Os três grandes destaques do ano de 2025 foram a 18ª Reunião de Autoridades da Aviação Civil da Região da América do Sul (RAAC/18), Semana +OM e o Dia da Aviação Inclusiva. A Anac capitaneou também, ao promover a segurança operacional da aviação civil, três edições da Semana Safety (no Norte, Nordeste e Sudeste do país) e o Safety Management Summit Brazil (SMS Brazil), em outubro de 2025, que reuniu autoridades nacionais e internacionais do setor, operadores e especialistas para debater cultura de segurança, compartilhamento de dados e programas de apoio aos elos da aviação civil.

RAAC/18 – A 18ª Reunião de Autoridades da Aviação Civil da Região da América do Sul contou com a participação de 150 pessoas, sendo autoridades de 11 países, representantes da Oaci, academia e indústria.

Semana +OM – A Semana +OM foi o evento digital de com maior número de participantes on-line simultâneos: 1.900.



Dia da Aviação Inclusiva – O Dia da Aviação Inclusiva foi o primeiro evento da Anac voltado exclusivamente para a inclusão de pessoas com deficiência na aviação. Cinco pessoas com deficiência nos membros inferiores realizaram voos inéditos na única aeronave adaptada da América Latina disponível em uma escola de aviação civil, durante evento realizado em Campinas (SP), em junho, no hangar da Escola de Aviação Safe.

Além dos eventos, a Anac também esteve presente em 92 representações institucionais ao longo do ano de 2025, ocasiões em que servidores ou diretores da Agência são convidados a participar de atividades realizadas por outras organizações.

TABELA 5 - SÍNTESE DOS EVENTOS REALIZADOS EM 2025

Formato do evento	Nº de eventos realizados	Público interno	Público externo
Presencial	33	1.100	37.139
Híbrido	7	6.281	6.880
Digital	22	4.913	18.259
Total	**62**	**12.294**	**62.278**

RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE E DEMANDAS DA OUVIDORIA

Em alinhamento ao seu Plano Estratégico e a determinações legais, a Anac mantém serviços de atendimento às reclamações e sugestões dos cidadãos, bem como acolhimento de denúncias e de manifestações sobre a qualidade do atendimento e dos serviços públicos prestados pela Agência, de forma a garantir espaços, mecanismos e instrumentos de participação e controle social sobre sua atuação.

Sistema de Atendimento Anac

Por meio do "Fale com a Anac", parte integrante do Sistema de Atendimento, os usuários têm a oportunidade de solicitar informações, esclarecer dúvidas, expressar elogios, apresentar reclamações e denúncias, oferecer sugestões e propor simplificação dos serviços da Agência.

Fale com a Anac

71.206
atendimentos aos usuários

- 10,94%
em relação a 2024

Tempo médio de atendimento e resposta

4,1
minutos telefone

31,15
minutos canais digitais

4 dias
internet

Avaliação de satisfação do usuário com o atendimento

Responsável pelos canais digitais e pelo telefone 163, a Central de Atendimento da Agência conduz, ao final de cada interação, pesquisas ao usuário para avaliar a qualidade do atendimento. O usuário atribui nota de 1 a 5 em relação à satisfação com o atendimento e à efetividade, respondendo se sua dúvida foi esclarecida.

Resolutividade das demandas

82%
demandas total ou parcialmente solucionadas

Satisfação do usuário

83,2%
Índice de Satisfação do Usuário (ISU) em 2025

80%
meta estabelecida para o ano

Desempenho do atendimento da Anac em 2025

2º
melhor tempo de resposta dentre os 20 órgãos públicos mais demandados

12º
órgão público com maior volume de manifestações recebidas no Fala.BR

2ª
posição entre agências reguladoras que mais receberam manifestações

4 dias
corridos como tempo médio de resposta

Reuniões técnicas virtuais

A reunião virtual é um instrumento com o objetivo de esclarecer assuntos e situações que, por sua complexidade, não possam ser solucionados adequadamente pelos canais do Fale com a Anac. Das 464 solicitações recebidas pela Agência, 429 (92,5%) foram atendidas.

Transparência

A Anac demonstra compromisso com a transparência ativa e a prestação de contas à sociedade ao adotar o Guia de Transparência Ativa da Controladoria Geral da União. A Agência publica em seu portal eletrônico, de forma clara, acessível e organizada, um conjunto abrangente de dados e documentos relacionados à sua gestão.

Solicitações de informações pela Lei de Acesso à Informação (LAI)

Informações solicitadas por LAI

423
pedidos de cidadãos e organizações

344
solicitações atendidas

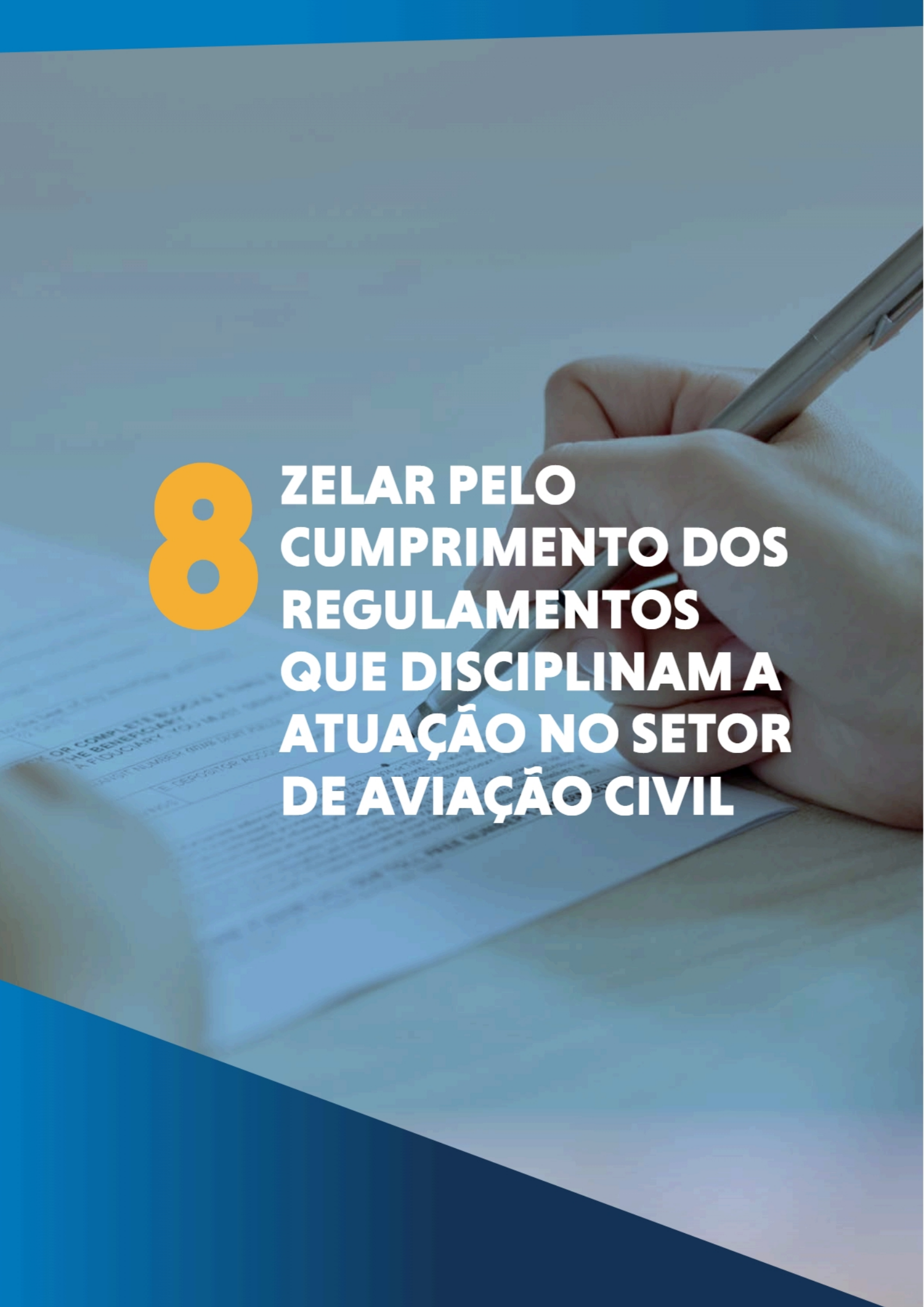
7,7 dias
como tempo médio da resposta

4,26
satisfação média com o atendimento na escala de 1 a 5

Grau de satisfação dos usuários com os serviços prestados

Ao final de 2025, a Anac conta com 134 serviços registrados na Carta de Serviços junto ao Portal gov.br. Desse total, 57 serviços são prestados por meio de sistemas que têm integração com a API da pesquisa de satisfação da Central de Qualidade da Secretaria de Governo Digital do MGI. A nota de satisfação dos demais serviços, não integrados à API, é aferida por pesquisa aplicada pela Ouvidoria da Anac.

O indicador estratégico 9.1 Índice Geral de Satisfação com Serviços Prestados consolida os resultados das duas pesquisas por meio da média ponderada pela quantidade de serviços integrados, tendo alcançado a nota geral de 4,28 em 2025, superando a meta de 4,2. A nota é composta pela ponderação da nota média 4,76, sopesados os 57 serviços integrados à Central de Qualidade, e da nota média 3,93, sopesados os demais serviços.



8 ZELAR PELO CUMPRIMENTO DOS REGULAMENTOS QUE DISCIPLINAM A ATUAÇÃO NO SETOR DE AVIAÇÃO CIVIL

ZELAR PELO CUMPRIMENTO DOS REGULAMENTOS QUE DISCIPLINAM A ATUAÇÃO NO SETOR DE AVIAÇÃO CIVIL

FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da Anac compreende o conjunto de ações destinadas a verificar o cumprimento dos requisitos normativos por pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor regulado, assegurando a conformidade com as normas e coibindo a atuação sem certificação ou outorga.

Essa atuação se estrutura em duas vertentes complementares: Vigilância Continuada, voltada ao monitoramento regular do desempenho de profissionais, produtos, empresas, processos e serviços certificados ou outorgados; e Ação Fiscal, direcionada ao enfrentamento de operações irregulares e de infrações graves ou reincidentes.

A atuação da Agência combina ações presenciais, remotas e monitoramento contínuo, ampliando a efetividade da supervisão regulatória.

Cumprimento das atividades de vigilância continuada e ação fiscal:

TABELA 6 - FISCALIZAÇÃO

Fiscalização	Presencial	Remota
Ação Fiscal	463	-
Aeronavegabilidade	62	-
Padrões Operacionais	1.566	50
Serviços Aéreos	113	2.961
Reg. Econ. de Aeroportos	39	564
Infraestrutura Aeroportuária	244	46
Pessoal da Aviação Civil	139	71
Total	**2.626**	**3.692**

Cumprimento do plano de fiscalização presencial:

Programado	2.792
Executado	**2.626**

Percentual de execução: **94,05%**

Foram realizadas 6.636 ações de monitoramento, atividade de acompanhamento sistemático e rotineiro, realizada por meio da verificação de aderência entre bases de dados, com o objetivo de avaliar a conformidade em relação às normas aplicáveis. Trata-se de procedimento voltado à identificação de inconsistências, tendências e potenciais desvios. O acompanhamento é realizado de forma contínua e periódica, subsidiando a atuação regulatória e o direcionamento de ações de supervisão.

Ação fiscal

As ações fiscais da Anac têm como objetivo coibir a atuação de entes não certificados na prestação de serviços regulados, contribuindo para a segurança operacional e a proteção do interesse público. Em 2025, a atuação concentrou-se na prevenção de operações irregulares com potencial risco à segurança de voo, por meio de inspeções, apuração de ilícitos, monitoramento de operadores não certificados e ações educativas voltadas à sociedade. No exercício, foram realizadas 463 fiscalizações de Ação Fiscal, reforçando a conformidade regulatória e a mitigação de riscos à aviação civil.

Destaques:

Projeto Colibri

O Projeto Colibri é uma iniciativa internacional coordenada pela Organização Mundial das Aduanas (OMA), voltada ao combate ao crime organizado e ao tráfico ilícito, com foco na aviação geral e em áreas sensíveis, especialmente regiões de fronteira. A atuação da Anac no projeto contribui para a mitigação de riscos à segurança operacional, ao interesse público e à integridade do sistema de aviação civil.

Em 2025, no âmbito do projeto, a Agência participou da Operação Colibri Paramuno, que resultou em fiscalizações simultâneas em 14 cidades, com a inspeção de 262 aeronaves e 369 tripulantes,

sendo identificadas 25 ocorrências de irregularidades. As ações reforçaram a conformidade regulatória, a prevenção de operações clandestinas e a proteção da segurança de voo.

No mesmo exercício, a atuação no âmbito do Projeto Colibri incluiu ações técnicas e de cooperação nacional e internacional, com foco no fortalecimento da fiscalização e da inteligência aplicada à aviação civil, bem como assessoramento estratégico às ações de desintrusão da Terra Indígena Yanomami, por meio da participação da área de inteligência da Anac na Casa de Governo de Roraima.

Essas iniciativas ampliaram a capacidade de cooperação internacional, o intercâmbio de informações estratégicas e a resposta coordenada a ilícitos aeronáuticos, fortalecendo a geração de valor público por meio da segurança, da legalidade e da proteção da sociedade.

XVII Cúpula do BRICS

A Anac atuou na preparação e no acompanhamento da XVII Cúpula do BRICS (agrupamento formado por 11 países, o Brasil entre eles), realizada em julho de 2025, com foco na mitigação de riscos à segurança da aviação civil e na continuidade dos serviços essenciais durante o evento internacional de grande porte. Foram realizadas visitas técnicas aos aeroportos do Galeão e Santos Dumont, com identificação de vulnerabilidades, emissão de recomendações e definição de planos de ação. Durante o evento, a Agência integrou as estruturas de coordenação e monitoramento interinstitucional, apoiando a recepção de delegações e o acompanhamento das operações aéreas, contribuindo para a resiliência da infraestrutura crítica, a segurança operacional e a geração de valor público.

Operação Yanomami

A Anac integrou a atuação interinstitucional do Governo Federal no âmbito da ADPF nº 709, contribuindo para o combate a ilícitos aeronáuticos associados ao garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami. Em 2025, a Agência realizou 13 operações, com 748 verificações de aeronaves e 221 verificações de aeródromos na região de Boa Vista (RR) e entorno, resultando na emissão de 12 providências acautelatórias. As ações reforçaram a proteção de populações vulneráveis, a regularidade das operações aéreas e a preservação do interesse público, contribuindo para a efetividade das medidas de desintrusão e para a integridade do espaço aéreo em área sensível.

Operação Munduruku

Ainda no âmbito da ADPF nº 709, a Anac integrou a força-tarefa interinstitucional coordenada pela Casa Civil e pelo Ministério dos Povos Indígenas, com foco no combate ao uso irregular da aviação

civil associado ao garimpo ilegal em territórios indígenas. Foram realizadas quatro Operações Munduruku, concentradas nas regiões de Itaituba (PA) e Novo Progresso (PA), com 37 verificações de aeródromos e 78 verificações de aeronaves, resultando na emissão de seis providências acautelatórias. As ações contribuíram para a proteção de populações vulneráveis, a preservação ambiental e a regularidade das operações aéreas em área de elevada sensibilidade socioambiental.

COP30

A preparação para a COP30, 30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, realizada em Belém (PA) em novembro de 2025, demandou planejamento antecipado e coordenação intensiva para mitigar riscos à segurança contra atos de interferência ilícita e à fluidez do transporte aéreo, diante do expressivo aumento de voos, passageiros e autoridades internacionais. As ações envolveram monitoramento contínuo das operações aéreas, ampliação da oferta de assentos em aproximadamente 30%, fiscalização da certificação operacional do aeroporto, simulados de segurança com órgãos policiais, fiscalizações em segurança contra atos de interferência ilícita (AVSEC) em aeroportos estratégicos do país e articulação interinstitucional com forças de segurança e gestores aeroportuários. Os resultados contribuíram para a realização segura do evento, o fortalecimento da capacidade operacional e da segurança da aviação na Região.

Inteligência

Como integrante do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin), a Anac teve atuação estratégica ao longo de 2025, contribuindo para a segurança e a regulação da aviação civil por meio da produção e disseminação de informações críticas.

46 **Relatórios de Inteligência** divulgados para órgãos do Sisbin, subsidiando a tomada de decisão em temas relacionados à segurança e à proteção do setor aéreo.

1.221 **Levantamentos de Dados e Informações** da aviação civil para apoio às ações da Agência, aos órgãos de segurança pública e a integrantes do Sisbin, incluindo subsídios a processos internos e às ações de desintrusão de Terras Indígenas, como as operações Yanomami, Munduruku e Araribóia.

75 **Monitoramentos e emissão de alertas de inteligência** sobre greves de aeronautas e aeroviários, mercado da aviação civil, segurança operacional e cadeia logística do setor, com disseminação de 11 alertas a órgãos externos.

Atuação em contrainteligência

Em 2025, as ações de contrainteligência concentraram-se na proteção de informações sensíveis, no fortalecimento da segurança cibernética e na salvaguarda das infraestruturas críticas da aviação civil, contribuindo para a mitigação de riscos relevantes à continuidade dos serviços e à segurança do setor.

Segurança da informação:

26 ações realizadas contribuindo para a mitigação de riscos associados ao tratamento e à salvaguarda de informações sensíveis, incluindo ações relacionadas ao Programa Nacional de Proteção de Conhecimentos Sensíveis (PNPC).

Segurança cibernética:

64 ameaças cibernéticas foram analisadas, contribuindo para a proteção da aviação civil brasileira, com emissão de notificações de incidentes relevantes e disseminação de alertas e recomendações preventivas.

Resiliência operacional:

Participação no Exercício Guardião Cibernético, com foco na preparação para resposta a incidentes e no fortalecimento da coordenação interinstitucional.

Infraestruturas críticas e grandes eventos:

Atuação preventiva e integrada no contexto de eventos internacionais (BRICS e COP30) envolveu a análise de **138** ameaças, com visitas técnicas, monitoramento de informações sensíveis e contribuição técnica ao Plano de Ações para o Setor de Transporte Aéreo coordenado pelo GSI.



Figura 2 - Exercício do Guardião Cibernético (Divulgação Exército Brasileiro)

PROVIDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS

O resultado da fiscalização desencadeia a adoção de providência administrativa, caso constatada infração durante ou após a fiscalização. Infrações de baixo impacto, que não comprometam a segurança das operações aéreas, ou aquelas cuja correção deva ocorrer dentro de um prazo determinado, podem ensejar a adoção de providência administrativa preventiva. Nos demais casos, é aplicada a providência administrativa de natureza sancionatória.

O auto de infração é uma medida administrativa sancionatória que inaugura o processo administrativo sancionador. Esse processo é submetido ao contraditório e, somente após ser franqueado o exercício de defesa à entidade regulada autuada, é proferida uma decisão administrativa. A decisão pode determinar o arquivamento do processo ou a aplicação de sanção: multa, suspensão ou cassação.

Providências Administrativas

A Anac tem competência para aplicar providências administrativas preventivas e sancionatórias, conforme estabelece a Resolução nº 472, de 6 de junho de 2018

Resultados consolidados em 2025

Preventivas 1.397

- Aviso de Condição Irregular (ACI) — **441** ACIs emitidos
- Solicitação de Reparação de Condição Irregular (SRCI) — **956** SRCIs emitidos

Sancionatórias

O que motiva um Processo Administrativo Sancionador?



Constatação de indícios de violação às normas e aos regulamentos de aviação civil



Verificação de descumprimento de uma cláusula de Contrato de Concessão de Aeroportos

1. Tem início com a lavratura do auto da infração
2. Contagem do prazo de defesa
3. Proferida decisão em 1ª instância
4. Lançamento da multa no Sistema de Gestão de Créditos da Anac (Sigec)
5. Em caso de recurso, cabe à Assessoria de Julgamento de Autos em Segunda Instância proferir decisão
6. Casos específicos podem, ainda, ser objeto de recurso à Diretoria Colegiada da Anac



1.035 Autos de infração lavrados em 2025

Providências Administrativas Sancionatórias	1.035 Autos de Infração	915 Multas Aplicadas	R$ 10,9 MI de Multas Aplicadas	R$ 3,3 MI de Multas Pagas



9 ACOMPANHAR OS CONTRATOS DE CONCESSÃO DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

ACOMPANHAR OS CONTRATOS DE CONCESSÃO DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

As atividades de fiscalização dos aeroportos concedidos envolvem o acompanhamento da realização dos serviços, adequações e obras, implantação e operacionalização de equipamentos na área de movimento e nos terminais de passageiros, informações e dados enviados pelas concessionárias, dentre outras obrigações contratuais.



59

Aeroportos Concedidos

CONCESSÕES DE AEROPORTOS

Acompanhamento da 7ª rodada de concessões

O ano de 2025 foi marcado pelo acompanhamento das obras de Fase I-B dos 15 aeroportos incluídos na 7ª rodada de concessões, divididos entre os blocos Aviação Geral, Norte II e SP/MS/PA/MG. A Fase I-B é uma importante etapa das concessões, uma vez que contempla os investimentos iniciais de adequação e ampliação, oferecendo, ao final, infraestruturas modernizadas e aptas a atender adequadamente os passageiros e usuários dos aeroportos, de acordo com os parâmetros contratuais.

Entregas da Fase I-B do Aeroporto de Belém/PA

Em 2025, foi celebrado o Termo Aditivo nº 01/2025 ao Contrato de Concessão nº 003/Anac/2023 - Norte II, com o objetivo de antecipar a entrega dos investimentos da Fase I-B do Aeroporto Internacional de Belém (PA), face à realização da COP30 e eventos correlatos, em atenção à diretriz de política pública emanada pela Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC). Com isso, o prazo final da Fase I-B desse aeroporto foi antecipado para 31 de agosto de 2025, sujeito à avaliação da necessidade de recomposição do reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

Nesse contexto, foram realizadas as seguintes melhorias:

- ampliação dos componentes operacionais do terminal de passageiros;
- reforma e a ampliação do número de sanitários;
- investimentos em sistemas de iluminação e climatização; e
- adequação dos equipamentos eletromecânicos.

Na área de movimentos de aeronaves:

- foram corrigidas não conformidades em relação ao regulamento de aviação civil;
- construção de uma nova pista de táxi-aéreo; e
- ampliação dos pátios de aeronaves.

Com o término da Fase I-B, a Anac realizou a fiscalização das obrigações de investimentos e segue dando encaminhamento, junto à concessionária, à resolução de pendências detectadas.

Entregas da Fase I-B dos demais aeroportos da 7ª rodada de concessões

À exceção do Aeroporto de Belém (PA), já mencionado acima, e do Aeroporto de Congonhas (SP), cujo prazo da Fase I-B se encerra em 2028, os investimentos dos demais 13 aeroportos da 7ª rodada se encerrarão em 2026.

Em 2025, as atividades das concessionárias relacionadas à Fase I-B da 7ª rodada se concentraram em adequações de projetos e realização das obras pelas empresas construtoras.

7ª rodada de concessões

Data contratual para conclusão da Fase I-B

Bloco SP/MS/PA/MG - 05/06/2026

- Aeroporto de Congonhas (SBSP)*
- Aeroporto de Campo Grande (SBCG)
- Aeroporto de Corumbá (SBCR)
- Aeroporto de Ponta Porã (SBPP)
- Aeroporto de Santarém (SBSN)
- Aeroporto de Marabá (SBMA)
- Aeroporto de Parauapebas/ Carajás (SBCJ)
- Aeroporto de Altamira (SBHT)
- Aeroporto de Uberlândia (SBUL)
- Aeroporto de Montes Claros (SBMK)
- Aeroporto de Uberaba (SBUR)

Bloco Aviação Geral - 24/05/2026

- Aeroporto de Jacarepaguá (SBJR)
- Aeroporto de Campo de Marte (SBMT)

Bloco Norte II

- Aeroporto de Belém (SBBE) - 31/08/2025**
- Aeroporto de Macapá (SBMQ) - 05/05/2026

*** Aeroporto de Congonhas (SBSP): 05/06/2028** **** Antecipação para COP30**

Qualidade de serviço nos aeroportos concedidos - Fator Q

Algumas tarifas aeroportuárias podem ser influenciadas pelo resultado dos indicadores de qualidade de serviço. Trata-se do Fator Q, mecanismo estabelecido nos contratos de concessão que consiste em um índice calculado em função do resultado dos indicadores de qualidade de serviço especificados no Plano de Exploração Aeroportuária (PEA), anexo do contrato de concessão. O valor apurado é aplicado no reajuste tarifário, conforme fórmulas previstas nos respectivos contratos, podendo variar de 7,5% de decréscimo a 2% de bônus.

Em 2025, o Fator Q produziu efeitos no reajuste de tarifas de 12 aeroportos. Seguem-se os resultados do Fator Q aplicados nos reajustes realizados em 2025, bem como o período de aferição dos Indicadores de Qualidade de Serviço (IQS) considerados, e no reajuste anterior (Fator Q 2024):

TABELA 7 - RESULTADO DO FATOR Q

Aeroporto	Período de avaliação	Fator Q aplicado no reajuste de 2025	Fator Q do período anterior
Brasília	jan/24 a dez/24	1,6926%	1,6348%
Confins	jan/24 a dez/24	2,0000%	2,0000%
Curitiba	ago/24 a jul/25	2,0000%	1,9900%
Florianópolis	abr/24 a mar/25	1,8207%	1,9891%
Fortaleza	abr/24 a mar/25	2,0000%	1,9783%
Galeão	jan/24 a dez/24	1,8504%	1,9011%
Guarulhos	jan/24 a dez/24	-1,0519%	-1,8358%
Campinas	jan/24 a dez/24	1,8425%	1,9065%
Porto Alegre	abr/24 a mar/25	2,0000%	2,0000%
Recife	ago/24 a jul/25	1,8870%	1,5745%
Congonhas	ago/24 a jul/25	-3,0908%	-
Salvador	abr/24 a mar/25	1,755%	1,9616%

O site da Anac disponibiliza informações relevantes sobre a qualidade dos serviços prestados nos aeroportos concedidos, incluindo os resultados de Fator Q. O objetivo é tornar a informação acessível e intuitiva para os usuários em geral, facilitando o acompanhamento das concessões. As informações estão disponíveis no endereço https://www.gov.br/anac/pt-br/assuntos/concessoes/qualidade-de-servico-nos-aeroportos-concedido.

Renegociações de contratos de concessão na SecexConsenso

Com a criação da Secretaria de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos (SecexConsenso) pelo Tribunal de Contas da União (TCU), viabilizou-se, a partir de 2023, a submissão de alguns contratos de concessão para tratamento de questões controvertidas no âmbito da execução do respectivo contrato. Para o ano de 2025, foram os seguintes destaques:

QUADRO 4 - RENEGOCIAÇÃO NA SECEXCONSENSO

Aeroporto	Objeto do acordo	Resultado
Aeroporto Internacional do Galeão	Necessidade de reestruturar o contrato de concessão, ante o manifesto interesse da concessionária em continuar a exploração do ativo, em detrimento ao processo de relicitação em andamento.	Por meio do Acórdão nº 1260/2025, o Plenário do TCU aprovou a solução definida pela Comissão de Solução Consensual no âmbito da SecexConsenso. A partir disso, primeiramente foi realizada pela Anac a Consulta Pública nº 11/2025 e, posteriormente, disponibilizado, no dia 15 de dezembro de 2025, o Edital do Leilão nº 01/2025, relativo ao Procedimento Competitivo de Venda Assistida do Aeroporto do Galeão, que consiste na submissão do contrato repactuado a um teste de mercado. O leilão foi agendado para ocorrer no dia 30 de março de 2026.
Aeroporto Internacional de Viracopos	Possibilidade de renegociação com vistas à recuperação e reestruturação do contrato de concessão e, alternativamente, a pacificação de litígios e discussões quanto ao valor da indenização.	Após frustração da negociação no âmbito da SecexConsenso no TCU, a concessionária manifestou interesse em nova negociação. Foi então instituída a Comissão de Autocomposição no âmbito da Anac, conforme Portaria nº 18.266, de 15 de novembro de 2025.
Aeroporto Internacional de Brasília	Necessidade de reestruturar o contrato de concessão, ante a manifesta situação de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, sem prejuízo à adequada prestação dos serviços.	Em dezembro de 2025, encerrou-se o prazo da Comissão de Solução de Controvérsias instaurada no âmbito da SecexConsenso do TCU, com acordo entre as partes, conforme relatório final da Comissão, contendo diretrizes para o Procedimento Competitivo da Repactuação, minuta do Termo de Autocomposição, Termo Aditivo Transitório e Termo Aditivo de Repactuação. O processo aguarda a aprovação do Plenário do TCU.

Aditivos contratuais

Em 2025, foram publicados 16 Termos Aditivos aos contratos de concessão aeroportuária, alinhados às recomendações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e às diretrizes do TCU. Os aditivos foram elaborados de forma consensual, buscando modernizar os instrumentos de outorga e sem comprometer a segurança jurídica e a legalidade da administração pública.

QUADRO 5 - TERMOS ADITIVOS DE CONTRATOS DE CONCESSÃO

Processo	Aeroporto / Concessionária	Objeto	Termo Aditivo (Nº SEI)	Publicação no DOU
00058.055596/2024-03	Fraport Brasil S.A. Aeroporto de Porto Alegre	Revisão Extraordinária Covid	12386519	04/12/2025
00058.065575/2021-45	Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.	Reprogramação da Contribuição Fixa	10897586	26/06/2025
00058.056026/2024-22	SPE Novo Norte Aeroportos S.A. (Bloco Norte II - SBBE)[17]	Rezoneamento civil-militar	12188280	21/11/2025
00058.055633/2024-75	Fraport Brasil S.A. Aeroporto de Fortaleza	Revisão Extraordinária Covid	11332821	04/04/2025
00058.077629/2024-68	Inframerica Concessionária do Aeroporto Internacional de Brasília	Revisão Extraordinária Covid	11043051	21/01/2025
00058.052380/2024-88	Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A. (Aeroporto do Galeão)	SecexConsenso – TA Transitório	12105620	02/10/2025
00058.010724/2023-09	PRS Aeroportos S.A. (Bloco Aviação Geral)	Retificação Unilateral Licenciamento Ambiental	12356747	19/11/2025
00058.056292/2024-55	SPE Novo Norte Aeroportos S.A. (Bloco Norte II - SBBE)[18]	COP30-Postergação da Fase IB	11067833	12/02/2025
00058.024680/2023-96	Concessionária do Bloco Sul S.A. (Bloco Sul - SBLO)[19]	Alteração do prazo de instalação de ALS	11770901	12/08/2025

17 Aeroporto Internacional de Belém.
18 Idem a 17.
19 Aeroporto de Londrina.

00058.077208/2024-37	Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A.	Revisão Extraordinária Covid	11919654	29/08/2025
00058.101007/2024-68	Fraport Brasil S.A. Aeroporto de Fortaleza	Revisão Extraordinária Custo Migratório	11597495	04/08/2025
00058.088808/2024-21	Concessionária do Aeroporto Internacional de Florianópolis S.A.	Revisão Extraordinária Custo Migratório	11781767	09/09/2025
00058.063293/2024-56	Inframerica Concessionária do Aeroporto Internacional de Brasília	Revisão Extraordinária Custo Migratório	11783104	08/09/2025
00058.101002/2024-35	Fraport Brasil S.A. Aeroporto de Porto Alegre	Revisão Extraordinária Custo Migratório	11874483	27/08/2025
00058.056026/2024-22	SPE Novo Norte Aeroportos S.A. (Bloco Norte II - SBBE)[20]	Atualização da área do sítio aeroportuário	12188280	21/11/2025
00058.055596/2024-03	Fraport Brasil S.A. Aeroporto de Porto Alegre	Revisão Extraordinária Covid	12386519	04/12/2025

Reequilíbrios econômico-financeiros

A revisão extraordinária tem como objetivo realizar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro contratual em virtude da materialização de eventos extraordinários classificados como riscos suportados exclusivamente pelo poder concedente de acordo com a matriz de riscos prevista contratualmente e que venham a causar perdas ou ganhos à concessionária.

Reequilíbrio econômico-financeiro 2025

23
NOVOS PEDIDOS

1,3 BI
VALOR NOMINAL

20 Idem a 17.

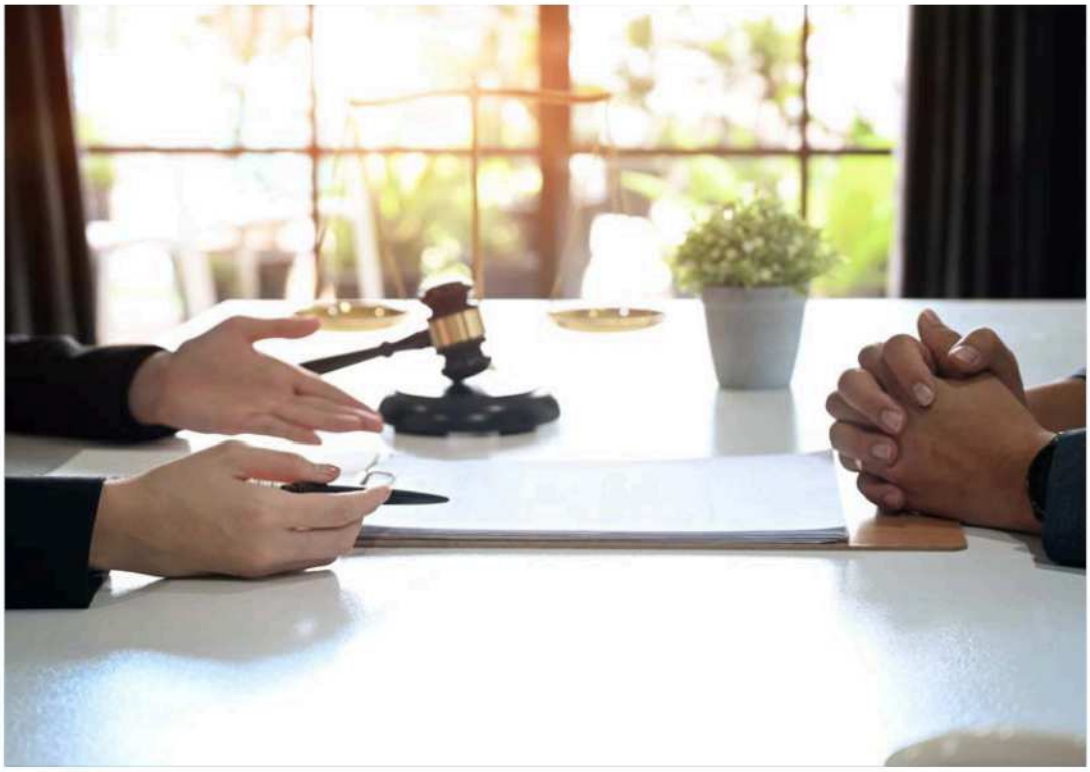


TABELA 8 - REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DE CONTRATOS DE CONCESSÃO

2025	Quantidade	Valor nominal requerido Petição Inicial da Concessionária	Valor Deferido Decisão Publicada
Eventos protocolados pelas concessionárias	13	R$ 1.304.099.680,03	-
Eventos analisados*	12	R$ 2.116.047.867,73	-
Eventos deferidos**	12	R$ 1.149.072.380,61	R$ 497.464.067,74
Eventos indeferidos***	4	R$ 578.729.187,93	-
Revisão do fluxo de caixa marginal	2	R$ 220.486.873,39	R$ 173.695.188,70

* Decisão de mérito em 1ª instância ou proposta de fluxo de caixa marginal encaminhada para manifestação da concessionária. ** Processos deferidos pela diretoria colegiada. *** Processos indeferidos pela diretoria colegiada.

Fonte: Sistema de Revisão Extraordinária – SISREVEX

Informações sobre as revisões extraordinárias já deliberadas e decididas no âmbito da Agência podem ser consultadas na página https://www.gov.br/anac/pt-br/assuntos/concessoes/revisao-extraordinaria-dos-contratos-de-concessao.

Outorgas

Os contratos de concessão da infraestrutura aeroportuária preveem, em contrapartida ao direito de exploração da infraestrutura concedida, a obrigação de recolhimento de contribuições ao Fundo Nacional de Aviação Civil. Os contratos atuais preveem pagamentos de Contribuições Fixas anuais e Contribuições Variáveis, calculadas de acordo com percentuais da receita bruta da concessionária.

TABELA 9 - TOTAL OUTORGAS ARRECADADAS EM 2025

Concessionária	Aeroporto/Bloco	Tipo de Contribuição	Valor arrecadado final
SPE Concessionária Aeroeste	Bloco Centro-Oeste	Contribuição Variável	R$ 45.629,54
Inframerica	Aeroporto de Brasília	Contribuição Variável	R$ 7.826.015,24
BH Airport	Aeroporto de Confins	Contribuição Variável	R$ 20.455.095,53
GRU Airport	Aeroporto de Guarulhos	Contribuição Variável	R$ 371.032.559,99
BH Airport	Aeroporto de Confins	Contribuição Fixa	R$ 170.646.175,99
GRU Airport	Aeroporto de Guarulhos	Contribuição Fixa	R$ 890.609.683,26
Total			**R$ 1.460.615.159,55**

PROGRAMA DE INCLUSÃO DE AEROPORTOS REGIONAIS - AMPLIAR

O Programa de Investimentos Privados em Aeroportos Regionais (AmpliAR) foi instituído pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) nos termos da Portaria nº 373, de 10 de junho de 2025. Consiste em política pública destinada à possibilidade de incorporação de aeroportos regionais deficitários (individualmente ou em blocos) nos contratos de concessão vigentes, e tem como objetivo promover desenvolvimento econômico e integração nacional por meio da modernização e expansão da atual infraestrutura aeroportuária regional, com a atração de investimentos privados.

Em 2025, a Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC), do MPor, realizou o Processo Competitivo Simplificado nº 01/2025, cujo resultado foi homologado em 10 de dezembro de 2025. Dos 19 aeroportos regionais integrantes do processo competitivo, 13 foram arrematados, conforme segue:

a) Fraport Brasil S.A. Aeroporto de Fortaleza (Contrato de Concessão de Aeroportos nº 004/Anac/2017 - SBFZ): 1ª colocada para o Aeroporto Comandante Ariston Pessoa, Cruz (CE), Jericoacoara (SBJE);

b) Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. (Contrato de Concessão de Aeroportos nº 002/Anac/2012 – SBGR): 1ª colocada para um conjunto de 12 aeroportos, sendo:

1. Aeroporto Regional de Canoa Quebrada Dragão do Mar, Aracati (CE) (SBAC);
2. Aeroporto Horácio de Matos, Lençóis (BA) (SBLE);
3. Aeroporto de Paulo Afonso (BA) (SBUF);
4. Aeroporto de Barreirinhas (MA) (SSRS);
5. Aeroporto de Araripina (PE) (SNAB);
6. Aeroporto de Garanhuns (PE) (SNGN);
7. Aeroporto Santa Magalhães, Serra Talhada (PE) (SNHS);
8. Aeroporto Serra da Capivara, São Raimundo Nonato (PI) (SWKQ);
9. Aeroporto de Cacoal (RO) (SSKW);
10. Aeroporto de Vilhena (RO) (SBVH);
11. Aeroporto de Araguaína (TO) (SWGN);
12. Aeroporto de Porto Alegre do Norte (MT) (SDH2).

Na fase seguinte do processo, é prevista a validação dos termos aditivos dos respectivos contratos de concessão pelas concessionárias.



10 GERIR A SEGURANÇA DA AVIAÇÃO CIVIL



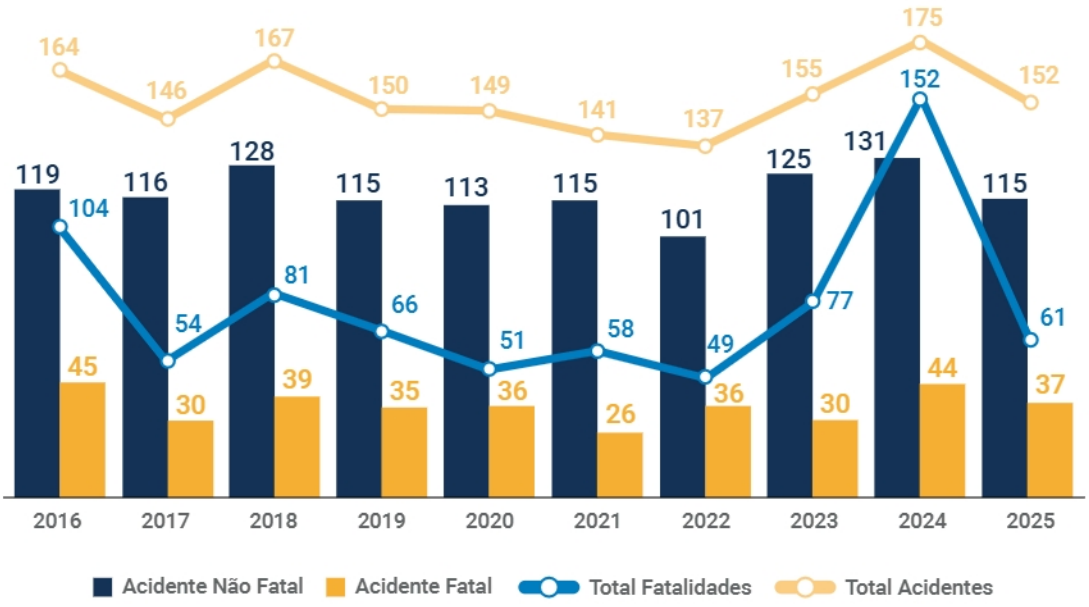
GERIR A SEGURANÇA DA AVIAÇÃO CIVIL

SEGURANÇA DA AVIAÇÃO CIVIL

A segurança operacional na aviação civil é um desafio constante, exigindo uma abordagem estruturada para normatização, certificação e fiscalização. Em alinhamento com sua missão de garantir um setor seguro, a Anac adota medidas para minimizar riscos e reduzir acidentes aéreos.

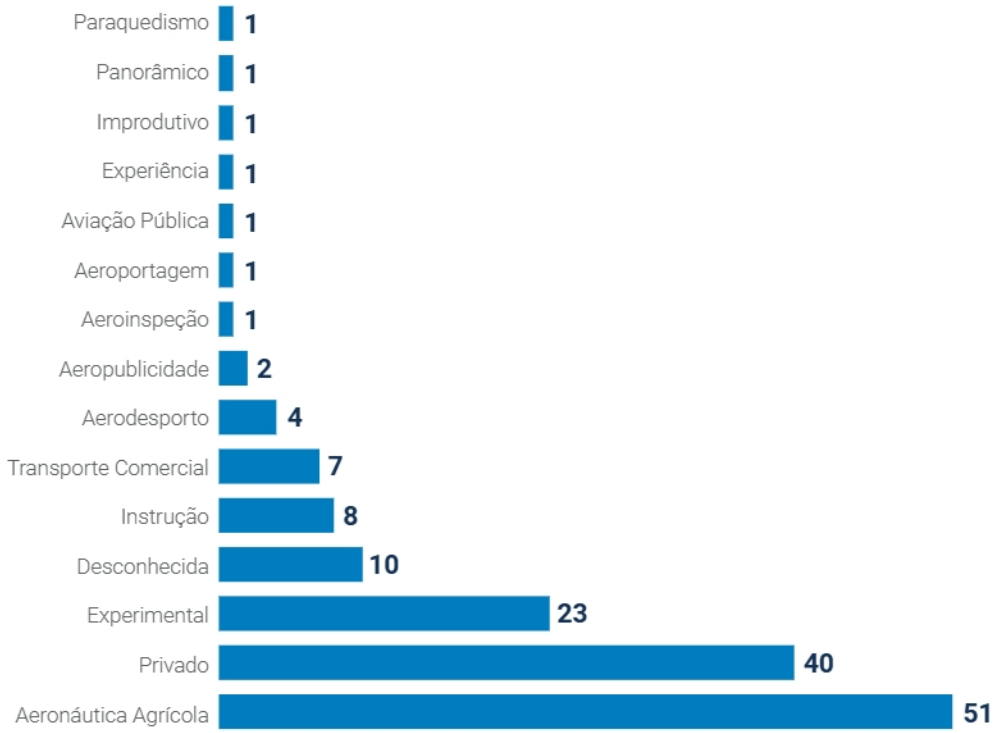
Para monitorar o desempenho da aviação civil brasileira, a Agência analisa diversas fontes de dados, incluindo informações do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa). Com base nesses dados, a figura a seguir apresenta a evolução dos acidentes na última década, oferecendo uma visão clara do cenário da segurança operacional no país.

GRÁFICO 9 - QUANTIDADE DE ACIDENTES E FATALIDADES NOS ÚLTIMOS 10 ANOS



A Anac monitora o desempenho da segurança operacional nos diferentes tipos de operação. Do total de 152 acidentes, em 2025, os segmentos de aviação aeroagrícola (51) e privada (40) representam 60% do total das ocorrências.

GRÁFICO 10 - QUANTIDADE DE ACIDENTES POR SEGMENTO DE OPERAÇÃO EM 2025



A seguir, são apresentadas as séries históricas da quantidade de acidentes[21], incidentes graves e fatalidades para os segmentos Privado, Aeroagrícola, RBAC nº 121[22] e RBAC nº 135[23], nos últimos 5 anos.

21 **Acidente:** Ocorrência aeronáutica que resulta em morte, lesão grave, dano estrutural significativo na aeronave ou seu desaparecimento. **Incidente:** Ocorrência que afeta ou pode afetar a segurança da operação, mas sem consequências graves. **Incidente Grave:** Ocorrência com alto risco de acidente, diferenciando-se deste apenas pelas consequências. Definições detalhadas podem ser consultadas no Anexo 13 da Convenção de Chicago.
22 **RBAC nº 121:** Operações de transporte aéreo público com aviões com configuração máxima certificada de assentos para passageiros de mais de 19 assentos ou capacidade máxima de carga paga acima de 3.400 kg.
23 **RBAC nº 135:** Operações de transporte aéreo público com aviões com configuração máxima certificada de assentos para passageiros de até 19 assentos e capacidade máxima de carga paga de até 3.400 kg (7.500 lb), ou helicópteros.

GRÁFICO 11 - PRIVADO

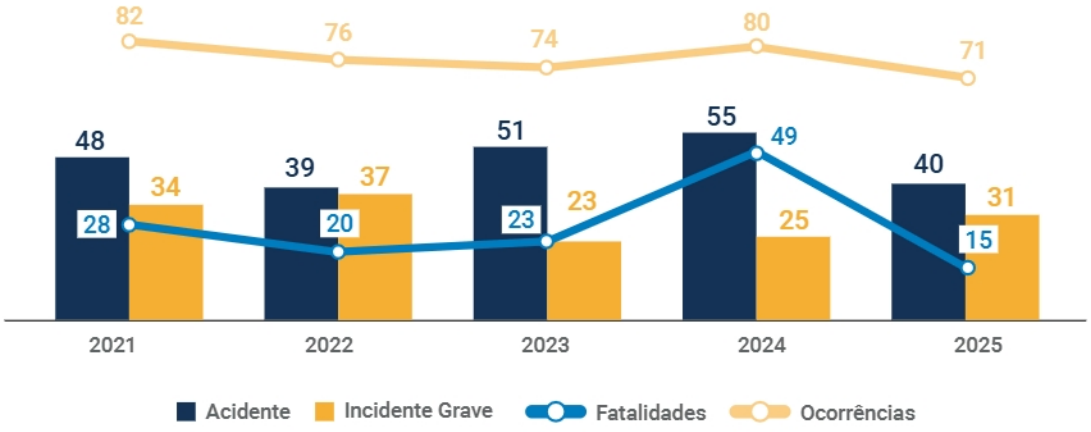


GRÁFICO 12 - AEROAGRÍCOLA

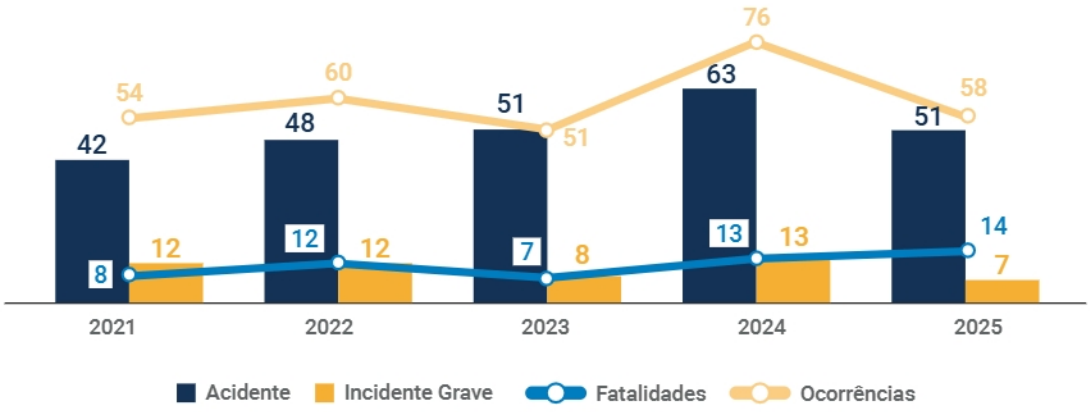


GRÁFICO 13 - TRANSPORTE COMERCIAL RBAC Nº 121

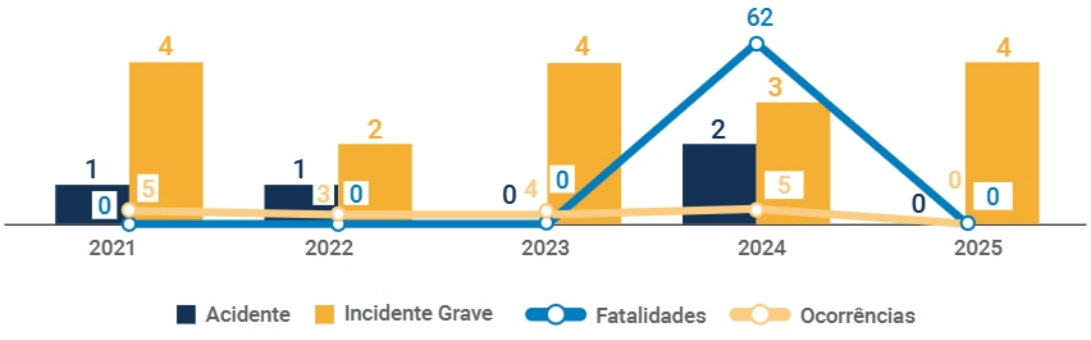
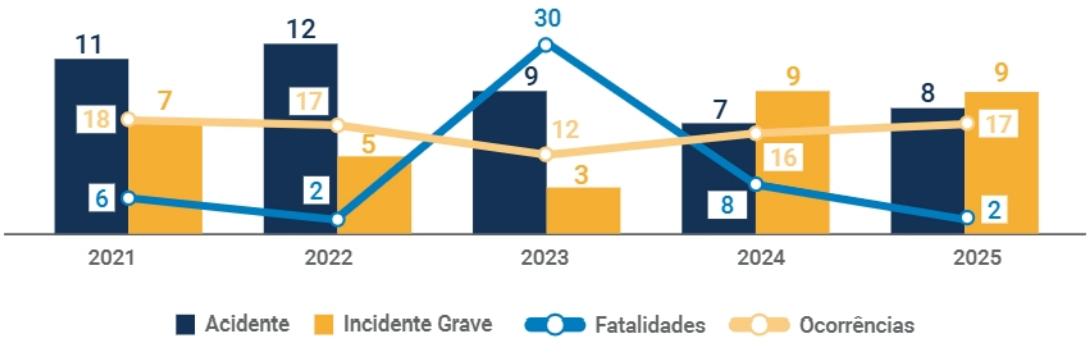


GRÁFICO 14 - TRANSPORTE COMERCIAL RBAC Nº 135



Para comparar o desempenho da aviação regular no Brasil com o cenário mundial, utiliza-se a taxa de acidentes por milhão de decolagens. Esse indicador considera todos os voos regulares em território brasileiro realizados por aeronaves acima de 5.700 kg, tanto de operadores nacionais quanto estrangeiros, no transporte de passageiros ou carga. O gráfico a seguir mostra a evolução desse índice em relação à média global. Em 2025, não foi registrado acidente nesse segmento de operação no Brasil.

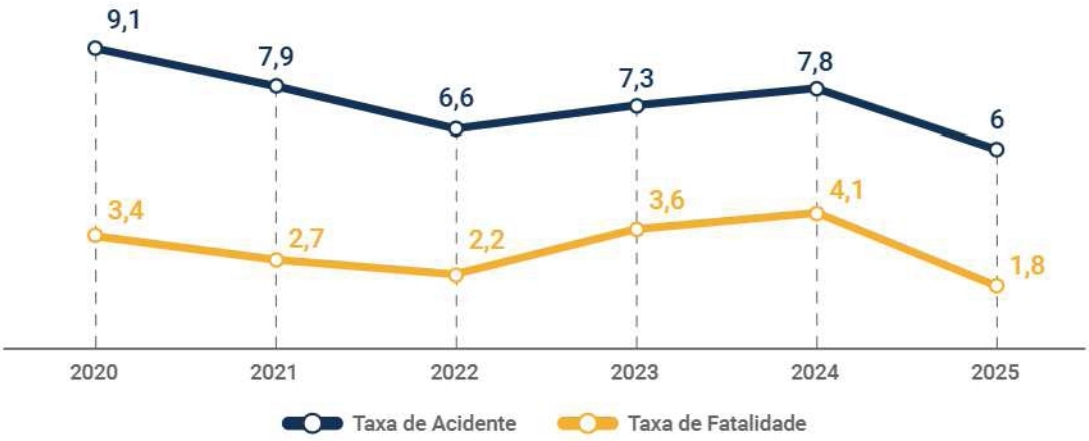
GRÁFICO 15 - TAXA DE ACIDENTES POR MILHÃO DE DECOLAGENS EM AERONAVES COM PESO MÁXIMO DE DECOLAGEM MAIOR QUE 5.700KG[24]



24 Fonte: Anac, Cenipa e Oaci. Dados de 2025 não disponíveis até a finalização deste reporte para a taxa mundial.

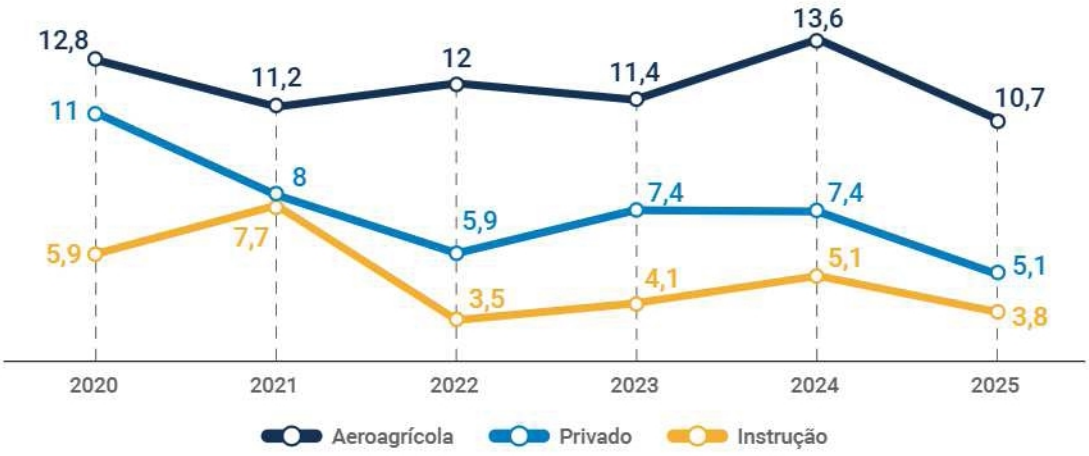
Para alguns segmentos de operação, é possível estimar as horas voadas anualmente, permitindo o cálculo da taxa de acidentes a cada 100 mil horas de voo. O gráfico a seguir apresenta as taxas de acidentes e de fatalidades a cada 100 mil horas voadas, nos segmentes representados.

GRÁFICO 16 - TAXAS DE ACIDENTES E DE FATALIDADES POR 100 MIL HORAS DE VOO[25]



Já, os gráficos a seguir mostram a evolução da taxa de acidentes por 100 mil horas de voo por segmentos e a média móvel, a cada 5 anos, da taxa de fatalidades em acidentes aéreos.

GRÁFICO 17 - TAXA DE ACIDENTES POR 100 MIL HORAS - POR SEGMENTO (1)



25 Taxas apuradas considerando os segmentos de aviação civil: Aeroagrícola, privado, instrução, aviação pública, serviço aéreo especializado e transporte comercial – 135.

GRÁFICO 18 - TAXA DE ACIDENTES POR 100 MIL HORAS - POR SEGMENTO (2)

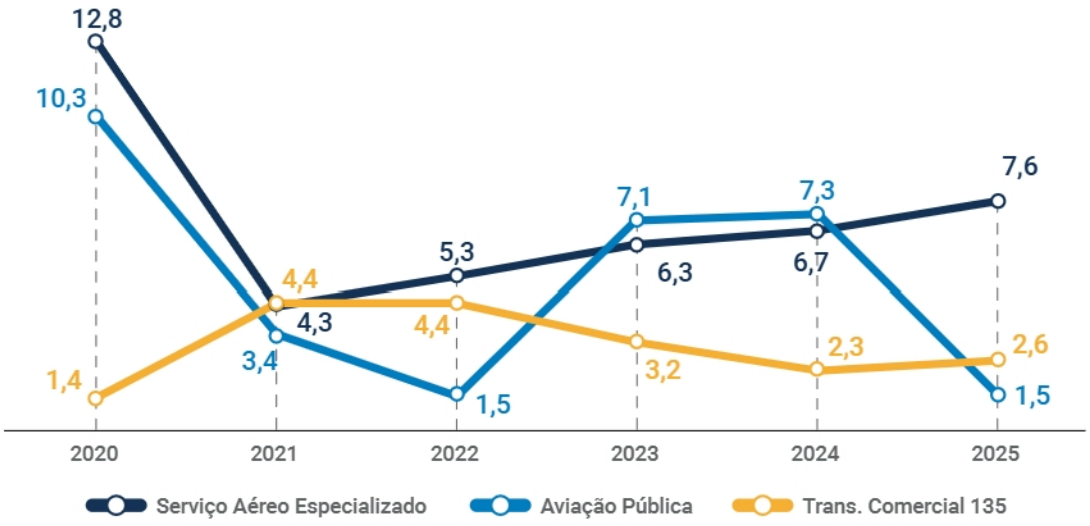


GRÁFICO 19 - MÉDIA MÓVEL DE 5 ANOS DO [(NÚMERO DE ÓBITOS/ M³ DE COMBUSTÍVEL DE AVIAÇÃO) * 1.000.000]

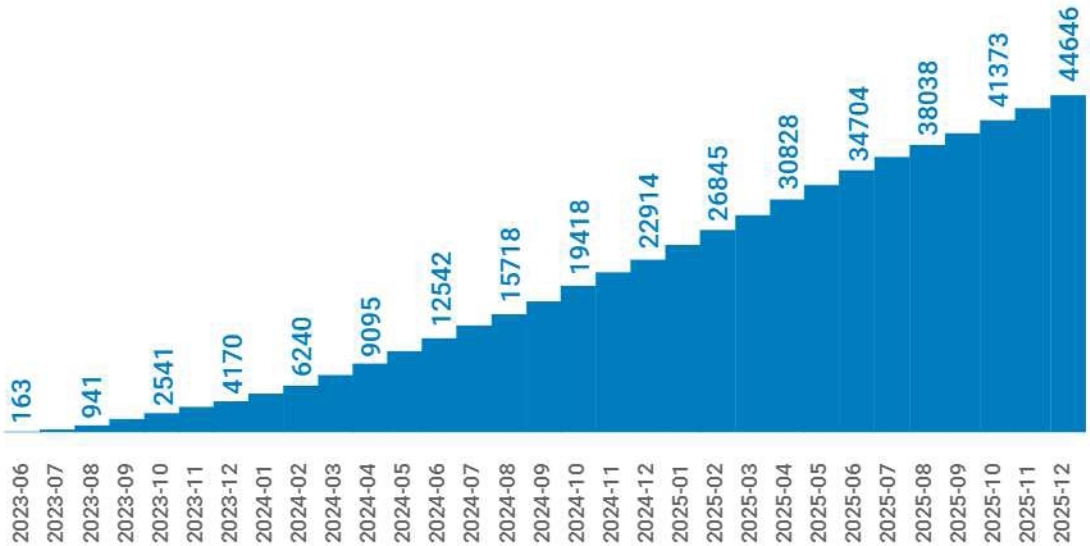


Portal Único de Notificações

O Comitê de Segurança Operacional da Aviação Civil Brasileira (CSO-BR) estabeleceu, em junho de 2023, o Portal Único de Notificação como canal unificado para o recebimento de reportes de segurança operacional. A plataforma centraliza notificações de operadores nacionais e estrangeiros no Brasil, atendendo às exigências da Anac, do Decea e do Cenipa. A Anac desenvolveu o Módulo Integrado de Gerenciamento das Notificações do Portal Único – MIG, compartilhado com o Comando da Aeronáutica, consolidando um modelo mais eficiente para o monitoramento da segurança operacional.

Em 2025, a adesão ao Portal Único de Notificação foi ampliada, com o registro de mais de **22 mil reportes** provenientes de diversos regulados e 18.505 eventos criados. Essa evolução fortalece a coleta e o compartilhamento de informações essenciais para a prevenção de ocorrências e aprimoramento da segurança na aviação civil.

GRÁFICO 20 - NOTIFICAÇÕES ACUMULADAS



SAIBA MAIS:

Demais informações de Segurança Operacional disponíveis em:
https://www.gov.br/anac/pt-br/assuntos/dados-e-estatisticas/seguranca-operacional.

Os Grupos Brasileiros de Segurança Operacional (BAST) são comitês especializados que promovem o aprimoramento contínuo da segurança na aviação civil brasileira. Reúnem provedores de serviço, autoridades do setor e organizações internacionais de relevância, como Associação Latino-Americana e do Caribe de Transporte Aéreo (Alta), Associação de Pilotos e Proprietários de Aeronaves (Aopa) e IATA. Desde 2016, integram o Programa de Segurança Operacional Específico da Anac e se subdividem em quatro grupos temáticos:

- BCAST – Aviação Comercial
- BHEST – Helicópteros
- BGAST – Aviação Geral
- BAIST – Infraestrutura Aeroportuária

Coordenados pela Anac, os BAST realizam reuniões periódicas e mantêm Grupos de Trabalho (GT) voltados a temas estratégicos, como segurança de pista, colisões em voo, fatores humanos e mobilidade aérea avançada.

Em 2025, os grupos promoveram eventos técnicos e publicaram materiais para disseminação de boas práticas. O BHEST organizou dois webinários sobre segurança na operação de helicópteros, com os temas *"Processo decisório na aviação de asas rotativas"* e *"Gestão do risco meteorológico em helicópteros"*. *A Anac realizou o 3º Infoshare Brasil, incentivando a troca de informações entre operadores aéreos, fabricantes, Cenipa e Agência*; e promoveu reunião anual dos grupos BAST, para discussão de novas modalidades de gestão e atuação.

Eventos de promoção da segurança operacional

Em 2025, a Anac promoveu eventos para fortalecer a segurança operacional na aviação civil, destacando-se 3 edições da Semana Safety, realizadas nas regiões Norte, Nordeste e Sudeste, com palestras técnicas e escuta ativa dos regulados.

O Safety Management Summit Brazil (SMS Brazil) reuniu, em outubro de 2025, autoridades nacionais e internacionais, operadores e especialistas para debater cultura de segurança, compartilhamento de dados e programas de apoio aos pares.

Além disso, para promover a segurança na manutenção aeronáutica, a Anac realizou webinários destinados aos Mecânicos de Manutenção Aeronáutica (MMA), auxiliares de manutenção, organizações de manutenção, operadores aéreos com manutenção própria, escolas de formação e todos os interessados em ingressar na carreira. Maiores informações podem ser obtidas na página de Manutenção Aeronáutica.





11 MONITORAR INFORMAÇÕES SOBRE O SETOR

MONITORAR INFORMAÇÕES SOBRE O SETOR

MERCADO DE AVIAÇÃO CIVIL

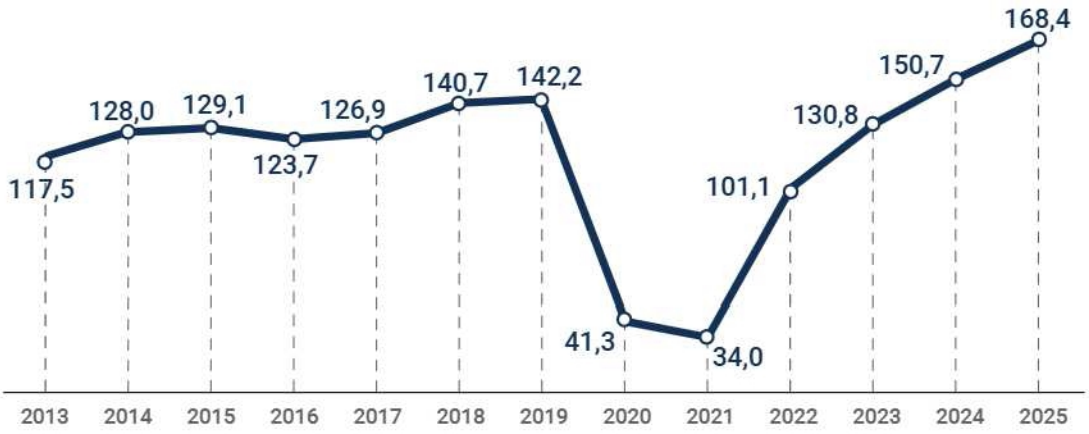
A Anac monitora o mercado de transporte aéreo para acompanhar o desempenho do setor, elaborar e divulgar estudos sobre suas condições, ampliar o conhecimento da sociedade sobre o tema e subsidiar a tomada de decisões pelo poder público. Além disso, o monitoramento permite avaliar os impactos de medidas legislativas, regulatórias e políticas no setor, bem como promover as liberdades tarifária e de oferta.

A **Tarifa Aérea Média Doméstica** representa o valor médio pago pelo passageiro em um sentido da viagem (ida ou volta), em razão da prestação dos serviços de transporte aéreo. Este indicador é calculado por meio da média ponderada das tarifas aéreas domésticas comercializadas, atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo- IPCA, e as correspondentes quantidades de assentos comercializados.

GRÁFICO 21 - TARIFA AÉREA MÉDIA DOMÉSTICA REAL (R$)

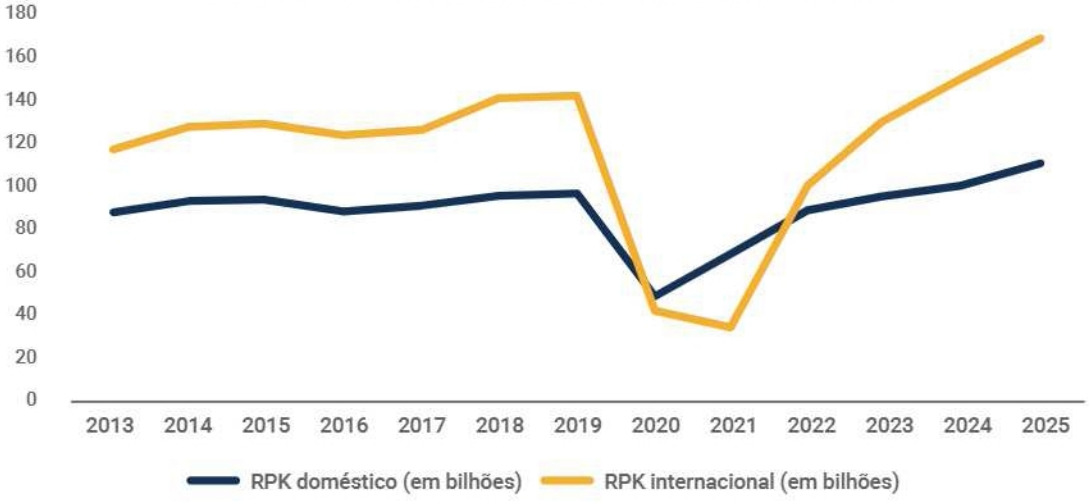


GRÁFICO 22 - YIELD REAL MÉDIO (R$/KM)



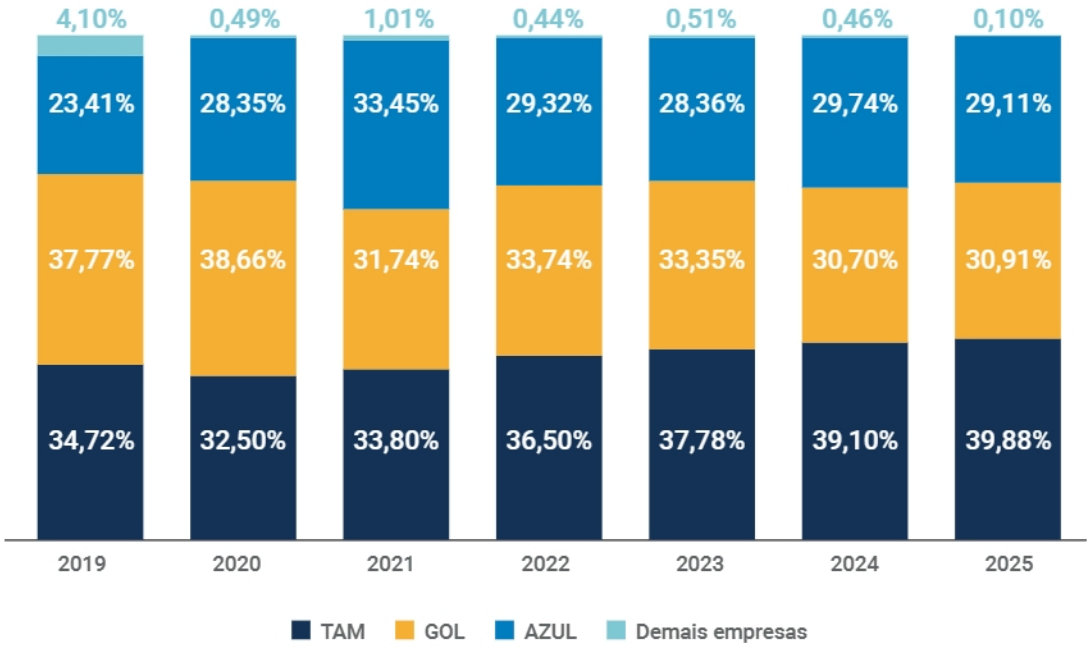
O **Yield Real Médio** representa o valor médio pago pelo passageiro por quilômetro voado e corresponde ao resultado da divisão da Tarifa Aérea Média Doméstica, atualizada pelo IPCA, pela distância média direta entre a origem e o destino do passageiro. Sua utilidade se concentra na comparação dos preços entre linhas aéreas com diferentes distâncias.

GRÁFICO 23 - RPK DOMÉSTICO E INTERNACIONAL



O **RPK** refere-se ao volume de passageiros quilômetros transportados, ou seja, a soma, em cada etapa, do produto entre o número de passageiros pagos e a distância de cada etapa. É considerado doméstico caso as etapas tenham o pouso e a decolagem realizados no Brasil e sejam operadas por empresas brasileiras e, caso contrário, é considerado internacional. Esse indicador é computado a partir dos dados estatísticos enviados pelas empresas brasileiras e estrangeiras de transporte aéreo público regular, exceto táxi-aéreo, contemplando voos reguladores e não regulares.

GRÁFICO 24 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DE EMPRESAS NO MERCADO DOMÉSTICO





12 PERMITIR A ATUAÇÃO NO SETOR DE AVIAÇÃO CIVIL

PERMITIR A ATUAÇÃO NO SETOR DE AVIAÇÃO CIVIL

PRINCIPAIS ENTREGAS

- **Mitigação de riscos e proteção da vida:** certificação dos cinco primeiros **modelos nacionais de balões,** respondendo a demanda social sensível e estabelecendo requisitos técnicos, critérios de conformidade e controle regulatório, com redução de riscos sistêmicos e fortalecimento da confiança da sociedade no sistema de aviação civil.

- **Inovação e desenvolvimento tecnológico:** realização do primeiro voo do protótipo de **e-VTOL** da Eve/Embraer, resultado de esforços regulatórios na certificação de produtos avançados; as atividades de certificação terão continuidade em 2026.

- **Modernização regulatória:** condução de consulta pública para o novo regulamento de **drones**, com publicação prevista para 2026, visando ampliar a segurança operacional e permitir maior diversidade de projetos e modelos de negócio.

- **Expansão e modernização da frota:** crescimento superior a 50% no registro de **aeronaves leves esportivas** especiais, impulsionado por modelo regulatório declaratório, com renovação de frotas de escolas de aviação e incorporação de tecnologias mais modernas.

- **Fortalecimento da indústria aeronáutica:** certificação de 4 novos fabricantes em 2025, elevando de 4 para 8 o total de fabricantes certificados em relação a 2024, com tendência de continuidade diante de novos processos em andamento.

- **Segurança e eficiência aeroportuária:** ampliação de certificações operacionais e AVSEC, implementação de Elementos Mínimos de Infraestrutura em **68 aeroportos,** ações de capacitação e prevenção ao tráfico de pessoas, além do avanço de projetos inovadores como os *sandboxes* de balizamento noturno e de vertiportos.

- **Ampliação da conectividade internacional e da concorrência:** concessão de autorizações para prestação de serviços de transporte aéreo internacional a **5 novas empresas** regulares em 2025, contribuindo para a expansão da oferta, o aumento da competição, a redução de custos ao usuário e o fortalecimento da integração do Brasil aos mercados internacionais.

CERTIFICAÇÃO

Certificação de organizações de produção

Ao longo de 2025, registrou-se crescimento significativo no número de organizações de produção certificadas, com reflexos diretos na ampliação da demanda por atividades de fiscalização, supervisão e acompanhamento regulatório, o que evidencia a expansão do setor aeronáutico e o aumento da complexidade operacional das atribuições da Agência, especialmente quanto à alocação de recursos, ao planejamento da vigilância continuada e à preservação dos níveis de segurança operacional.

4
Certificados de Organização de Produção (COP) emitidos

12
processos de certificação em andamento

Adicionalmente, observou-se incremento relevante na entrega de aeronaves novas ao mercado nacional, incluindo Aeronaves Leves Esportivas (ALE) e aeronaves produzidas pela Embraer, demandando atuação intensificada da Anac na emissão de Certificados de Aeronavegabilidade. Essa atividade, de caráter estratégico, é essencial para a introdução segura desses produtos na frota brasileira e reflete a capacidade institucional da Agência de absorver o crescimento do setor sem comprometer os padrões regulatórios e de segurança.

Certificação de produtos aeronáuticos

A certificação de produtos aeronáuticos consiste na avaliação e aprovação de projetos de aeronaves, motores, hélices e seus componentes, conforme as normas de aeronavegabilidade e ambientais estabelecidas. Além de garantir a segurança dos produtos utilizados na aviação civil, os processos conduzidos pela Anac estão alinhados com as principais autoridades certificadoras do mundo, facilitando acordos internacionais e reduzindo barreiras técnicas para a indústria aeronáutica.

Esse processo assegura que aeronaves e seus sistemas atendam aos requisitos regulatórios, promovendo maior segurança operacional e ampliando o acesso a mercados internacionais.

Em 2025, foram certificadas 14 aeronaves, distribuídas em:

2
Novas Aeronaves Nacionais: 1 da Rubic Balões e 1 Aeronave Leve Esportiva (Sling TSi)

4
Validações de Motores Estrangeiros: Gulfstream GVIII-G700, Pilatus PC-12/47G, Daher Kodiak 200 e Diamond DA 50C

1
Modelo de Motor Aeronáutico: Pratt & Whitney Canada PT6A-140A

7
Modelos de Hélices: 6 da Hartzell e 1 da Avia Propeller

Destaques em certificação e regulação aeronáutica

- Agência Nacional de Aviação Civil atuou de forma tempestiva no reforço da segurança operacional em operações de balões tripulados, com a edição de regra de transição que restringiu temporariamente a comercialização dessas atividades até o cumprimento de requisitos de projeto, certificação de operadores e habilitação de pilotos, em resposta a acidentes com fatalidades.
- Publicação de Alerta de Segurança Operacional (ASO) sobre o uso de equipamentos portáteis de conectividade via satélite a bordo de aeronaves, visando mitigar riscos de interferência eletromagnética e ampliar a conscientização do setor.
- Avanço na simplificação regulatória, com a atuação no Projeto de Fim das Categorias de Registro, resultando em redução de carga burocrática e extinção de serviços.
- Consolidação da transformação digital, com utilização do RAB Digital em mais de 90% das solicitações, incluindo funcionalidades de autosserviço.
- Implantação de novas soluções tecnológicas, como a validação automática de documentos no RAB Digital e a disponibilização de nova base de dados de motores.
- Melhoria da eficiência na prestação de serviços, evidenciada pela redução do tempo médio anual de atendimento de 11,36 dias em 2024 para 10 dias em 2025, refletindo ganhos decorrentes da modernização de processos e sistemas.

Certificação de organizações de manutenção

Antes da decolagem de uma aeronave, há um conjunto de atividades essenciais realizadas em solo, com destaque para a manutenção aeronáutica. Para garantir a segurança das operações e a qualidade dos serviços prestados, essas atividades somente podem ser executadas por Organizações de Manutenção (OM) devidamente certificadas pela Agência Nacional de Aviação Civil.

A certificação das OMs é concedida conforme o Regulamento Brasileiro da Aviação Civil RBAC nº 145 e autoriza a execução de serviços como:

- manutenção, reparo e inspeção de aeronaves, motores, hélices, instrumentos, equipamentos e acessórios;
- a contratação de serviços técnicos especializados, sob controle de qualidade;
- a aprovação de aeronaves e componentes para retorno à operação após manutenção; e
- a solicitação de reconhecimento da certificação por autoridades estrangeiras, quando previstos acordos internacionais.

As atividades autorizadas são limitadas às condições avaliadas no processo de certificação e estão formalmente registradas no Certificado de Organização de Manutenção (COM) e nas Especificações Operativas (EO) associadas. Após certificada, a organização deve manter conformidade permanente com os requisitos do RBAC nº 145, observando os limites de sua base de certificação e mantendo um sistema de controle de qualidade que assegure a continuidade dos padrões de segurança exigidos.

Essas prerrogativas são limitadas às condições verificadas durante o processo de certificação da Anac e estão documentadas no COM e nas EO. Após certificada, a OM deve operar conforme as regras do RBAC nº 145 e manter a conformidade por meio de um sistema de controle de qualidade.

Atualmente, há **625** organizações de manutenção certificadas, sendo **493** nacionais e **132** estrangeiras.

Em 2025, foram certificadas **38 novas** organizações.

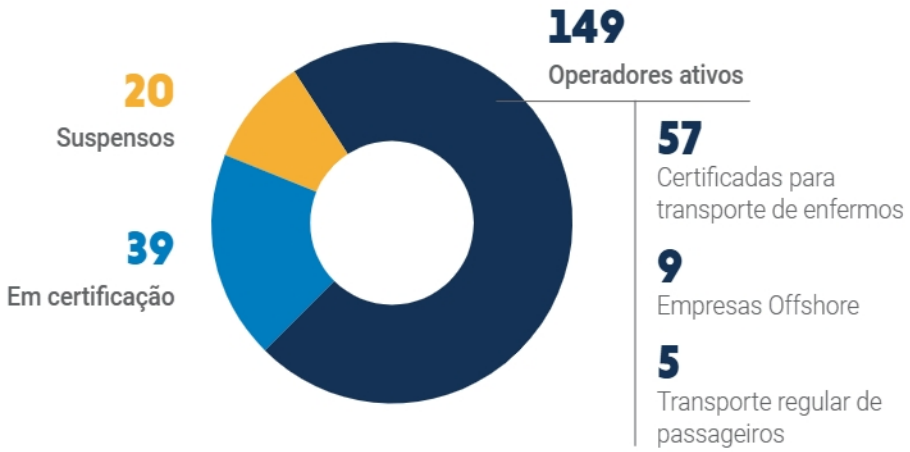
Mais informações podem ser obtidas no Painel 145.

Certificação de empresas de táxi-aéreo (RBAC nº 135)

O táxi-aéreo é fundamental para a integração nacional, conectando regiões não atendidas pela aviação regular. Seu crescimento deve ser seguro e sustentável, começando com uma robusta constituição da empresa aérea. Para operar, as empresas devem obter certificação conforme o RBAC nº 135[26].

Ao final de 2025, o número de operadores ativos alcançou 149, considerando a realização de 10 certificações iniciais no período, das quais 5 resultaram na inclusão de novos operadores ativos no setor[27].

GRÁFICO 25 - TÁXI-AÉREO: RESUMO DAS INFORMAÇÕES DO SETOR



Operações aeroagrícolas (RBAC nº 137)

A aprovação da Emenda nº 05 ao RBAC nº 137 modernizou e simplificou o processo de cadastro de operadores aeroagrícolas, refletindo o crescimento do agronegócio. O impacto da mudança é evidente: enquanto a média de novos operadores foi de 21 por ano entre 2021 e 2022, o setor passou a registrar 43 novos operadores anuais em 2023 e 2024. Atualmente, há 398 operadores ativos, com 36 novas certificações[28] concedidas em 2025.

26 RBAC nº 135: Operações de transporte aéreo público com aviões com configuração máxima certificada de assentos para passageiros de até 19 assentos e capacidade máxima de carga paga de até 3.400 kg (7.500 lb), ou helicópteros.
27 RBAC nº 135 – Táxi-Aéreo e Painel Operadores 135.
28 RBAC nº 137 - Serviço Aeroagrícola.

Operações de aeronaves de propriedade compartilhada (RBAC nº 91 – Subparte K)

O programa de propriedade compartilhada de aeronaves constitui uma alternativa mais acessível e eficiente para pessoas físicas e jurídicas interessadas em operar aeronaves. Nesse modelo, diferentes cotistas compartilham o uso e os custos de uma mesma aeronave, com base em contrato com prazo mínimo de um ano, ampliando o acesso à aviação de forma organizada e segura.

A regulamentação segue critérios semelhantes ao RBAC nº 135 (táxi-aéreo), ajustados ao modelo de negócio. O processo de autorização passa por análise documental, demonstração, inspeção e aprovação final.

Em 2025, a Anac concedeu 2 autorizações para operação em programa de compartilhamento.

Certificação de operadores aéreos regidos pelo RBAC nº 121

A certificação para transporte aéreo público sob o RBACs nº 121 e 119 permite a exploração comercial de aeronaves com mais de 19 assentos ou carga paga superior a 3.400 kg. Atualmente, 12 operadores mantêm certificação válida[29] e, em 2025, 3 novas certificações foram concedidas, para as Empresas Avion Express, Braspress Air Cargo e Placar Linhas Aéreas, fortalecendo o segmento de transporte aéreo regular.

Operações com balões livres tripulados

As operações com balões livres tripulados podem ocorrer em duas modalidades: certificada ou desportiva, conforme as características da atividade e os requisitos regulatórios aplicáveis.

Os voos comerciais realizados com balões com capacidade a partir de 15 ocupantes somente podem ocorrer quando o balão, o piloto e a empresa estiverem devidamente certificados pela Anac. As operações com até 15 ocupantes também estão sujeitas aos mesmos requisitos de certificação; entretanto, a Resolução Anac nº 782, de 30 de outubro de 2025, estabeleceu regra transitória para permitir a continuidade das atividades enquanto os operadores concluem o processo de certificação.

29 RBAC nº 121 - Transporte aéreo Regular ou não Regular de passageiro ou carga.

Atualmente, apenas a empresa Rubic Balões Indústria e Comércio Ltda. encontra-se certificada para a realização de voos de balão na modalidade certificada. As demais operações com até 15 ocupantes ocorrem sob a modalidade desportiva.

O balonismo desportivo, assim como outros esportes de natureza similar, é classificado como atividade de alto risco, sendo praticado por conta e risco dos participantes, sem a caracterização de operação comercial certificada.

Certificação operacional de aeroportos

O processo de certificação de aeroportos é regido pelo RBAC nº 139 – "Certificação Operacional de Aeroportos", que une em si a avaliação da infraestrutura e da capacidade do operador de aeródromo de cumprir os regulamentos técnicos da Anac[30].

Assim, quando um operador de aeródromo recebe um certificado da Anac, significa que há:

1. compatibilidade entre as operações de aeronaves e a infraestrutura disponível; e
2. capacidade do operador de aeródromo de cumprir os regulamentos técnicos da Anac relativos à segurança operacional, comprovada por meio do Manual de Operações do Aeródromo (MOPS), aprovado pela Anac.

A partir da Emenda 6 ao RBAC nº 139, a certificação operacional tornou-se obrigatória apenas para aeroportos que operam voos internacionais ou nos casos em que seja identificado um risco à segurança das operações que justifique essa exigência.

Para os demais aeroportos que realizam ou pretendem realizar operações regulares domésticas sob o RBAC nº 121, é necessário atender aos requisitos mínimos de infraestrutura e segurança operacional estabelecidos nos regulamentos aplicáveis. Dessa forma, assegura-se a segurança operacional sem que a regulamentação represente um obstáculo ao desenvolvimento da aviação no Brasil.

30 A lista dos 69 aeroportos atualmente certificados pode ser consultada na página Certificação Operacional de Aeroportos.

Nível Equivalente de Segurança Operacional (NESO) é a situação em que, mesmo sem o cumprimento literal de um requisito regulatório, são adotadas medidas compensatórias capazes de atingir o mesmo objetivo do requisito, assegurando nível equivalente de segurança.

Em 2025[31]:

- **10 novos aeroportos certificados:** SBPK, SBMQ, SBPV, SBBV, SBSJ, SBCZ, SBRB, SBJH, SBTF, SBIZ;
- **12 emissões de certificado operacional definitivo:** SBSG, SBPK, SBMQ, SBPV, SBBV, SBSJ, SBCZ, SBRB, SBJH, SBTF, SBBE, SBIZ; e
- **1 emissão de certificado operacional provisório:** SBCB.
- **15 revogações NESO** e alterações.

Certificação de pessoal da aviação civil, escolas e centros de treinamento

A certificação de pessoal realizada pela Anac tem como objetivo garantir a qualidade na formação de pilotos, mecânicos de manutenção aeronáutica, despachantes operacionais de voo e comissários de voo. Para obtenção das licenças e habilitações[32] nessas áreas, os candidatos devem ser aprovados em exames de saúde, conhecimentos teóricos e práticos, além de comprovar experiência compatível com a função pretendida[33].

O conhecimento teórico é avaliado por meio de provas aplicadas pela Anac, cuja quantidade de exames realizados ao longo dos últimos anos demonstra a evolução do processo de certificação.

31 SBBE: Aeroporto Internacional de Belém; SBBV: Aeroporto Internacional de Boa Vista; SBCB: Aeroporto Internacional de Cabo Frio; SBCZ: Aeroporto Internacional de Cruzeiro do Sul; SBIZ: Aeroporto de Imperatriz; SBJH: São Paulo Catarina Aeroporto Executivo; SBMQ: Aeroporto Internacional de Macapá; SBPK: Aeroporto Internacional de Pelotas; SBPV: Aeroporto Internacional de Porto Velho; SBRB: Aeroporto Internacional de Rio Branco; SBSG: Aeroporto Internacional de Natal; SBSJ: Aeroporto Internacional de São José dos Campos; e SBTF: Aeroporto de Tefé.

32 A Licença é o documento oficial emitido pela Anac que certifica a aptidão de uma pessoa para atuar em operações aéreas civis, mediante o cumprimento de requisitos como idade, grau de instrução, aptidão psicofísica, conhecimentos teóricos, instrução de voo, experiência e proficiência. A Habilitação, por sua vez, é uma autorização vinculada à licença, especificando as qualificações do profissional e suas respectivas validades.

33 A Agência disponibiliza informações de pessoal de aviação civil na página Profissionais da Aviação Civil.

- **22.915** Provas aplicadas em 2025

TABELA 10 - LICENÇAS POR CATEGORIA EM 2025

Licença	Quantidade
COM - Comissário	1.183
CPA – Piloto Aerodesportivo	160
DOV – Despachante operacional de voo	17
MMA – Mecânico de Manutenção Aeronáutica	1.320
PCH – Piloto Comercial - Helicóptero	281
PCM – Piloto Comercial - Avião	1.136
PLA – Piloto de linha aérea - Avião	727
PLH - Piloto de linha aérea - Helicóptero	242
PPH - Piloto privado - Helicóptero	147
PPL – Piloto de planador	36
PPR – Piloto privado - Avião	1.319
Total	**6.568**

A certificação de pessoal na aviação civil inclui a avaliação de proficiência linguística em inglês, conforme padrões da Organização da Aviação Civil Internacional (Oaci), abrangendo pronúncia, estrutura, vocabulário, fluência, compreensão e interação. Na Anac, essa avaliação é realizada por meio do Santos Dumont *English Assessment*. Para operações internacionais, é exigido no mínimo o Nível Operacional (Nível 4), sendo que os níveis 1 a 3 são inferiores ao padrão mínimo e os níveis 5 e 6 indicam maior competência linguística.

4.514 Certificações em Proficiência Linguística em 2025, sendo:

- **989** de Nível 1 a 3
- **2.775** de Nível 4
- **704** de Nível 5
- **46** de Nível 6

Os Centros de Instrução de Aviação Civil (CIAC)[34] são responsáveis pela formação de pilotos, mecânicos de manutenção aeronáutica, mecânicos de voo e despachantes operacionais de voo.

- **18 CIACs** certificados em 2025

Os Centros de Treinamento de Aviação Civil (CTAC) têm como finalidade a qualificação de profissionais da aviação civil já formados, oferecendo treinamentos e exames teóricos e práticos. O treinamento realizado nos CTACs é um requisito da Anac para a concessão, manutenção ou restabelecimento de habilitações de pilotos para aeronaves que exigem habilitação de tipo.

- **14 CTACs** estrangeiros autorizados em 2025

As Organizações de Ensino Especializadas na Capacitação de Recursos Humanos para o Serviço de Prevenção, Salvamento e Combate a Incêndio em Aeródromos Civis (OE-SESCINC) também são certificadas pela Anac. Essas organizações possuem autorização para realizar treinamentos em suas instalações ou em áreas de treinamento homologadas (turmas itinerantes).

Em 2025:

- **1 OE-SESCINCs** certificada ou emenda à certificação
- **84 Turmas** itinerantes

34 Informações na página Organizações de Instrução.

Certificação em segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita (AVSEC)

As organizações que atuam no transporte aéreo internacional enfrentam o desafio constante de proteger suas operações contra ameaças de grupos terroristas ou criminosos que exploram vulnerabilidades no sistema de aviação civil para a prática de atos ilícitos. A certificação AVSEC tem como objetivo atestar que os regulados possuem a capacidade necessária para atuar com segurança na aviação civil, dentro de sua área de competência. Esse processo de certificação aplica-se a operadores de aeródromo, operadores aéreos e centros de instrução, sendo conduzido por meio da aprovação do Programa de Segurança Aeroportuária (PSA) e dos manuais de procedimentos.

3 Aeroportos com **PSA aprovados** em 2025, totalizando **108** Aeroportos com **PSA aprovados**

Além disso, a Anac certifica os Centros de Instrução em Segurança da Aviação Civil contra Atos de Interferência Ilícita (CI-AVSEC), organizações autorizadas a oferecer treinamento em cursos AVSEC e conduzir a certificação de profissionais que atuarão na área.

Em 2025:

- **63.857 Profissionais** AVSEC certificados
- **33 Habilitações** de Instrutor AVSEC
- **8 Centros de Instrução** AVSEC autorizados
- **70 Alterações** de CI-AVSEC

OUTORGAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AÉREOS

Toda empresa que deseja explorar comercialmente serviços aéreos públicos, seja transporte aéreo regular ou não regular, deve, entre outros requisitos, obter uma outorga aprovada pela Anac.

Novas outorgas para prestação de serviço aéreo internacional em 2025:

- Latam Airlines Ecuador S.A.
- Euroatlantic Airways Transportes Aéreos S.A.
- Consórcio Venezolano de Industrias Aeronauticas y Servicios Aereos S.A. – CONVIASA
- Kalitta Air LLC
- Air Transat A.T. INC. do Brasil

- **124** autorizações de empresas estrangeiras não regulares em 2025

Autorizações de voo de aeronave estrangeira

Foram aprovadas 1.973 emissões e alterações de Autorizações de Voo de aeronaves estrangeiras (Avanac) em operações não remuneradas no território brasileiro.

Alocação de frequências internacionais

Frequências internacionais correspondem à unidade de contagem dos serviços aéreos regulares semanais, representando um serviço aéreo regular entre o Brasil e um país estrangeiro, incluindo, quando aplicável, o voo de retorno.

A Anac tem adotado a política de céus abertos nas negociações de acordos de serviços aéreos, o que, entre outros princípios, prevê a livre determinação da capacidade, eliminando a necessidade de alocação de frequências. Desde a edição da Resolução Anac nº 491, de 4 de setembro de 2018, a alocação de frequências deixou de ser necessária para países onde não há limite estabelecido. Assim, desde então, as alocações se aplicam apenas a destinos com quantidade predeterminada de frequências.

TABELA 11 - ALOCAÇÃO DE FREQUÊNCIAS INTERNACIONAIS

País solicitado	Quantidade de Frequências Alocadas
Bélgica	8
Espanha	11
Itália	2
Total	**21**





13 GERIR O ARCABOUÇO REGULATÓRIO E PROMOVER O ACESSO A MERCADOS INTERNACIONAIS

GERIR O ARCABOUÇO REGULATÓRIO E PROMOVER O ACESSO A MERCADOS INTERNACIONAIS

AGENDA REGULATÓRIA

A Agenda Regulatória constitui um requisito do marco legal que rege as agências reguladoras federais, conforme o artigo 21 da Lei nº 13.848, de 2019, e os Decretos nº 11.092, de 8 de junho de 2022, e 11.243, de 21 de outubro de 2022. Esse instrumento visa promover a transparência e a previsibilidade da atuação da Anac por meio da indicação formal dos temas que demandarão atuação prioritária no processo regulatório para um ciclo bienal. Esses temas são definidos a partir de um processo inclusivo e transparente, que conta com a participação de servidores, Diretoria e demais partes interessadas, por meio de sessões públicas e contribuições on-line.

A Agenda Regulatória 2025-2026 da Anac encerrou o ano de 2025 com 31 temas aprovados, dos quais 4 foram concluídos ao longo do ano:

- Tema 07, que trata da remoção de aeronaves inoperantes e retomada de operações, com a publicação da Resolução Anac n° 779, de 18 de setembro de 2025.
- Tema 11, que aborda o SGSO para organizações responsáveis por projeto ou fabricação de produto e artigo aeronáuticos, com a publicação da Resolução Anac n° 785, de 15 de dezembro de 2025, que aprova emenda ao RBAC nº 21 e altera a Resolução Anac nº 352, de 10 de fevereiro de 2015 (que dispõe sobre o Programa de Segurança Operacional Específico da Anac - PSOE-Anac).
- Tema 16, que trata do Programa de Acompanhamento e Análise de Dados de Voo (PAADV), com a publicação da Resolução Anac n° 776, de 05 de agosto de 2025.
- Tema 30, que realizou a avaliação do modelo de regulação adotado pela Agência, de modo a possibilitar o aprimoramento da efetividade da fiscalização e da adoção de providências administrativas decorrentes da fiscalização, finalizado com a publicação das Resoluções Anac n° 761 e 762, de 18 de dezembro de 2024.

Adicionalmente, o tema 17, que trata da operação de balões, requisitos da aviação geral e para operações comerciais, teve um dos primeiros resultados com a publicação da Resolução n° 782, de 30 de outubro de 2025, que regulamenta disposição transitória para a exploração de serviços aéreos com balão e aprova a Emenda nº 02 ao RBAC nº 103. Por se tratar de disposição transitória, o tema segue na Agenda do biênio para edição de regulamentação final.

Monitoramento da Agenda Regulatória 2025-2026

O monitoramento contínuo é um pilar fundamental para a transparência e a efetividade da agenda regulatória. A consulta interativa disponibilizada na página da Agenda Regulatória da Anac permite que a sociedade e os regulados acompanhem o progresso em tempo real, aumentando a previsibilidade.



SAIBA MAIS:

A Agência disponibiliza em sua página na internet os dados para acompanhamento público da execução dos temas da Agenda Regulatória: https://www.gov.br/anac/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/agenda-regulatoria/agenda-regulatoria-2025-2026.

REGULAMENTAÇÃO

Além dos temas priorizados na Agenda Regulatória, a Anac manteve, em 2025, atuação contínua na atualização e no aprimoramento do seu arcabouço normativo. No exercício de suas competências legais — que abrangem a regulação da aviação civil, excetuados o controle do espaço aéreo e a investigação e prevenção de acidentes aeronáuticos —, a Agência editou e revisou resoluções e Regulamentos Brasileiros da Aviação Civil (RBACs), assegurando alinhamento aos padrões internacionais e às melhores práticas regulatórias.

Com foco na melhoria contínua e no aprimoramento da qualidade regulatória, esses esforços resultaram em avanços relevantes na modernização e no fortalecimento da regulação da aviação civil, destacando-se:

- 9 novas normas
- 30 alterações de normas anteriores
- 12 normas revogadas

SANDBOX REGULATÓRIO

A Anac publicou a Resolução nº 775, de 5 de agosto de 2025, que estabelece as regras para constituição e funcionamento do Ambiente Regulatório Experimental (Sandbox Regulatório), definindo critérios de admissão, monitoramento, prazos, obrigações e formas de encerramento dos projetos.

O Sandbox Regulatório permite que empresas testem soluções inovadoras sob supervisão da Agência, com flexibilização regulatória temporária, viabilizando o desenvolvimento e a validação de novos produtos, serviços ou modelos de negócio ainda não plenamente contemplados pela regulação vigente. A iniciativa busca conciliar inovação e segurança, antecipando desafios e subsidiando a evolução normativa de forma mais ágil e eficaz.

Em 2025, foram assinados os Termos Específicos de Admissão (TEA) dos dois participantes do edital com foco em Vertiportos, marcando o início dos projetos experimentais.





NEGOCIAÇÃO DE ACORDOS SOBRE SERVIÇOS AÉREOS

Compete à Anac negociar acordos aéreos com o objetivo de expandir rotas e frequências internacionais, impulsionando o turismo e as relações comerciais, fatores essenciais para a integração do Brasil no cenário global.

Em 2025, celebramos memorandos de entendimento e negociamos novos acordos bilaterais de céus abertos, que permitem exploração de:



- serviços aéreos mistos (operações de transporte internacional de passageiros, carga e mala postal), com direitos de tráfego de até 5ª liberdade:

  > Barbados
  > Chipre
  > Nigéria
  > Trinidad e Tobago

- serviços aéreos exclusivamente cargueiros com direitos de tráfego de até 7ª liberdade:

  > Barbados
  > Chipre
  > Trinidad e Tobago
  > Uruguai (esse acordo já previa direitos até a 5ª liberdade)

Adicionalmente, em 2025, houve assinaturas de:

> Memorando de Entendimento com a Bélgica: atualização da cláusula de capacidade, ampliando as possibilidades operacionais para empresas de ambos os países.
> Acordos sobre Serviços Aéreos assinados pelo governo brasileiro com Áustria, Barbados e Nigéria, fortalecendo a conectividade internacional e o acesso a novos mercados.
> Protocolo de Emenda ao acordo sobre serviços aéreos com a Arábia Saudita, com ajustes para modernização do marco bilateral.





14 SUSTENTABILIDADE

SUSTENTABILIDADE

AMBIENTAL

Meio ambiente

A atuação da Agência em 2025 reforçou o papel da aviação civil na agenda de sustentabilidade ambiental e social, considerando desafios estruturais como a intensificação da urbanização no entorno de aeroportos, a gestão do ruído aeronáutico, os impactos das mudanças climáticas e a necessidade de adaptação do setor a compromissos ambientais globais. A estratégia adotada priorizou coordenação interinstitucional, segurança regulatória, previsibilidade normativa e indução de boas práticas ambientais.

Transição energética e combustíveis sustentáveis (SAF)

A agenda de descarbonização avançou com a consolidação do Conexão SAF, fórum multissetorial coordenado em parceria com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e o Ministério de Minas e Energia (MME). Em 2025, os cinco grupos de trabalho produziram relatórios técnicos que subsidiaram a minuta do decreto de implementação da Lei nº 14.993/2024, submetida à consulta pública. A iniciativa fortaleceu o ambiente regulatório, a transparência e a articulação público-privada para o desenvolvimento do mercado nacional de SAF.

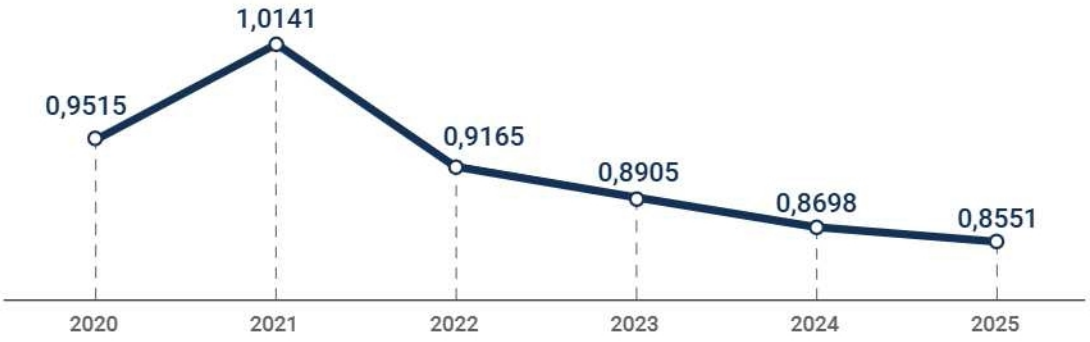
Gestão de emissões e CORSIA

No âmbito do CORSIA, foram realizados os processos de Monitoramento, Reporte e Verificação (MRV) das emissões de CO_2 de quatro operadores brasileiros em voos internacionais. O volume reportado permaneceu abaixo do nível de referência de 2019, embora com tendência de crescimento, reforçando a relevância de processos robustos de MRV e da preparação do setor para as obrigações mandatórias a partir de 2027.

TABELA 12 - EMISSÕES ANUAL DE CO_2 EM VOOS INTERNACIONAIS (TONELADAS)[35]

Empresa	2024
ABSA	143.814
AZUL	695.060
GOL	341.387
TAM	2.434.660
Total	**3.614.921**

GRÁFICO 26 - ÍNDICE DE EMISSÃO DE CO_2/RTK



O Índice de Emissão de CO_2/RTK, monitorado pela Anac, mede a razão entre a quantidade de CO_2 emitida anualmente pelas aeronaves da aviação civil comercial e privada, tanto em voos regulares (domésticos e internacionais com origem ou destino no Brasil) quanto na aviação geral em território nacional, e a demanda de toneladas-quilômetros pagos transportados (RTK - *Revenue tonne kilometre*) obtida no Anuário Estatístico do Transporte Aéreo do respectivo ano.

Planejamento climático e financiamento sustentável

A Agência contribuiu tecnicamente para os Planos Setoriais do Plano Clima (Mitigação e Adaptação) no setor de transportes, bem como para a elaboração da Taxonomia Sustentável Brasileira, no recorte de transportes e Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), apoiando a estruturação de referenciais técnicos para o financiamento sustentável da aviação.

35 Dados de 2025 não disponíveis na elaboração do Relatório. Os dados de emissões de CO_2 são apresentados pelas empresas aéreas no final de abril do ano subsequente.

Programas de incentivo ambiental

O Programa Aeroportos Sustentáveis passou por aprimoramento metodológico e realizou sua sexta edição, com participação de 37 aeroportos e desempenho médio elevado nos critérios ambientais. Em paralelo, foi iniciada a revisão metodológica do SustentAr, voltado a operadores aéreos, com previsão de lançamento em 2026.

Normalização técnica e ruído aeronáutico

A atuação técnica incluiu protagonismo na atualização e nacionalização de normas da ABNT relacionadas à medição e gestão do ruído aeronáutico e de sistemas de aeronaves não tripuladas (UAS), assegurando alinhamento com regulamentos nacionais e padrões internacionais, além de maior segurança jurídica e técnica ao setor.

Panorama estratégico

No cenário internacional, a aviação civil mantém compromissos crescentes de mitigação climática, com destaque para o CORSIA e para a meta aspiracional de neutralidade de carbono até 2050. Paralelamente, tecnologias emergentes, como drones e eVTOLs, ampliam desafios regulatórios e socioambientais, exigindo antecipação normativa e avaliação de impactos.

Plano de Ação para Redução de Emissões (Oaci)

Em 2025, foi atualizado o Plano de Ação para a Redução das Emissões de CO_2 da Aviação Civil Brasileira, em parceria com o Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea) e a Secretaria de Aviação Civil do Ministério de Portos e Aeroportos (SAC/MPor), entregue na Assembleia da Oaci. O documento evidencia ganhos consistentes de eficiência ambiental do setor, com redução da intensidade de emissões de CO_2 por RTK ao longo das últimas décadas e projeções de continuidade dessa trajetória no longo prazo.

Atuação internacional (Caep/Oaci e CLAC)

A participação técnica em fóruns internacionais resultou no reconhecimento de biomassas brasileiras para produção de SAF, na atualização de padrões ambientais de certificação de CO_2 e ruído e no fortalecimento da posição regional da América Latina. No âmbito da Comissão Latino-Americana de Aviação Civil (Clac), o Brasil liderou a agenda ambiental no biênio 2024–2025, com entregas normativas, capacitação regional e apoio à implementação do CORSIA.

Cooperação internacional

A cooperação técnica com países lusófonos foi ampliada por meio das iniciativas de assistência e treinamento (ACT – *Assistance, Capacity-building and Training*) ACT-SAF e ACT-CORSIA, com destaque para a capacitação da delegação de Angola, fortalecendo capacidades institucionais e promovendo convergência regulatória.

Gestão interna

Além das iniciativas voltadas ao setor regulado, a Anac adotou, no âmbito interno, medidas de racionalização e sustentabilidade com foco no uso eficiente de recursos, na redução de custos operacionais e na mitigação de impactos ambientais de suas próprias atividades. Essas ações abrangem a otimização de espaços físicos, a ampliação do trabalho remoto, a modernização de processos e o uso mais intensivo de soluções digitais, contribuindo para maior eficiência administrativa, redução da pegada ambiental da Agência e alinhamento às boas práticas de gestão pública sustentável.

O Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) 2024-2025 apresentou avanços significativos na racionalização de recursos e modernização.

- Energia: Estudo de migração para o Mercado Livre de Energia.
- Doação de 2.495 bens inservíveis.
- Mobilidade: Uso do TáxiGov para eficiência.





SOCIAL

Programa Asas para Todos

Em 2025, o Programa *Asas para Todos* avançou de forma consistente na consolidação de uma agenda institucional voltada à promoção da inclusão, da diversidade e da acessibilidade no âmbito da aviação civil, com foco tanto no fortalecimento da governança interna quanto na articulação com o setor regulado e parceiros estratégicos.

QUADRO 6 - ASAS PARA TODOS

Projeto	Objetivo	Público-alvo	Principais entregas	Resultados e valor público gerado
Criando Asas	Despertar o interesse de crianças e jovens pela aviação civil, com foco em inclusão e diversidade	Crianças, adolescentes e jovens da rede pública e de áreas no entorno de aeroportos	• 16 Ações educativas presenciais em RJ, SP e DF • 1.028 participantes	Ampliação do acesso à informação e estímulo a trajetórias educacionais no setor aéreo
AeroSaber	Democratizar o acesso ao conhecimento técnico e elevar a qualidade da formação aeronáutica	Candidatos a profissões da aviação civil e estudantes de baixa renda	• Publicação de guias gratuitos de conhecimento aeronáutico no portal da Anac	• Redução de barreiras socioeconômicas • Padronização mínima de conhecimentos • Fortalecimento da qualificação profissional no setor
Newton Room (Mobile)	Estimular o interesse por ciência, tecnologia e inovação aplicadas à aviação	Estudantes do ensino básico	• Implantação da primeira Mobile Newton Room do hemisfério sul • Atividades imersivas e simuladores de voo	• 1.332 alunos atendidos • Elevados índices de satisfação (≥ 9,6)
Premiação de Acessibilidade e Inovação	Reconhecer e difundir boas práticas de acessibilidade no transporte aéreo	Operadores aeroportuários e companhias aéreas	• Realização da premiação nacional (edição 2025)	• Estímulo à inovação e à elevação dos padrões de acessibilidade no setor
Voar é para Todos – Dia da Aviação Inclusiva	Promover a inclusão de pessoas com deficiência na aviação leve esportiva	Pessoas com deficiência	• Evento nacional com palestras, simuladores e voos de incentivo em aeronave adaptada	• 60 participantes presenciais • Sensibilização do setor quanto a soluções tecnológicas e regulatórias inclusivas

Banco de Dados de Profissionais Mulheres da Aviação	Ampliar a visibilidade e a representatividade feminina no setor aéreo	Mulheres profissionais da aviação civil	• Plataforma digital para cadastro de perfis profissionais	• Fortalecimento da equidade de gênero • Facilitação da participação feminina em eventos e ações educacionais
Pesquisa Mulheres na Aviação Civil (UnB)	Identificar barreiras de gênero e subsidiar uma regulação mais inclusiva	Gestores públicos; setor aéreo	• Estudo acadêmico com diagnóstico de desigualdades de gênero	• Produção de conhecimento científico • Base técnica para políticas públicas e decisões regulatórias
Cultura Respeitosa - Prevenção ao Assédio	Prevenir assédio e promover ambiente seguro e respeitoso no setor aéreo	Trabalhadores e usuários do transporte aéreo	• Guias "Assédio Não Decola" e campanhas educativas nacionais	• Ampliação da conscientização • Fortalecimento da cultura de respeito e prevenção de violências
Prevenção e Combate ao Tráfico de Pessoas	Fortalecer a segurança e a facilitação da aviação civil frente a ilícitos	Profissionais do setor aéreo e passageiros	• Manual técnico • Workshops presenciais e curso on-line	• Capacitação para identificação precoce de situações suspeitas • Reforço à proteção de direitos humanos
Acolhimento ao Passageiro com TEA	Aprimorar a experiência de passageiros com TEA no transporte aéreo	Pessoas com TEA e seus acompanhantes	• Cartilha acessível • Implantação de salas multissensoriais e espaços de acomodação	• 20 salas multissensoriais inauguradas em 2025 • Atendimento mais humanizado e inclusivo
Capacitação em Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI)	Fortalecer a cultura institucional de DEI	Servidores e colaboradores da Anac	• Curso DEI no Portal de Capacitação • Monitoramento periódico	• 22,5% do quadro capacitado • 89% de satisfação • Consolidação de trilha transversal obrigatória
Campanha "Embarque numa Boa"	Combater racismo e capacitismo nos aeroportos	Passageiros e trabalhadores do setor	• Campanha educativa nacional em aeroportos e meios digitais	• Alcance superior a 360 mil pessoas • Ampliação da conscientização sobre direitos e canais de denúncia
Estudo para Oferta de Bolsas a Pessoas Negras	Subsidiar políticas afirmativas na formação aeronáutica	Pessoas negras (pretas e pardas)	• Pesquisa nacional sobre perfil profissional • Estudo de viabilidade para bolsas	• 2.185 respondentes • Diagnóstico de assimetrias raciais • Base técnica para futuras políticas públicas

Formação Profissional Mecânicos de Manutenção	Ampliar a formação técnica de mecânicos aeronáuticos e reduzir desigualdades socioeconômicas e de gênero	Estudantes de baixa renda, com reserva de vagas para mulheres	• Programas de formação nos grupos Célula, Aviônicos e Motopropulsor • Auxílio financeiro para permanência	• Fortalecimento da segurança operacional • Redução de evasão em cursos intensivos • Estímulo à participação feminina
Mecânico de Manutenção – SEST/SENAT	Ampliar a força de trabalho qualificada em manutenção aeronáutica	Estudantes de baixa renda, com foco em mulheres	• Oferta de 64 vagas em 2025 • Parceria com SEST e SENAT	• Formação de novos profissionais habilitados • Mitigação da desigualdade de gênero na profissão
Mecânico de Manutenção – IFSP (Célula)	Expandir a oferta pública de formação técnica em manutenção aeronáutica	Estudantes do Instituto Federal	• Curso presencial no campus São Carlos • Bolsas assistenciais para até 40 alunos	• Curso em andamento (iniciado em 2024) • Apoio à permanência e conclusão do curso • Ampliação do acesso à formação técnica qualificada

Equidade

O Comitê de Equidade da Anac realizou **11 rodas de conversa** internas sobre temas de DEI, articuladas ao Plano de Enfrentamento ao Assédio e à Discriminação e ao Plano de Integridade, fortalecendo o diálogo institucional e a cultura de respeito na Agência. O Comitê também prestou apoio técnico às ações de prevenção ao assédio e à discriminação, contribuindo para um ambiente organizacional mais seguro e inclusivo.



15 ADMINISTRAR ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA

ADMINISTRAR ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Visão Geral do Orçamento (LOA 2025)

Necessidade Identificada	Referencial + Expansão	Dotação Inicial LOA 2025
R$ 172,0 Mi	**R$ 120,7 Mi**	**R$ 1,007 Bi**
Discricionário	PLOA Final (+ R$ 8 MI MPO)	Total Geral

Emendas Parlamentares: Comissão de Viação e Transportes (R$ 50 mil), Congresso Nacional (R$ 1,3 Mi).

R$ 932,3 Mi	**99,44%**	**-R$ 29,9 Mi**	**R$ 655,6 Mi**
DOTAÇÃO ATUAL (Inclui Reserva de Contingência)	EXECUÇÃO GLOBAL	CONTINGENCIAMENTO (MAIO)	EMPENHADO TOTAL

Decreto nº 12.477, de 30 de maio de 2025

Em maio de 2025, o orçamento de despesas discricionárias da Anac sofreu uma contenção de R$ 29,9 milhões, sendo:

R$ 23,8 Mi	R$ 6,1 Mi
CONTINGENCIAMENTO	BLOQUEIO

Impactos imediatos da Contenção

- Dispersão de mão-de-obra contratada
- Suspensão de provas de certificação
- Interrupção de projetos de TI em andamento

Maio/25	**Contenção:** -R$ 29,9 Mi (R$ 23,8 Mi contingenciado + R$ 6,1 Mi bloqueado)
Maio/Ago	**Articulação Institucional:** Gestões junto ao Ministério do Planejamento e Orçamento, Ministério dos Portos e Aeroportos, Casa Civil e Congresso Nacional
Agosto	**Recomposição Parcial:** + R$ 15,0 Mi (62,8% do contingenciado)
Outubro	**Descontingenciamento:** +R$ 8,8 Mi (liberação dos R$ 8,8 Mi restantes do valor contingenciado)
RESULTADO	**Bloqueio Mantido:** R$ 6,1 Mi sem recomposição - Prejuízos para continuidade das atividades ao final do exercício

TABELA 13 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR TIPO DE DESPESA (R$ MILHÕES)

Resultado primário	Dotação atual	Empenhado	% de execução
0 – Financeira	59,5	59,2	99,60
1 – Primária Obrigatória	478,9	477,3	99,66
2 – Primária Discricionária	115,9	114,2	98,46
6 – Emendas Individuais	1,3	1,3	100
*Na categoria 2, R$ 1,7 MI não empenhados correspondem a contingenciamento.			

Dotação e Execução por Grupo de Natureza de Despesa

Pessoal (55,3%)



R$ 515,7 Mi

Outras despesas correntes - Custeio (13,2%)



R$ 123,1 Mi

Investimentos (1,8%)



R$ 16,8 Mi

Reserva (29,7%)



R$ 276,7 Mi

Comparativo da dotação atual

TABELA 14 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2024 X 2025

Grupo de despesas	2025			2024		
	Dotação inicial	Alterações	Dotação atual	Dotação inicial	Alterações	Dotação atual
1 – Pessoal e Encargos Sociais	435.053.798	80.677.627	515.731.425	416.806.267	14.253.103	431.059.370
3 – Outras despesas correntes	136.973.762	(13.886.953)	123.086.809	136.080.321	(10.121.453)	125.958.868
4 – Investimentos	7.611.086	9.196.849	16.807.935	11.472.848	(2.307.900)	9.164.948
9 – Reserva de Contingência	428.016.310	(151.329.254)	276.687.056	324.138.909	0	324.138.909
Total	**1.007.654.956**	**(75.341.731)**	**932.313.225**	**888.498.345**	**1.823.750**	**890.322.095**

Programas estratégicos

Programa de Gestão Anual (PGA) - R$ 115,82 Mi

99,96%	78%	76,7%
Empenhado	Liquidado	Pago

Status TI e Suporte:
Execução Integral (Suporte à Gestão: 90,8% Pago) e cronograma de projetos estruturantes mantido

Gestão Pessoas e Comunicação:
Recursos 100% comprometidos, execução financeira gradual conforme planejado.

Programa Asas para Todos

R$ 1,31 Mi
Emendas Parlamentares

100% Empenhado

Objetivo: Fomento à diversidade e inclusão aeronáutica e qualificação técnica

Deslocamento e Atuação Internacional

R$ 18,63 Mi
Limite Disponibilizado

99,7% Utilizado

Foco: Fiscalização, Certificação e Atuação Internacional. Alinhamento 100% com missão institucional

GESTÃO DE CUSTOS (SIC-ANAC)

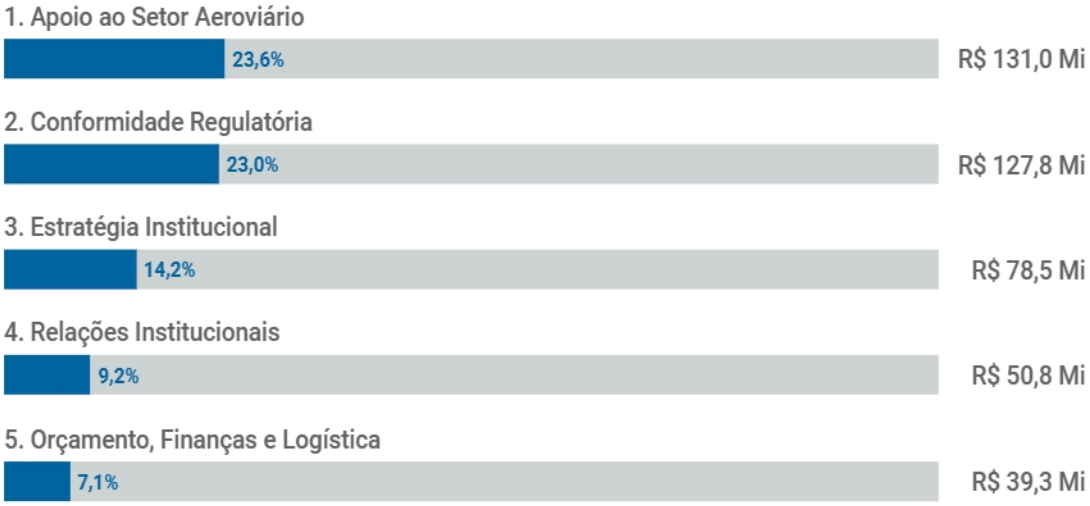
O SIC-Anac (Sistema de Informação de Custos) é fundamentado na NBC TSP 34 e integrado ao Programa de Gestão por Desempenho (Anac+), permitindo análise da relação custo-benefício das entregas institucionais.

- **Metodologia:** Custeio por absorção integral (direto + indireto)
- **Competência:** Apropriação mensal por centros de custos
- **Rateio:** Infraestrutura distribuída por taxas pré-definidas
- **Objetivo:** Vincular custos aos resultados entregues ao cidadão

1º Lugar
RANKING QUALIDADE 2024
Agências Reguladoras

R$ 554,76 Mi	R$ 475,0 Mi	58%	42%
CUSTO TOTAL 2025	MÃO DE OBRA (85,6%)	ATIVIDADES FINALÍSTICAS	ATIVIDADES DE SUPORTE

Distribuição de Custos por Macroprocesso (Principais)



Outros macroprocessos somam R$ 127,36 Mi (23,0%)

Entregas de maior custo

TABELA 15 - ENTREGAS DE MAIOR CUSTO

	Entrega	Custo (R$)	% Total
1	Ação fiscal	19.180.000	3,4
2	Vigilância de aeronavegabilidade	17.870.000	3,2
3	Vigilância continuada	11.820.000	2,1
4	Demandas institucionais	8.290.000	1,5
5	Certificação organização de manutenção	7.320.000	1,3
6	Análise de Cadastro de Aeródromo	5.870.000	1,1
7	Análise Documental de Registro	5.600.000	1,0
8	Certificação 121	4.720.000	0,9
9	Parecer Certificação 135	4.420.000	0,8

As 9 entregas mais custosas representam 15,2% do custo total. Os demais R$ 469,67 Mi (84,8%) distribuem-se entre centenas de outras entregas institucionais.

GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Panorama de Contratações 2025

164	R$ 24,97 Mi	15,9%
Total de Processos	Valor Total	Pregões (Competitivos)

Por Quantidade de Processos

Contratação Direta



138 processos

- Inexigibilidade: 109 processos (66,5%)
- Dispensa: 29 processos (17,6%)

Pregão Eletrônico



26 processos

Por Valor Contratado

Pregão Eletrônico



R$ 17,54 Mi

- Maior competitividade e eficiência

Inexigibilidade



R$ 4,71 Mi

Dispensa



R$ 2,72 Mi

Análise Estratégica

Insight Principal: Embora as contratações diretas representem 84% da quantidade, os pregões eletrônicos concentram **70% do valor total,** demonstrando eficiência na alocação de recursos em processos competitivos para contratações de maior vulto.

Justificativa Contatações Diretas: Predominância de serviços especializados, direitos autorais, utilidades públicas e aquisições de baixo valor (inexigibilidade e dispensa por Lei nº 14.133/2021).

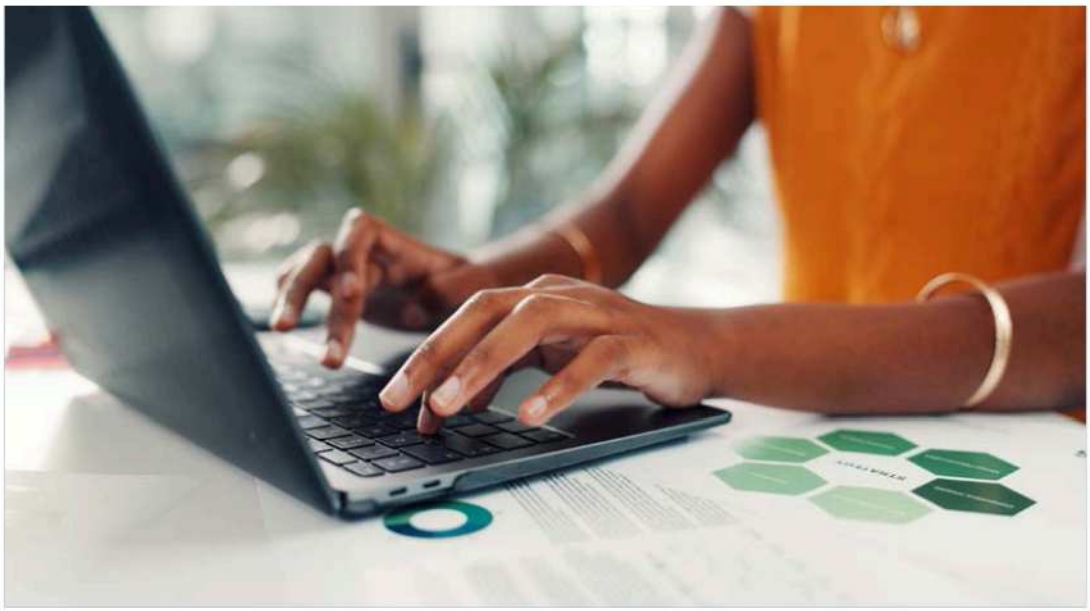
Principais contratações

Concentração: ~78% do Valor Total

As 10 maiores contratações de 2025 somam aproximadamente **R$ 19,4 Mi** de **R$ 24,97 Mi** totais, representando alta concentração em serviços estratégico de segurança, tecnologia e infraestrutura.

TABELA 16 - PRINCIPAIS CONTRATAÇÕES

	Modalidade	Objeto	Valor (R$)	Acumulado
1	Pregão Eletrônico	Security Operation Center (SOC)	4.996.095	20%
2	Pregão Eletrônico	Solução de Backup	3.354.392	33%
3	Inexigibilidade	Software de Coordenação de Slots Gestão Aeroportuária	2.322.411	43%
4	Dispensa	Solução Integrada SD-WAN e internet	1.878.654	50%
5	Pregão Eletrônico	Vigilância patrimonial (Brasília)	1.541.049	56%
6	Pregão Eletrônico	Transporte terrestre	1.339.260	62%
7	Pregão Eletrônico	Kit de fiscalização	1.313.770	67%
8	Pregão Eletrônico	Storage	1.067.900	71%
9	Pregão Eletrônico	Transporte executivo	919.510	75%
10	Pregão Eletrônico	Copeiragem e garçonaria	717.647	78%



GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

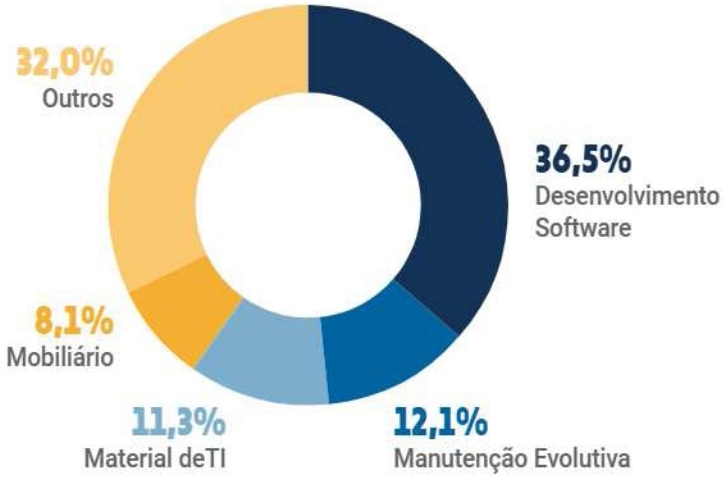
Investimentos de capital

R$ 16,73 Mi
INVESTIMENTOS DE CAPITAL 2025

R$ 1,27 Mi
DESFAZIMENTO DE ATIVOS (DOAÇÕES)

R$ 33,13 Mi
DESPESAS CONTRATUAIS

Composição dos Investimentos



Destaque TI:
As 3 maiores categorias (59,9%) são relacionadas à tecnologia da informação.

Desfazimento de ativos

R$ 1,27 Mi
DESFAZIMENTO

Readequação de Escritórios e Gestão Patrimonial Solidária

O volume de doações em 2025 foi impulsionado pelo **projeto de readequação dos espaços físicos,** visando:

- Eficiência administrativa e otimização de espaços
- Redução de custos operacionais
- Destinação socialmente adequada de bens inservíveis



R$ 626 mil
MAIOR VOLUME DE DOAÇÃO
49% do total doado



Saneamento de Bens Inservíveis
Bens que, devido ao **desgaste natural, obsolescência ou impossibilidade de uso econômico,** deixaram de atender às necessidades da Agência e foram destinados a fins sociais.

TABELA 17 - PRINCIPAIS DONATÁRIOS

	Donatário	Valor atual (R$)	Percentual
1	CRC – Instituto Brasileiro Amigos da Vida (IBAV)	626.797	49,5%
2	Município de Sardoá	255.128	20,1%
3	Município de Camaragibe	76.539	6,0%
4	IFMT – Campus Primavera do Leste	50.338	4,0%
5	CRC – Instituto Nova Ágora (INAC)	30.984	2,4%

Despesas contratuais

As despesas contratuais referentes a manutenção da infraestrutura totalizaram RS 33,13 milhões em 2025 e suas principais categorias são:

- Apoio Administrativo - Serviços de suporte operacional;
- Aluguel de Imóveis - Presença física estratégica;
- Vigilância Patrimonial - Segurança das instalações; e
- Manutenção Predial - Conservação da infraestrutura.

Análise Geográfica

Brasília (Sede)
Concentra a maior parte das despesas de apoio administrativo e vigilância, refletindo a centralização das operações estratégicas.

Maior Concentração

Aluguéis Regionais
Despesas relevantes com aluguel em **Brasília, São Paulo e São José dos Campos,** indicando presença física estratégica nesses polos.





16 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

8
UNIDADES GESTORAS

0
RECOMENDAÇÕES PENDENTES
(AUDITORIA 2025)

Base Normativa

1
MCASP
Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

2
NBC TSP
Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

3
TCU
Orientações do Tribunal de Contas da União

Conformidade: As demonstrações asseguram confiabilidade, regularidade, consistência e exatidão das informações

Fundo Aeroviário

Base Legal e Natureza do Fundo

Instituído pelos **artigos 31 e 33 da Lei nº 11.182/2005,** o Fundo Aeroviário tem **natureza contábil** e representa a **principal parcela do caixa institucional da Anac.** Seus recursos constituem receitas próprias da Agência.

Gestão	Limitação	Relevância
Cota Única do Tesouro	**Não realiza crédito**	**R$ 2,6 bilhões**

Evolução do Saldo

R$ 2,6 Bi

Saldo Disponível em 31/12/2025

+11,53%

Crescimento anual (+R$ 270 milhões)

70%	30%
Saldo Disponível	Parcela DRU

• Desvinculação de Receitas da União (DRU) incide sobre parte das receitas arrecadadas

Principais Fontes de Receita

- **Receitas Financeiras**
  Rendimentos de aplicações e investimentos
- **Taxas de Ficalização**
  Aviação Civil e atividades reguladas
- **Contribuições de ensino**
  Desenvolvimento do ensino aeroviário
- **Multas**
  Contratuais e consessões aeroportuárias

DRU - Desvinculação: Incidência de 30% sobre parte das receitas arrecadadas, conforme legislação federal vigente.

Informações financeiras e fluxo de caixa

R$ 274 Mi	-R$ 117 Mi	R$ 514,4 Mi
Geração Líquida de Caixa 2025	**Resultado Orçamentário (Deficit)**	**Total de Desembolsos Operacionais**
153% vs 2024	Dependência do Tesouro	Execução 2025

Contexto da Geração de Caixa

O resultado positivo de **R$ 274 milhões** decorre da **normalização da arrecadação** após restituições expressivas em 2024. A recuperação das contribuições sociais impulsionou o fluxo de caixa, com recursos destinados principalmente à **Reserva de Contingência** para enfrentamento de riscos fiscais.

Principais Ingressos

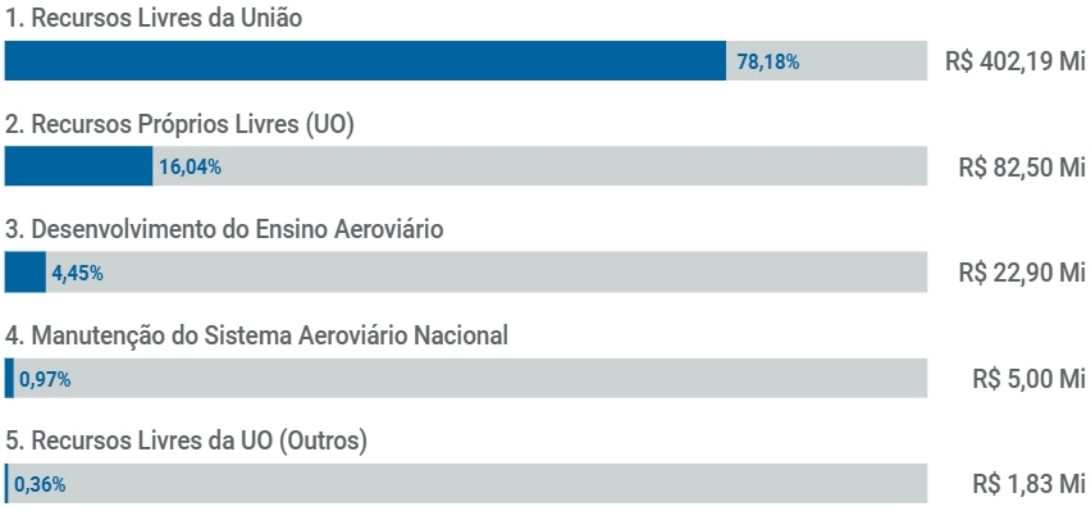
- Contribuições sociais (ensino aeroviário)
- Taxas de fiscalização
- Multas e receitas financeiras
- Repasses do Tesouro Nacional

Destinação dos Recursos

- Reservas de Contingência (LOA)
- Programa Asas para Todos (uso parcial)
- Aplicações financeiras (saldo acumulado)

Execução orçamentária por fonte de recursos

Composição dos Desembolsos Operacionais (R$ 514,4 Mi)



Dependência Orçamentária A execução evidencia forte dependência de repasses do Tesouro Nacional (78,18%), pois as receitas próprias e vinculadas não cobrem integralmente as despesas operacionais da Agência, resultando em déficit orçamentário de R$ 117 milhões.

Situação patrimonial

Variações Aumentativas (Receitas)	Variações Diminutivas (Despesas)
R$ 4,28 Bi	**R$ 5,86 Bi**
+45,98%	**+107,93%**
Crescimento vs 2024	Aumento vs 2024

Resultado Patrimonial 2025: Déficit de R$ 1,57 Bilhão

O resultado patrimonial deficitário decorre principalmente do **reconhecimento contábil de ajustes para perdas em dívida ativa** (tributária e não tributária), que somaram **mais de R$ 4,00 bilhões.**

Fundamentação: Procedimento exigido pelas **NBC TSP (Normas Brasileiras de Contabilidade)** para refletir fielmente a situação patrimonial e aprimorar a **transparência das informações contábeis.** Este ajuste não representa desembolso de caixa, mas sim o reconhecimento de créditos de difícil recuperação.

Transparência e acesso público

Demonstrações Contábeis Completas

As **demonstrações contábeis completas** da Anac, incluindo notas explicativas e a Declaração Anual do Contador, estão disponíveis para consulta pública no sítio eletrônico da Agência, em atendimento às normas do **TCU** e aos princípios de **transparência e controle social.**



Acesso às Contas Anuais

www.gov.br/anac/pt-br/acesso-a-informacao/auditorias/contas-anuais



LISTA DE SIGLAS **E ABREVIAÇÕES**

AAM: Mobilidade Aérea Avançada

ABC: Agência Brasileira de Cooperação

ACI: Aviso de Condição Irregular

ACT: *Assistance, Capacity-building and Training*

ADPF: Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

AFFIDAVIT: Declaração de Autenticidade de Licenças e Habilitações

ALE: Aeronave leve esportiva

ALTA: Associação Latino-Americana e do Caribe de Transporte Aéreo

AM: Estado do Amazonas

ANAC: Agência Nacional de Aviação Civil

ANP: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

AOPA: Associação de Pilotos e Proprietários de Aeronaves

ASA: Acordo de Serviços Aéreos

ASBRAD: Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude

ASCOM: Assessoria de Comunicação Social

ASK: Assentos-Quilômetros Oferecidos (*Available Seat Kilometers*)

ASO: Alerta de Segurança Operacional

AVANAC: Autorização de Voo da Anac

AVSEC: Segurança contra atos de interferência ilícita (*Aviation Security*)

BA: Estado da Bahia

BAST: Grupo Brasileiro de Segurança Operacional

BIA: *Business Impact Analysis*

BVLOS: *Beyond Visual Line-Of-Sight*

CANAC: Código Anac

CAEP: Comitê de Proteção Ambiental da Aviação

CBIO: Crédito de descarbonização

CE: Estado do Ceará

CEI: Centro Educacional Infantil

CENIPA: Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos

CGD: Comitê de Governança Digital

CGU: Controladoria-Geral da União

CHT: Certificado de habilitação técnica

CI-AVSEC: Centro de Instrução em Segurança da Aviação Civil contra Atos de Interferência Ilícita

CIAC: Centro de Instrução de Aviação Civil

CIV: Carteira individual de voo

CLAC: Comissão Latino-Americana de Aviação Civil

CNAE: Classificação Nacional de Atividades Econômicas

CNJ: Conselho Nacional de Justiça

COM: Certificação de Organização de Manutenção

CONAC: Conselho de Aviação Civil

CONAERO: Comissão Nacional de Autoridades Aeroportuárias

COP: Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas

CORSIA: Esquema de Redução e Compensação de Carbono para a Aviação Internacional

CPNU: Concurso Público Nacional Unificado

CSO: Comitê de Segurança Operacional da Aviação Civil Brasileira

CTAC: Centro de Treinamento de Aviação Civil

DANE: *DNS-based Authentication of Named Entities*

DECEA: Departamento de Controle do Espaço Aéreo

DEI: Diversidade, Equidade e Inclusão

DF: Distrito Federal

DFT: Dimensionamento da Força de Trabalho

DNSSEC: *Domain Name System Security Extensions*

DOU: Diário Oficial da União

DRU: Desvinculação de Receitas da União

EDR: *Endpoint Detection and Response*

EFD: Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil

EO: Especificação Operativa

ES: Estado do Espírito Santo

eVTOL: Aeronave de decolagem e pouso vertical elétrica

FNAC: Fundo Nacional de Aviação Civil

GAAST: *Global Aviation and Aerospace Skills Taskforce*

GCN: Gestão de Continuidade de Negócio

GEPEJTA: Grupo de Especialistas de Assuntos Políticos, Econômicos e Jurídicos do Transporte Aéreo

GT: Grupo de Trabalho

IACM: Instituto de Aviação Civil de Moçambique

IATA: Associação Internacional de Transporte Aéreo

IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IFSP: Instituto Federal São Paulo

IN: Instrução Normativa

IPCA: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IQS: Indicador de Qualidade de Serviço

LAF: *License Authentication Form*

LAI: Lei de Acesso à Informação

LAPS: *Local Administrator Password Solution*

LGPD: Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

MA: Estado do Maranhão

MG: Estado de Minas Gerais

MGI: Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

MISP: *Malware Information Sharing Platform*

MMA: Mecânico de Manutenção Aeronáutica

MME: Ministério de Minas e Energia

MMIP: Modelo de Maturidade em Integridade Pública

MOPS: Manual de Operações do Aeródromo

MOU: Memorando de Entendimento

MPOR: Ministério de Portos e Aeroportos

MPT: Ministério Público do Trabalho

MRV: Monitoramento, Reporte e Verificação

MS: Estado do Mato Grosso do Sul

MT: Estado do Mato Grosso

NBC TSP: Normas Brasileiras de Contabilidade do Setor Público

NESO: Nível Equivalente de Segurança Operacional

NURAC: Núcleo Regional de Aviação Civil

OACI: Organização Internacional da Aviação Civil

OCDE: Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OE-SESCINC: Organização de Ensino Especializada na Capacitação de Recursos Humanos para o Serviço de Prevenção, Salvamento e Combate a Incêndio em Aeródromos Civis

OM: Organização de Manutenção

OMA: Organização Mundial das Aduanas

PAADV: Programa de Acompanhamento e Análise de Dados de Voo

PAN: Plano Aeroviário Nacional

PCA: Plano de Contratações Anual

PDTIC: Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação

PE: Estado de Pernambuco

PEA: Plano de Exploração Aeroportuária

PENTEST: *Penetration Test*

PGA: Plano de Gestão Anual

PI: Estado do Piauí

PLS: Plano Diretor de Logística Sustentável

PNAC: Política Nacional de Aviação Civil

PNDP: Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas

PNL: Plano Nacional de Logística

PNPC: Programa Nacional de Proteção do Conhecimento Sensível

PNT: Política Nacional de Transportes

PPSI: Programa de Privacidade e Segurança da Informação

PR: Estado do Paraná

PSA: Programa de Segurança Aeronáutica

PSO-BR: Programa de Segurança Operacional

PSOE: Programa de Segurança Operacional Específico

QAV: Combustível de aviação

RAB: Registro Aeronáutico Brasileiro

RAAC: Reunião de Autoridades da Aviação Civil da Região da América do Sul

RBAC: Regulamento Brasileiro de Aviação Civil

RBAC-E: Regulamento Brasileiro da Aviação Civil Especial

RGA: Relatório de Gestão e Atividades

RJ: Estado do Rio de Janeiro

RO: Estado de Rondônia

RPAS: Sistema de Aeronave Pilotada Remotamente (*Remotely Piloted Aircraft System*)

RPK: Passageiros-Quilômetros Pagos transportados (*Revenue Passenger Kilometers*)

RR: Estado de Roraima

RS: Estado do Rio Grande do Sul

RTK: *Revenue tonne kilometre*

SAC: Secretaria Nacional de Aviação Civil

SAF: Combustível Sustentável de Aviação (*Sustainable Aviation Fuel*)

SECEXCONSENSO: Secretaria de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos

SEI: Sistema Eletrônico de Informações

SERPRO: Serviço Federal de Processamento de Dados

SEST/SENAT: Serviço Social do Transporte e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

SGM: Superintendência de Governança e Meio Ambiente

SGP: Superintendência de Gestão de Pessoas

SGQ: Sistema de Gestão de Qualidade

SGSO: Sistema de Gerenciamento da Segurança Operacional

SIC-ANAC: Sistema de Informação de Custos da Anac

SIEM: *Security Information and Event Management*

SIORG: Sistema de Informações Organizacionais

SIPEC: Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal

SISANT: Sistema de Aeronaves não Tripuladas

SISBIN: Sistema Brasileiro de Inteligência

SISDIP: Sistema de Dimensionamento de Pessoas

SISP: Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação

SMS: *Safety Management Summit*

SOC: *Security Operations Center*

SP: Estado de São Paulo

SRCI: Solicitação de Reparação de Condição Irregular

SRVSOP: Sistema Regional de Cooperação para Vigilância da Segurança Operacional

STEM: *Science, Technology, Engineering and Mathematics*

TACA: Transporte aéreo clandestino

TCU: Tribunal de Contas da União

TEA: Termo Específico de Admissão

TIC: Tecnologia da Informação e Comunicação

TO: Estado do Tocantins

UAS: Aeronaves não tripuladas

UnB: Universidade de Brasília

USI: Unidade Setorial de Integridade

WA: *Working Arrangement*

WG: *Working Group*

APÊNDICE

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Anac Passageiros: resultados do beta teste 73

Figura 2 - Exercício do Guardião Cibernético (Divulgação Exército Brasileiro) 98

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução do transporte aéreo: passageiros 42

Gráfico 2 - Evolução do transporte aéreo: carga e correio (total) 43

Gráfico 3 - Processos mapeados por ano 57

Gráfico 4 - Servidores por UF 65

Gráfico 5 - Servidores por gênero 65

Gráfico 6 - Posições de liderança por gênero 65

Gráfico 7 - Raças e Liderança 66

Gráfico 8 - Super App: versões e engajamento 72

Gráfico 9 - Quantidade de acidentes e fatalidades nos últimos 10 anos 111

Gráfico 10 - Quantidade de acidentes por segmento de operação em 2025 112

Gráfico 11 - Privado 113

Gráfico 12 - Aeroagrícola 113

Gráfico 13 - Transporte Comercial RBAC nº 121 113

Gráfico 14 - Transporte Comercial RBAC nº 135 114

Gráfico 15 - Taxa de acidentes por milhão de decolagens em aeronaves com peso máximo de decolagem maior que 5.700kg 114

Gráfico 16 - Taxas de acidentes e de fatalidades por 100 mil horas de voo 115

Gráfico 17 - Taxa de acidentes por 100 mil horas - Por segmento (1) 115

Gráfico 18 - Taxa de acidentes por 100 mil horas - Por segmento (2) 116

Gráfico 19 - Média móvel de 5 anos do [(número de óbitos/m3 de combustível de aviação) * 1.000.000] 116

Gráfico 20 - Notificações acumuladas 117

Gráfico 21 - Tarifa Aérea Média Doméstica Real (R$) 121

Gráfico 22 - Yield Real Médio (R$/km) 122

Gráfico 23 - RPK Doméstico e Internacional 122

Gráfico 24 - Participação percentual de empresas no mercado doméstico 123

Gráfico 25 - Taxi-aéreo: resumo das informações do setor 129

Gráfico 26 - Índice de Emissão de CO_2/RTK 146

LISTA DE **QUADROS**

Quadro 1 - PPA Programa 3104: Aviação Civil 27

Quadro 2 - Portfólio de projetos prioritários 54

Quadro 3 - Programa Anac do Amanhã 56

Quadro 4 - Renegociação na SecexConsenso 104

Quadro 5 - Termos aditivos de contratos de concessão 105

Quadro 6 - Asas para Todos 149

LISTA DE **TABELAS**

Tabela 1 - Parâmetros de Acompanhamento vinculados aos objetivos estratégicos 47

Tabela 2 - Metas e indicadores vinculados aos objetivos estratégicos 49

Tabela 3 - Gestão de riscos de processos organizacionais em 2025 58

Tabela 4 - Super app: principais funcionalidades em cada versão lançada 73

Tabela 5 - Síntese dos eventos realizados em 2025 89

Tabela 6 - Fiscalização 93

Tabela 7 - Resultado do Fator Q 103

Tabela 8 - Reequilíbrio econômico-financeiro de contratos de concessão 107

Tabela 9 - Total outorgas arrecadadas em 2025 108

Tabela 10 - Licenças por categoria em 2025 133

Tabela 11 - Alocação de frequências internacionais 137

Tabela 12 - Emissões anual de CO_2 em voos internacionais (toneladas) 146

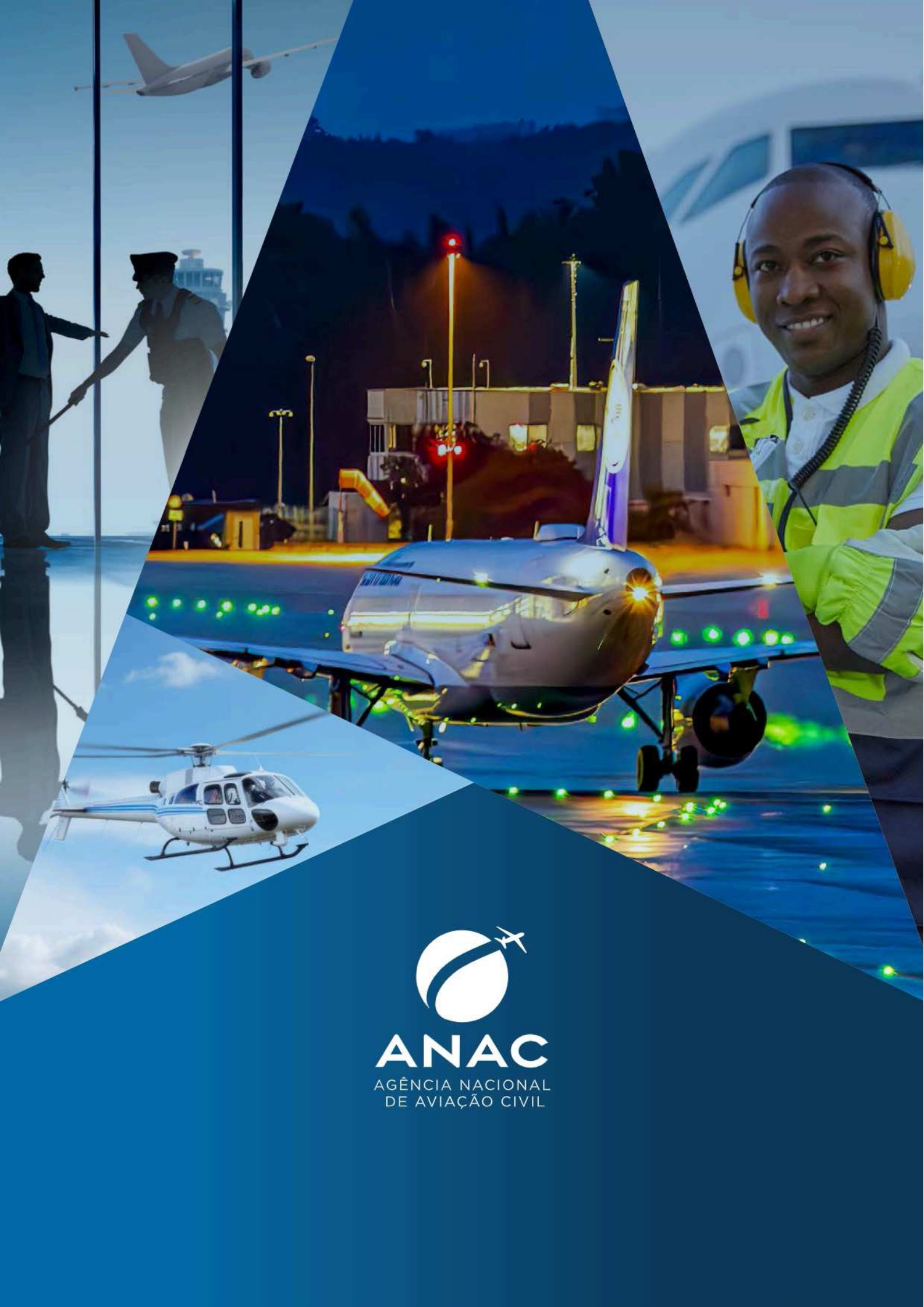
Tabela 13 - Execução orçamentária por tipo de despesa (R$ milhões) 154

Tabela 14 - Dotação orçamentária 2024 x 2025 154

Tabela 15 - Entregas de maior custo 156

Tabela 16 - Principais contratações 158

Tabela 17 - Principais donatários 160



ANAC

AGÊNCIA NACIONAL
DE AVIAÇÃO CIVIL